

# AGORA, A ESQUERDA

## deBatEs#3

**XI CONVENÇÃO  
DO BLOCO DE ESQUERDA**  
PAVILHÃO DO CASAL VISTOSO | LISBOA  
10 e 11 de novembro de 2018





# ÍNDICE

Proposta de Regimento para a XI Convenção .....	4
Ordem de trabalhos .....	7
Propostas de alteração aos estatutos .....	8
Moção A: <b>Um Bloco mais forte para mudar o país</b> .....	21
Proposta de alteração à Moção A rejeitada .....	42
Moção C: <b>Mais Democracia, mais organização</b> .....	43
Moção M: <b>Um Bloco que não se encosta</b> .....	52
Plataformas Políticas Locais .....	62
Planta da Convenção .....	77
Alojamento e Restauração .....	78

## FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda  
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa  
Ano: 2018  
Tiragem: 1750 exemplares



# PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A XI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUÉRDA

## DATA, LUGAR E LEMA

1. A XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 10 e 11 de novembro de 2018, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Agora, a Esquerda".

## COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é aberta a todas/os as/os aderentes e constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidadas/os todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

## DIREÇÃO DOS TRABALHOS

7. A XI Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.
  - a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.
8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela

Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.
10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.
11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.
12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

## INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

13. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.
14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.
15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão,



proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja

inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

## VOTAÇÕES

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

## ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

27. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.



30. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.
31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.
32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.
33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.
34. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.
35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.



# ORDEM DE TRABALHOS

## Sábado

11h00 | Início dos trabalhos:

- apresentação e votação do relatório da COC
- apresentação e votação do Regimento da XI Convenção
- instalação da XI Convenção Nacional

11h15 | Eleição da Mesa

11h30 | Alocução de abertura da XI Convenção

11h50 | Estatutos - Discussão e votação de propostas de alteração

14h30 | Apresentação e debate das Moções de Orientação Política

17h00 | **Abertura das Urnas** para Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

## Domingo

11h00 | **Encerramento das Urnas** para Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos

12h00 | Votação final das Moções de Orientação Política

12h30 | Sessão de Encerramento da XI Convenção



# PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

(os pontos novos ou com alterações estão **a negrito**)

## DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

### ARTIGO 1º

#### DEFINIÇÃO E OBJECTIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãs que assume a forma legal de partido político.

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de carácter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional.

3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspetiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.



voto

01

### Artigo 1º

#### Definição e Objectivos

1 - [...]

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate **todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial**, de género, de orientação

sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, **não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios.**

3 - [...]

#### Subscrevem:

Afonso Jantarada, Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Cássia Gouveia, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Érica Almeida Postiço, Ernesto Ferraz, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Sónia Teixeira, Vitor Gomes



voto

02

### Artigo 1º

#### Definição e Objectivos

1 - [...]

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável **e mais respeitador de todos os animais.** Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de carácter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional.

3 - [...]

#### Subscrevem:

Ana Carolina Gomes, Ana Prata, António Gil, Carlos Couto, Carolina Leite, Diego Garcia, Eduardo



Marques, Fernando Bento, Graça Marques Pinto, Manuel João, Mariana Lopes, Patrícia Cardoso

a instrução de um processo de tentativa de contacto com a pessoa inscrita, da responsabilidade do órgão competente na área de inscrição.

## SÍMBOLO

### ARTIGO 2º SÍMBOLO

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na atividade regular do Movimento, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

## ADERENTES

### ARTIGO 3º ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente vincula-se a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiação. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

7 - A inscrição como aderente caduca depois de cinco anos sem qualquer contacto com o Bloco de Esquerda. Essa caducidade implica obrigatoriamente



### Artigo 3º

#### Aderentes

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos **os maiores de 16 anos** que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

#### Subscrevem:

Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Cássia Gouveia, Eduardo Fernandes, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Sónia Teixeira, Vitor Gomes



### Artigo 3.º

#### Aderentes

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - Cada aderente vincula-se ao concelho e distrito **correspondente ao seu recenseamento eleitoral ou residência em caso de menoridade, podendo contudo requerer mudança para o concelho em que trabalhe ou estude.** No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - [...]





6 - [...]

7 - [...]

d) [...]

e) [...]

**Subscvem:**

Afonso Jantarada, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Frederico Mira George, Gisela Carvalho, Henrique Gil, Irina Castro, João Santos, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Vitor Gomes

**DIREITOS DAS E DOS ADERENTES****ARTIGO 4º****DIREITOS DAS E DOS ADERENTES**

1 - São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas atividades;
- b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento;
- c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Movimento;
- d) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento;
- e) Intervir e participar nas organizações de carácter não partidário com autonomia e independência.

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

**voto****05****PROPONENTE: MESA NACIONAL****Artigo 4.º****Direitos das e dos aderentes**

1 - [...]

- a) [...]
- b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, **desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do acto eleitoral;**
- c) [...]

**RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES****ARTIGO 5º****RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES**

1 - São responsabilidades das e dos aderentes:

- a) Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade;
- b) Cumprir os Estatutos;
- c) Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

**voto****06****Artigo 5º****Responsabilidades das e dos aderentes**

1 - [...]

2 - [...]

**3 - [NOVO] As e os aderentes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos assumem estes cargos enquanto mandatos colectivos sujeitos à decisão democrática dos respectivos órgãos do movimento e estão sujeitos/as ao cumprimento de um código ético aprovado em Mesa Nacional.**

**Subscvem:**

Afonso Jantarada, Ana Martins, Amália Oliveira, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Cássia Gouveia, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Ernesto Ferraz, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Sónia Teixeira, Vitor Gomes



## SANÇÕES

### ARTIGO 6º SANÇÕES

1- Às e aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

- a) Advertência;
- b) Suspensão de direitos até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção;
- c) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

- a) A nenhuma ou a nenhum aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente ouvida ou ouvido.

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

- a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente;
- b) O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional.

- a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional;
- b) É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

5 - As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.



07

### Artigo 6º

#### Sanções

1 - [...]

2 - [...]

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

- a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente, **enquanto que o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;**

#### Subscrevem:

Amália Oliveira, Ana Martins, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Ernesto Ferraz, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Vitor Gomes

## ÓRGÃOS

### ARTIGO 7º ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;
- b) A Comissão de Direitos;
- c) A Mesa Nacional;
- d) A Comissão Política;
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.

**Artigo 7º****Órgãos**

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]
- g) [...]
- h) [...]
- i) [...]

**2 - [NOVO] O Bloco de Esquerda é um projecto colectivo que recusa no seu âmbito organizativo a existência de órgãos unipessoais. Assim, não tem coordenador ou coordenadora, secretário-geral ou secretária-geral a qualquer nível da sua organização.**

**Subscrevem:**

Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egidio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Érica Almeida Postiço, Ernesto Ferraz, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Vitor Gomes

**CONVENÇÃO NACIONAL****ARTIGO 8º****CONVENÇÃO NACIONAL**

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.

3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou

desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento das e dos aderentes.

**Artigo 8º****Convenção Nacional**

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção **ou pelo conjunto dos e das aderentes do Bloco de Esquerda caso assim esteja estabelecido pelo Regulamento da Convenção.**

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

**Subscrevem:**

Afonso Jantarada, Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egidio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Ernesto Ferraz, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Vitor Gomes

**Artigo 8º****Convenção Nacional**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes. **Não podem existir mais do que 2 convenções nacionais seguidas no mesmo distrito.**



### Subscrevem:

Afonso Jantarada, Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Ernesto Ferraz, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Henrique Gil, Irina Castro, João Santos, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sónia Teixeira, Vitor Gomes

## COMISSÃO DE DIREITOS

### ARTIGO 9º

#### COMISSÃO DE DIREITOS

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
- d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.
- e) Sugerir, sempre que possível, os procedimentos mais adequados a adotar face à exposição apresentada.

## MESA NACIONAL

### ARTIGO 10º

#### MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam deputadas ou deputados, nacionais ou europeus, funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Movimento.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género 50/50,

tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional.

4 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e o seu eventual pagamento faseado.

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. e à A.L.R, no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

7 - Compete à MN aprovar a lista de candidatas e candidatos ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos.



#### PROPONENTE: MESA NACIONAL

### Artigo 10.º

#### Mesa Nacional

1 - [...]

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de **60%** de membros que não sejam **deputadas ou deputados, nacionais ou europeus**, funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Movimento.

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]



#### PROPONENTE: MESA NACIONAL

### Artigo 10.º

#### Mesa Nacional



1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

**6 - [NOVO] Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.**

7 - [...]

8 - [...]

**Artigo 10º****Mesa Nacional**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais ~~e regionais~~, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. ~~e às A.L.R.~~, no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. As Assembleias Distritais ~~e Regionais~~ podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

**Subscrevem:**

Amandio Pateca, Cássia Gouveia, Débora Vasconcelos, Dino Pereira, Doroteia Freitas, Egídio Fernandes, Elizabeth Figueira, Ernesto Ferraz, Igor Ferreira, Jaime Pestana, José António Figueira, José Giestas, Luísa Santos, Maria da Luz Andrade, Miguel Ascensão, Miguel Silva, Paulino Ascensão, Paulo Santos, Pedro Felgueiras, Roberto Vieira, Rui Pereira, Teresa Faria, Tiago Camacho

**COMISSÃO POLÍTICA****ARTIGO 11º****COMISSÃO POLÍTICA**

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política das e dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

**ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS****ARTIGO 12º****ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS**

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

6 - As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela MN.

**Artigo 12.º****Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais**

1 - [...]



2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, **salvo o disposto no número seguinte.**

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

**3 - [NOVO] As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidirem, a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.**

4 - [...] antigo nº 3

5 - [...] antigo nº 4

6 - [...] antigo nº 5

7 - [...] antigo nº 6

#### **Subscrevem:**

Afonso Jantarada, Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Ernesto Ferraz, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Vitor Gomes

### **COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS**

#### **ARTIGO 13º**

### **COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS**

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do Movimento no respetivo âmbito e, de acordo com a política do Movimento, a atividade do Bloco de Esquerda.

a) As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição das e dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.

### **ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS**

#### **ARTIGO 14º**

### **ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS**

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Movimento dispõe de organizações com Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das organizações autónomas, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.

3 - As organizações autónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.



#### **Artigo 14.º**

### **Organizações Regionais Autónomas**

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Movimento dispõe de organizações com **autonomia política, organizativa e financeira e dotadas de** Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das organizações autónomas, aprovados pelas correspondentes **Convenções** Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional **e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.**

3 - [...]

#### **Subscrevem:**

Amandio Pateca, Cássia Gouveia, Débora Vasconcelos, Dino Pereira, Doroteia Freitas, Egídio Fernandes, Elisabete Figueira, Ernesto Ferraz, Igor Ferreira, Jaime Pestana, José António Figueira, José Giestas, Luísa Santos, Maria da Luz Andrade, Miguel Ascensão, Miguel Silva, Paulino Ascensão, Paulo Santos, Pedro Felgueiras, Roberto Vieira, Rui Pereira, Teresa Faria, Tiago Camacho

**Artigo 14.º****Organizações Regionais Autónomas**

1 - [...]

2 - [...]

**a) [NOVO] No caso de não ratificação, a Mesa Nacional recomenda a reapreciação pela organização regional das normas que suscitam reserva e pode determinar a suspensão da eficácia das mesmas, sem introduzir outras alterações.**

3 - [...]

**Subscrevem:**

Amandio Pateca, Cássia Gouveia, Débora Vasconcelos, Dino Pereira, Doroteia Freitas, Egídio Fernandes, Elizabete Figueira, Ernesto Ferraz, Igor Ferreira, Jaime Pestana, José António Figueira, José Giestas, Luísa Santos, Maria da Luz Andrade, Miguel Ascensão, Miguel Silva, Paulino Ascensão, Paulo Santos, Pedro Felgueiras, Roberto Vieira, Rui Pereira, Teresa Faria, Tiago Camacho

**Artigo 14.º****Organizações Regionais Autónomas**

1 - [...]

2 - [...]

**3 - [NOVO] No âmbito da autonomia organizativa, os Estatutos Regionais podem definir designações, configurações e atribuições dos seus órgãos, distintas das consagradas nos Estatutos Nacionais, nomeadamente as vertidas nos artigos 7º, 12º, 13º e 17º. As organizações regionais têm capacidade para realizarem atos e contratos deliberados pelos seus órgãos competentes.**

**4 - [ANTERIOR N.º3]****Subscrevem:**

Amandio Pateca, Cássia Gouveia, Débora Vasconcelos, Dino Pereira, Doroteia Freitas, Egídio Fernandes, Elizabete Figueira, Ernesto Ferraz, Igor Ferreira, Jaime Pestana, José António Figueira, José Giestas, Luísa Santos, Maria da Luz Andrade, Miguel Ascensão, Miguel Silva, Paulino Ascensão, Paulo Santos, Pedro Felgueiras, Roberto Vieira, Rui Pereira, Teresa Faria, Tiago Camacho

**Artigo 14.º****Organizações Regionais Autónomas**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

**4 - [NOVO] No âmbito da autonomia financeira, as organizações regionais têm direito às receitas do Movimento originadas no seu âmbito geográfico, sem prejuízo do dever de solidariedade com o Movimento no plano nacional e podem aprovar regulamento de Finanças próprio.**

**Subscrevem:**

Amandio Pateca, Cássia Gouveia, Débora Vasconcelos, Dino Pereira, Doroteia Freitas, Egídio Fernandes, Elizabete Figueira, Ernesto Ferraz, Igor Ferreira, Jaime Pestana, José António Figueira, José Giestas, Luísa Santos, Maria da Luz Andrade, Miguel Ascensão, Miguel Silva, Paulino Ascensão, Paulo Santos, Pedro Felgueiras, Roberto Vieira, Rui Pereira, Teresa Faria, Tiago Camacho

**Artigo 14.º****Organizações Regionais Autónomas**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

**4 - [NOVO] As organizações regionais indicam, cada uma, um membro de pleno direito da Comissão Política nacional.**

**Subscrevem:**

Amandio Pateca, Cássia Gouveia, Débora Vasconcelos, Dino Pereira, Doroteia Freitas, Egídio Fernandes, Elizabete Figueira, Ernesto Ferraz, Igor Ferreira, Jaime Pestana, José António Figueira, José Giestas, Luísa Santos, Maria da Luz Andrade, Miguel Ascensão, Miguel Silva, Paulino Ascensão, Paulo Santos, Pedro Felgueiras, Roberto Vieira, Rui Pereira, Teresa Faria, Tiago Camacho

**Artigo 14.º****Organizações Regionais Autónomas**

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

**4 - [NOVO] As organizações regionais decidem a constituição das listas de os candidatos às eleições realizadas no âmbito do seu território.**

**A Mesa Nacional pode ser chamada a ratificar a designação do cabeça de lista às eleições regionais e do círculo regional das eleições legislativas nacionais.**

**Subscvem:**

Amandio Pateca, Cássia Gouveia, Débora Vasconcelos, Dino Pereira, Doroteia Freitas, Egídio Fernandes, Elizabete Figueira, Ernesto Ferraz, Igor Ferreira, Jaime Pestana, José António Figueira, José Giestas, Luísa Santos, Maria da Luz Andrade, Miguel Ascensão, Miguel Silva, Paulino Ascensão, Paulo Santos, Pedro Felgueiras, Roberto Vieira, Rui Pereira, Teresa Faria, Tiago Camacho

**LIMITAÇÃO DE MANDATOS****ARTIGO 15.º****LIMITAÇÃO DE MANDATOS**

A partir da VIII Convenção Nacional:

- a) O secretariado nacional e os secretariados das comissões coordenadoras concelhias, distritais e regionais que vierem a ser eleitos são sempre renovados em pelo menos um terço dos seus membros;
- b) Nenhum dos seus membros exercerá funções por mais de dois mandatos consecutivos.

**PROPONENTE: MESA NACIONAL****Artigo 15.º****Limitação de Mandatos**

- a) [REVOGADA]

**PROPONENTE: MESA NACIONAL****Artigo 15.º****Limitação de Mandatos**

- b) [REVOGADA]

**Artigo 15.º****Limitação de Mandatos**

**1 - [NOVO] O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**

**2 - [NOVO] O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**

**3 - [NOVO] O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.**

**4 - [NOVO] As contagens do tempo de exercício dos cargos electivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XI Convenção do Bloco.**

**Subscvem:**

Afonso Jantarada, Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Cássia Gouveia, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Érica Almeida Postiço, Ernesto Ferraz, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Gisela Carvalho, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Vitor Gomes

**DIREITO À INFORMAÇÃO****ARTIGO 16.º****DIREITO À INFORMAÇÃO**





- 1 - Todas e todos os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.
- 2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.
- 3 - É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.
- 4 - As e os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, que são publicadas no site do Bloco.



#### Artigo 16.º

##### Direito à informação

- 1 - [...]
- 2 - [...]
- 3 - [...]
- 4 - As/os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política **e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos**, que são publicadas no site do Bloco.

##### Subscvem:

Ana Martins, Carlos Carujo, Elisabete Figueiredo, Ernesto Ferraz, Frederico Mira George, Gisela Carvalho, Inês Santos, Irina Castro, João Vieira, José Dias, José Guerra, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Margarida Tavares, Mário Martins, Pedro Taveira, Samuel Cardoso



#### Artigo 16.º

##### Direito à informação

- 1 - [...]
- 2 - [...]
- 3 - [...]
- 4 - [...]
- 5 - **[NOVO] As/os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política.**

##### Subscvem:

Ana Martins, Carlos Carujo, Elisabete Figueiredo, Ernesto Ferraz, Frederico Mira George, Gisela

Carvalho, Inês Santos, Irina Castro, João Vieira, José Dias, José Guerra, Mafalda Silva, Mamadou Ba, Margarida Tavares, Mário Martins, Pedro Taveira, Samuel Cardoso

## NÚCLEOS

### ARTIGO 17.º NÚCLEOS

- 1 - Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.
- 2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respetivas ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.
- 3 - Nas atividades do Núcleo podem participar não-aderentes.



#### Artigo 17.º

##### Núcleos

- 1 - [...]
- 2 - [...]
- 3 - [...]
- 4 - **[NOVO] O Núcleo como estrutura organizativa local deve ter um fundo de maneiio fixo para despesas gerais.**
  - a) Esta forma de apoio deve ser estabelecida no Regulamento de Finanças.
  - b) A responsabilidade da gestão será de uma tesoureira ou de um tesoureiro no âmbito e nos termos do Regulamento de Finanças.
- 5 - **[NOVO] O Núcleo no seu âmbito geográfico é responsável pela sua atividade política de acordo com as linhas programáticas Nacionais.**

##### Subscve:

Luís Vicente Barroso

## REFERENDOS

### ARTIGO 18.º REFERENDOS



1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 aderentes.

2 - O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.

3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

4 - A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.

5 - 150 aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.

7 - Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.

8 - As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.



27

### Artigo 18.º

#### Referendos

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a **200 aderentes**.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - **75 aderentes** podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

#### Subscrevem:

Afonso Jantarada, Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egídio Fernandes, Elisabete Figueiredo, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Vitor Gomes

## GRUPOS DE TRABALHO

### ARTIGO 19º

#### GRUPOS DE TRABALHO

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou sectoriais.

2 - Nas atividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.

## CONFERÊNCIAS NACIONAIS

### ARTIGO 20º

#### CONFERÊNCIAS NACIONAIS

1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.

2 - As Conferências Nacionais são abertas a todas e todos os aderentes do Movimento.

## SISTEMA DE VOTAÇÃO

### ARTIGO 21º

#### SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos das e dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspetiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.



5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de 1/3.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.



#### Artigo 21.º

##### Sistema de votação

1 - [...]

2 - [...]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência. **Para este efeito, o órgão responsável pela votação deverá comunicar atempadamente com as/os aderentes. As/os aderentes deverão requerer o voto por correspondência. Este processo não poderá ter custos adicionais para a/o aderente.**

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

##### Subscvem:

Amália Oliveira, Ana Martins, António Tomás, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Diogo Araújo, Eduardo Fernandes, Eduardo Méca Castro, Egídio Fernandes Elisabete Figueiredo, Francisco Pacheco, Frederico Mira George, Gisela Carvalho, Henrique Gil, Inês Santos, Irina Castro, João Santos, João Vieira, José Dias, José Guerra, José Luís Carvalho, Joseph da Silva, Luis Filipe Pires, Mafalda Silva, Mamadou Ba Mário Martins, Pedro Abreu, Pedro Taveira, Samuel Cardoso, Sandra Sousa, Vitor Gomes

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições das suas e dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas atividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável à Tesoureira ou Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito a ratificação pela Mesa Nacional.

b) As Tesoureiras e os Tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

#### CASOS OMISSOS

#### ARTIGO 23º

##### CASOS OMISSOS

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.

#### FINANÇAS

#### ARTIGO 22º FINANÇAS



## **Moção A**

# **UM BLOCO MAIS FORTE PARA MUDAR O PAÍS**



# UM BLOCO MAIS FORTE PARA MUDAR O PAÍS

*Os acordos estabelecidos em 2015 entre o Bloco de Esquerda, o PCP e os Verdes com o PS, afastaram a direita do governo depois de quatro anos de empobrecimento e austeridade, interromperam a vingança contra o 25 de Abril e permitiram recuperar condições de vida e de mobilização popular. Esses avanços constituem vitórias importantes. Concluindo esse ciclo com as eleições de 2019, o Bloco responde ao seu povo com uma certeza: só com mobilização social e mais força da esquerda serão possíveis novos progressos na luta pela dignidade do trabalho, pela igualdade e por justiça na economia em Portugal.*

*Numa crescente instabilidade internacional, marcada pelo belicismo de Trump, o aquecimento global, a deslocação para a direita da política internacional e a desagregação europeia, o seguidismo relativamente à NATO e às instituições europeias é irresponsável.*

## **1. O NACIONALISMO ULTRA-CONSERVADOR DE DONALD TRUMP É A NOVA FORMA DE AFIRMAÇÃO DA HEGEMONIA IMPERIAL NORTE-AMERICANA FACE À INSTABILIDADE FINANCEIRA E ÀS DIFICULDADES POLÍTICAS INTERNAS.**

**A guerra comercial com a China e a União Europeia serve a defesa do sistema financeiro norte-americano e a escalada belicista.** O anúncio da mudança da embaixada norte-americana em Israel para Jerusalém, a retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irão e as constantes ameaças militares são parte de uma retórica inflamada para ganhos eleitorais internos e com consequências externas imprevisíveis.

Trump garantiu o apoio de França, Alemanha e Reino Unido em ataques à Síria e pressiona o aumento do investimento dos Estados europeus na militarização. A aparente desvalorização da NATO pela administração Trump visa um reforço do unilateralismo e da disciplina neste braço armado da administração norte-americana e do complexo militar-industrial.

**O discurso Trump explora os efeitos da crise normalizando respostas racistas, autoritárias e misóginas, reforçando também o crescimento da extrema-direita por toda a Europa.**

## **2. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS SÃO UM GRAVE RISCO GLOBAL. A TEMPERATURA AUMENTOU 1°C DESDE A ÉPOCA PRÉ-INDUSTRIAL E, MESMO QUE AS METAS PROMETIDAS EM PARIS FOSSEM CUMPRIDAS, AUMENTARIA OUTROS 3,5°C NOS PRÓXIMOS 50 ANOS, O QUE GARANTIRIA UMA CATÁSTROFE AMBIENTAL COM ELEVADOS CUSTOS SOCIAIS.**

**Os EUA desvincularam-se do Acordo de Paris e a generalidade dos Estados recusa comprometer-se com medidas efetivas de redução da emissão de gases de efeito de estufa.** Neste início de século, assistimos por todo o mundo à multiplicação de catástrofes naturais, fenómenos climatéricos extremos, subida do nível das águas do mar e secas prolongadas. Em Portugal, a acelerada erosão da orla costeira, o aumento de períodos de seca, o número crescente de tempestades, a violência dos incêndios e a persistência do erro da prospeção de petróleo, lembram-nos que nenhum lugar está protegido da ameaça climática.

**Os refugiados do clima já são o dobro dos deslocados por violência ou conflitos (muitos deles com causas também ligadas ao clima).**



### **3. A CRISE DOS REFUGIADOS, O ULTIMATO À GRÉCIA, O BREXIT, O ASCENSO FASCISTA NA ÁUSTRIA, EM ITÁLIA E NO LESTE, A REPRESSÃO NA CATALUNHA: TODOS SÃO, POR AÇÃO OU OMISSÃO, SINAIS DE ACELERAÇÃO DA DESAGREGAÇÃO DE ALGUNS REGIMES POLÍTICOS E DA UNIÃO EUROPEIA.**

**Agravam-se todos os fatores de crise na Europa.** Numa década de crise financeira, prosseguiram a concentração e a desregulação da banca, com sucessivos escândalos de evasão e fraude fiscal e impostos reduzidos para financiar a acumulação. As políticas de austeridade descredibilizam qualquer projeto comum europeu e promovem crises de legitimidade democrática dos Estados. O crescimento da extrema-direita, inflamada por Trump e apoiada por Putin, é também fruto dessa evolução, que persegue imigrantes e refugiados, num enorme rasto trágico, acirrando o ódio xenófobo. A reconstituição do centro pelo liberalismo de Macron ou a chegada de um partido neofascista ao governo da Itália são outras expressões da deslocação da política europeia em direção à direita.

**A União Europeia substituiu as já modestas pretensões de coesão social e territorial pela militarização e assume-se como espaço punitivo.** Na reação ao Brexit, assiste-se a um reforço das políticas de defesa e segurança em detrimento dos fundos de coesão. Foi criada a Cooperação Estruturada Permanente, primeiro passo para um exército comum. Os projetos de reestruturação da dívida soberana dos Estados, de reformulação do Euro ou de criação de algum tipo de mecanismo solidário europeu foram simplesmente afastados pelo veto do governo alemão e pela subordinação mais ou menos convicta dos restantes. A UE conforma-se com os atropelos às liberdades e direitos humanos por governos proto-fascistas que se instalam em vários Estados membros, mas sucedem-se as ameaças e sanções contra qualquer proposta económica que não siga a ortodoxia neoliberal. Dispensando a democracia e incapaz de um projeto de progresso social, a UE resume-se à estrutura coerciva dos tratados europeus, que impõem uma economia extrativa de rendas e exploradora do trabalho. Esse projeto impõe-se contra as democracias nacionais e, frequentemente, contra o próprio Estado de direito.

### **4. PERANTE A DESINTEGRAÇÃO EUROPEIA, A ESQUERDA TEM A TAREFA DE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA POPULAR ÀS POLÍTICAS DO CENTRO E CAPAZ DE ENFRENTAR E VENCER A DIREITA E A EXTREMA-DIREITA . ESSE CAMINHO EXIGE UMA RUPTURA COM OS TRATADOS EUROPEUS.**

**Os elogios à experiência portuguesa por alguma social-democracia europeia não iludem a falência desta, absorvida pela estratégica austeritária e em colapso eleitoral.** A evolução política e eleitoral dos partidos desta família política é a mesma em quase toda a Europa: Alemanha, França, Itália, Holanda. No seu lugar cresce um gigante político conservador, que domina as instituições europeias. No Estado espanhol, um processo em desenvolvimento, a solução política parece depender da disputa pela hegemonia entre a esquerda e o centro.

**Com a capitulação dos seus defensores institucionais, desapareceram as propostas de uma reforma progressista da União Europeia.** Só é possível uma política alternativa à austeridade e ao neoliberalismo na rutura com os tratados, o que implica um confronto com o diretório europeu. O balanço da chantagem europeia contra a Grécia é claro: se não dispuser de uma alternativa soberana fora do euro, um governo de esquerda, mesmo com apoio social maioritário, perde o espaço negocial e cede perante o ultimato.

**Os tratados europeus criminalizam o investimento público, o reforço do Estado Social e o controlo público dos setores estratégicos.** As pressões para a desregulação laboral e para a privatização dos sistemas de pensões são o centro do ataque aos povos europeus. Só a recuperação de esferas fundamentais de soberania democrática permite responder às crises social e económica, reconstruir a legitimidade dos Estados e um programa de solidariedade entre povos.

**5. A RELAÇÃO DE FORÇAS PARLAMENTAR SAÍDA DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015 PERMITIU AFASTAR A DIREITA DO GOVERNO E PARAR O EMPOBRECIMENTO DO PAÍS. ESSA VIRAGEM CONSTITUI UM TRIUNFO QUE O BLOCO RECLAMA. MAS O BALANÇO DOS ACORDOS NÃO PODE OMITIR OS SEUS LIMITES, CONTRADIÇÕES E INSUFICIÊNCIAS PARA A ALTERAÇÃO ESTRUTURAL NO PAÍS. OU SEJA, O QUE ESTÁ POR FAZER.**

**5.1. A recuperação de rendimentos do trabalho, salários e pensões, anunciada como uma catástrofe económica pela direita e instituições europeias, foi a maior conquista deste período.** Esta recuperação, ainda que tímida, foi imposta, no modo e no tempo, pela esquerda: eliminamos num só ano cortes inconstitucionais aos salários, descongelamos todas as pensões e conseguimos aumentos extraordinários, repusemos os feriados roubados, baixamos o IRS, passamos o salário mínimo nacional para 600 euros em 2019 (aumento de 20% na legislatura), estendemos a tarifa social da energia a 700 mil famílias, acabámos com as apresentações quinzenais e o corte no valor do subsídio de desemprego, tudo medidas ausentes do programa eleitoral do PS ou em direta contradição com este. Por proposta e pressão da Esquerda, lançou-se um programa de regularização de precários do Estado, reforçou-se o combate ao assédio no trabalho e a lei contra o trabalho forçado, reverteram-se os cortes e aumentou-se o valor de referência das prestações sociais de combate à pobreza (RSI, CSI, abono de família, e também alterações na renda apoiada e isenção de IMI), e impediu-se a execução fiscal de habitações permanentes. O Bloco bateu-se e negociou a concretização de um novo regime de contribuições para os trabalhadores independentes. O seu resultado económico traduziu-se num reforço da procura que, ainda que limitado, impulsionou algum crescimento e a criação de emprego. Assim foi aniquilado o discurso de uma direita que apostou no regresso da recessão e da troika e cujo único plano para o país foi o regresso ao passado. O Bloco provou ser a força responsável que determina políticas e é coerente com os seus compromissos com os trabalhadores e trabalhadoras.

**5.2. Este foi também um período de conquista de direitos civis, muito impulsionada pela intervenção do Bloco nos movimentos sociais e no parlamento.** Travada a ofensiva conservadora da direita, reverteram-se as medidas de minorização e cobrança de taxas às mulheres que recorrem à IVG, alargou-se o direito de adoção a todas as famílias, fizeram-se avanços no acesso à PMA e à gestação de substituição e no respeito pela identidade de género, mesmo com bloqueios parciais nestes caminhos, por decisão do Tribunal Constitucional, no primeiro caso, e por veto presidencial, no segundo. A questão da deficiência afirmou-se na agenda política, com avanços, ainda que tímidos. A cannabis medicinal foi legalizada e o direito à morte medicamente assistida, chumbado por apenas 5 votos, tem despenalização anunciada para futuro.

**5.3. Na ausência de qualquer acordo com a esquerda sobre as matérias europeias, a obediência do PS ao Tratado Orçamental ditou a escassez de investimento público.** A “leitura inteligente” do Tratado Orçamental, com que António Costa fez campanha, consistiu afinal na ultrapassagem das metas de Bruxelas. Depois de anos de cortes, degradação dos serviços, exigia-se mais do que um ligeiro aumento de dotações, na maioria aquém do crescimento do PIB. As dificuldades de resposta do SNS, da Escola Pública e dos transportes coletivos, a recusa da contagem do tempo de serviço de professores ou do reconhecimento das carreiras dos técnicos de saúde, foram apenas a face mais visível das dificuldades. Os trágicos incêndios do verão de 2017 revelaram um interior abandonado por anos de desinvestimento.

**5.4. Mantendo as opções de fundo na legislação laboral e nos privilégios dos setores rentistas, o governo do PS conteve a recuperação de rendimentos do trabalho ao longo da legislatura.** No código de trabalho, o PS quis manter as medidas mais gravosas da troika (corte de 3 dias de férias, facilitação e embaratecimento dos despedimentos, etc.), e a caducidade da contratação coletiva. Negou a reforma por inteiro aos 40 anos de desconto e 60 de idade. Nas rendas da energia, após algumas reduções dos subsídios às empresas, negociadas com o Bloco, continuam por concretizar o corte dos CMEC e a contribuição extraordinária das empresas de produção renovável. Na saúde, o governo protegeu o modelo de financiamento que assegura o setor privado. Portugal continua no pódio da precariedade e das desigualdades salariais, da maior fatura doméstica na energia e como o país da União Europeia que gasta mais em PPP em percentagem do PIB.



## **6. DEPOIS DO ALÍVIO E DA EXPECTATIVA INICIAIS, EM 2018 VIVEMOS UMA RETOMA DE LUTAS SOCIAIS E LABORAIS. NA COMBINAÇÃO ENTRE MELHORIAS EFETIVADAS E PROMESSAS GORADAS, EXISTE UMA MAIOR CONSCIÊNCIA SOCIAL DAS POSSIBILIDADES E DA NECESSIDADE DE ALTERNATIVA.**

**6.1. No final de 2015, o sinal da política mudou; o medo do corte foi substituído pela exigência da recuperação e as lutas intensificaram-se neste último ano.** A redução da chantagem do desemprego contra o trabalho, a promessa de avanços sobre a precariedade, em particular na vinculação de precários Estado (PREVPAP), e uma viragem política que resgatou publicamente o compromisso com o Estado Social criaram uma expectativa que se exprimiu em variadas lutas. Foram marcantes as mobilizações nas profissões da saúde e da escola pública, a organização de precários do Estado, os movimentos reivindicativos na cultura e na habitação, o ativismo ambientalista, greves e manifestações inéditas de trabalhadores temporários, imigrantes e cuidadores informais, a contestação em grandes empresas como a Autoeuropa ou a PT, entre outras.

**6.2. O acordo de 2015 demonstrou a falácia do voto útil, alterando premissas persistentes do sistema político.** A garantia de políticas à esquerda decorre do reforço do Bloco. O acordo prova que, historicamente, o PS só não encontrou entendimentos à esquerda porque preferiu pactos à direita, prática a que voltou logo após a mudança de liderança do PSD. A ausência histórica de entendimentos à esquerda não foi defeito da esquerda. Foi feito do PS. Durante 4 anos, em contrapartida, o Bloco foi uma força estável, de exigência e de garantia. As obrigações do acordo assinado em 2015 foram desenvolvidas pelo Bloco de Esquerda até aos limites estabelecidos pelo PS e pela sua obediência à União Europeia.

*A reestruturação da dívida e o controlo público dos setores estratégicos da economia permanecem a chave para uma governação à esquerda.*

## **7. O ABRANDAMENTO DA CHANTAGEM EUROPEIA CONTRA PORTUGAL É CONJUNTURAL E TODOS OS RISCOS SE MANTÊM. A DÍVIDA EXTERNA, QUE É INSUSTENTÁVEL, PERMANECE COMO INSTRUMENTO DESSA CHANTAGEM.**

**Em 2015, o diretório europeu preferiu evitar o desgaste político e os riscos sistémicos de um novo processo punitivo contra outro Estado nacional por estar em causa o governo de um partido fiel aos tratados.** O PS não incluía no seu programa qualquer reforma estrutural da UE e Mário Centeno a presidir ao Eurogrupo confirmou a garantia do seu alinhamento com o Tratado Orçamental. O cumprimento desses tratados impede uma recuperação sustentável dos direitos dos trabalhadores, depois do choque da austeridade.

**Portugal mantém-se refém de uma dívida pública impagável e de um sistema financeiro fragilizado, que permanece um risco para os cofres nacionais e uma oportunidade para os interesses dos capitais estrangeiros.** Os juros baixos dos últimos anos não o eliminaram e introduzem novos factores de instabilidade; com a pressão de Trump, com o fim da política de liquidez do BCE, a crise em Itália e a instabilidade internacional, os juros tendem a aumentar. No relatório do grupo de trabalho com o Bloco sobre o endividamento externo, o PS assumiu que as regras europeias são injustas e erradas e que a dívida pública é insustentável, mas o governo recusou as conclusões e não cumpriu a promessa de levar ao Conselho Europeu a questão da renegociação multilateral das dívidas soberanas. Nas decisões sobre a banca, o governo manteve-se alinhado com a estratégia do BCE de concentração europeia e de resgate público de bancos privados. A aceitação da União Bancária retira a Portugal a capacidade de decidir sobre a banca.

**Sem reverter as privatizações dos setores estratégicos da economia, Portugal continuará a assistir à sangria dos seus recursos.** As privatizações redundaram na pilhagem de empresas construídas pelo investimento do Estado. São exemplos, entre muitos outros, a distribuição de dividendos acima dos lucros pelos CTT, a sangria da PT pela Altice, como o fora anteriormente pelo grupo GES. Assim se foi destruindo boa parte do valor e emprego destas empresas.



**Sem controlo dos setores estratégicos, o país está condenado à chantagem do poder económico e incapaz de responder pelo emprego, coesão social ou ambiente.** O controlo da energia (EDP e REN) pelo Estado chinês é emblemático desse risco. Mesmo com a energia mais cara da Europa, que empobrece famílias e limita a capacidade produtiva, nenhum governo foi até hoje capaz de acabar com as rendas de privilégio. Sem controlo das empresas estratégicas, não haverá a necessária reconversão energética para combater as alterações climáticas.

*Assiste-se a uma pressão crescente para recuperar políticas de bloco central e afastar a influência da esquerda. O Bloco contraria esta pressão, em nome da defesa dos salários, pensões e serviços públicos, da proteção do trabalho e do combate às rendas do capital.*

## **8. O PS PROCURA UMA MAIORIA ABSOLUTA AO CENTRO E ABRE A PORTA A CONVERGÊNCIAS À DIREITA.**

O PS tem afirmado as conquistas do diálogo à esquerda. Mas o seu congresso realizou uma viragem do discurso, apresentando esta experiência como um parêntesis na história do partido. Logo depois, o governo anunciou o acordo com o patronato para limitar o efeito das medidas contra a precariedade negociadas à esquerda.

**O poder económico aposta na maioria absoluta do PS e, pelo seu lado, Rui Rio assume-se já como futuro colaborador de um governo PS, num bloco central subordinado.** Ao longo desta legislatura, o PSD já foi o suporte do PS para a manutenção do alinhamento europeu, travando investimento público e conquistas laborais, viabilizando as vendas do Banif e do Novo Banco. A assinatura de acordos com o PS sobre estratégia de investimentos e municipalização, bem como o apoio ao acordo com os patrões, mostram que o PSD quer favorecer o reposicionamento do governo do PS, substituindo acordos à esquerda por pactos de geometria variável. Esse caminho representa uma viragem à direita e uma ameaça para a defesa do salário e das pensões e para o combate à precariedade.

**O Presidente da República tem sido um obreiro dessa hipótese de bloco central.** Recorre com eficácia a formas de comunicação que lhe conferem uma popularidade elevada, mas a sua intervenção permanente tem um discurso político marcado pelo silêncio sobre problemas da vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo que se assume como um garante da ortodoxia europeia nos orçamentos. A defesa do setor privado da saúde, o elogio das confederações patronais ou a resistência a avanços nos direitos civis, são marcas do seu mandato.

## **9. O BLOCO DE ESQUERDA É SEMPRE A GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DOS ACORDOS DE 2015 E DE AVANÇOS PARA PATAMARES MAIS EXIGENTES DE DIREITOS SOCIAIS.**

**No campo laboral, são necessários avanços em 2019 no combate à precariedade no público e no privado.** A organização dos precários do Estado mantém a pressão para que a vinculação prometida pelo PREVPAP seja efetiva para muitos setores em que a precariedade foi regra durante décadas. Devem ser concretizadas novas regras para o trabalho por turnos, a limitação do *outsourcing*, a valorização salarial e o combate à desigualdade salarial ou o fim do corte de “sustentabilidade” no acesso à pensão antecipada.

**A defesa do SNS como garante constitucional do direito à saúde e a mobilização dos seus profissionais podem e devem viabilizar uma nova Lei de Bases da Saúde** que, em linha com o projeto de Arnaut e Semedo, assegure o acesso universal, gratuito e inclusivo a cuidados de saúde, faça a separação entre setores público e privado da saúde vencendo as parcerias público-privadas e reforce uma visão de prevenção na saúde e de apoio social e comunitário na doença e na deficiência. A alternativa situacionista do atual ministro, apoiada pelo setor privado e pela finança, procura contrariar a exigência de consolidação e desenvolvimento do SNS.

**A defesa do direito à habitação é prioritária.** É possível ainda em 2018 limitar o alojamento local, acabar com benefícios fiscais e vistos *gold* que promovem a especulação imobiliária e alterar o regime de arrendamento urbano, travando despejos e promovendo os contratos de longa duração.



**A causa ambiental em Portugal ganha força e impõe limites às pretensões do governo e das petrolíferas.**

A autorização de prospecção de petróleo em Aljezur sem avaliação de impacto ambiental criou uma onda de protestos que reforça a exigência da rescisão de todas as concessões para a exploração de hidrocarbonetos.

**O Bloco deve contribuir para o debate em torno de um enquadramento legal para o trabalho sexual**, que resulte de um processo de auto-organização e de participação destes/as trabalhadores/as e que seja capaz de conferir direitos e proteção social aos/às trabalhadores/as do sexo.

**10. A CONVERGÊNCIA À ESQUERDA COM O PCP É UMA COMPONENTE IMPORTANTE DOS AVANÇOS SOCIAIS NESTE PERÍODO E NO FUTURO.**

**O Bloco valoriza um elevado grau de convergência de posições com o PCP, nomeadamente em questões económicas e laborais, ao nível parlamentar e também no terreno social**, desde logo por partilharmos responsabilidades na viabilização da atual solução política. Mantivemos divergências importante com o PCP em matérias como a paridade entre homens e mulheres, a legalização da cannabis, a extensão da procriação medicamente assistida ou a despenalização da morte assistida. A persistência de acusações sectárias não impedirão o Bloco de se continuar a empenhar no sentido do desenvolvimento das possibilidades de convergência e da recusa do sectarismo entre as esquerdas.

*O Bloco apresenta-se ao ciclo eleitoral de 2019 em torno do seu próprio programa e para disputar a representação da maioria.*

**11. AS ELEIÇÕES EUROPEIAS SÃO O PRIMEIRO EMBATE ELEITORAL DE 2019. O BLOCO VAI ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS EM LISTAS PRÓPRIAS E JUNTA FORÇAS À ESQUERDA, NUMA CANDIDATURA INTERNACIONALISTA QUE RECUSA A SUBMISSÃO AOS TRATADOS.**

**O balanço dos anos de desintegração europeia é feito em tempos e modos diferentes pelas forças de esquerda na Europa, em função da realidade de cada país.** Na ausência de uma estratégia comum a nível europeu a convergência à esquerda reduz-se hoje a experiências específicas de cooperação entre partidos.

**O Bloco de Esquerda empenhou-se na criação da plataforma política "Agora, o Povo", que reúne forças significativas em vários países europeus e que reforça o campo da rutura com os tratados, da recuperação da soberania popular e da solidariedade entre os povos.** A plataforma não substitui os espaços de articulação em que o Bloco já participa, do Partido da Esquerda Europeia e do Grupo Unitário da Esquerda no Parlamento Europeu ao Plano B. Sabendo-se que uma parte do Partido da Esquerda Europeia aceita as decisões do governo Syriza, o Bloco recusa este caminho.

**A base do nosso programa é a recuperação do emprego, dos direitos do trabalho e do Estado Social, uma estratégia económica contra as alterações climáticas e o compromisso feminista e antirracista, a recusa da Europa fortaleza e a solidariedade entre os povos.**

**12. NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS O BLOCO APRESENTA-SE AO PAÍS COM UM PROGRAMA DE GOVERNO E UMA PROPOSTA DE GOVERNAÇÃO À ESQUERDA.**

**O Bloco tem hoje mais responsabilidade, mais força social, mais quadros preparados e mais interlocutores nas diversas áreas da luta política.** O trabalho desenvolvido ao longo deste mandato, nos encontros e fóruns setoriais, locais e nacionais, reuniu um grande número de ativistas e especialistas, aderentes do Bloco e independentes, cujo contributo preparará o programa de governo a apresentar na campanha legislativa de 2019.

**O Bloco juntará forças em torno de um programa de transformação económica e social, numa perspectiva socialista, ecologista, feminista e antirracista.** Este programa terá no seu centro a



reconstrução de direitos do trabalho e da contratação coletiva, combatendo a precariedade, promovendo o pleno emprego, colocando a inovação e tecnologia ao serviço do aumento do emprego e dos salários, com diminuição da penosidade do trabalho e do horário do trabalho, concretizando as 35 horas no privado. Proporará a reestruturação da dívida pública e a nacionalização dos setores estratégicos, como elementos centrais de recuperação da soberania económica, e uma revolução fiscal que financie um Estado Social com respostas universais. Pensará regionalização e descentralização, invertendo o despovoamento do interior, valorizando os territórios de baixa densidade, combatendo as assimetrias, investindo em redes de serviço público e apoio social capazes de responderem a toda a população. Incluirá a modernização e capacitação da Escola Pública, do Serviço Nacional de Saúde, da Justiça, da Cultura e da Ciência e a concretização do direito à Habitação. Desenvolverá estratégias para a reconversão energética, transportes e ordenamento, soberania alimentar, o desenvolvimento agrícola sustentável, proteção da floresta, costa, solos e águas, proteção dos ecossistemas, do Espaço Marítimo, da biodiversidade e o combate às alterações climáticas. O Bloco reforça o seu compromisso programático com o bem-estar animal, recusando a atribuição de apoios públicos a espetáculos que inflijam sofrimento a animais ou políticas promotoras do negócio de exportação de animais vivos para fora da UE. Exigirá mais transparência e combate à corrupção, incluindo a separação entre público e privado e o fim das PPP. Proporará uma democracia sólida, combatendo o conservadorismo, o racismo, a violência de género e todas as desigualdades e formas de exclusão, promovendo o acolhimento de imigrantes e a inclusão das pessoas com diversidade funcional.

**Em 2019, o Bloco quer ser força de governo, com uma nova relação de forças. Um governo de esquerda dá uma garantia ao povo: defende o salário, a pensão e o emprego. Não aceita recuos, nem a precarização do trabalho nem a redução do salário e da pensão.** Esse governo fará o que o PS recusou fazer, partindo do ponto em que o PS travou, sem tibiezas: relançar a saúde e escola públicas e a dignidade do trabalho, combater o rentismo e recuperar a propriedade de bens estratégicos na economia e no ambiente. Em simultâneo, abrir um processo de alteração dos tratados europeus para a redefinição da política económica e da dívida. Sem essa redefinição, não há espaço para políticas de esquerda.

*O Bloco tem hoje aderentes e iniciativa em mais concelhos do país e é reconhecido em todo o território como interlocutor em políticas nacionais, regionais e locais. Os aderentes do Bloco serão chamados a debater e a pronunciarem-se em referendo interno sobre propostas de acordos com outras forças políticas que eventualmente venham a surgir na sequência dos resultados das eleições legislativas.*

### **13. NAS ELEIÇÕES REGIONAIS DA MADEIRA, A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVA À ESQUERDA DEPENDE DO REFORÇO DO BLOCO DE ESQUERDA.**

**A Madeira permanece uma das regiões mais desiguais e com maiores índices de pobreza do país.** O governo regional, incapaz de responder à crise social e económica da região, esconde-se na estafada responsabilização do governo da República para esconder a sua inação e subserviência aos interesses económicos instalados na região.

**O PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo.** O PS decidiu candidatar Paulo Cafôfo, que ganhou a Câmara Municipal do Funchal numa coligação em que o Bloco participa desde a primeira hora. A escolha do PS-Madeira passa por uma candidatura estritamente partidária e cujo programa se alinha com os interesses económicos dominantes na Madeira, sendo coordenado pelo administrador de um importante grupo privado da região. Um governo do PS, a sós ou com o CDS, estaria limitado a uma alternância incapaz de romper com os setores rentistas e a promiscuidade entre público e privado que marcam o atraso da região.

**Só o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira.** O Bloco apresenta-se às eleições regionais da Madeira com um programa centrado no combate à corrupção e ao rentismo e nas respostas sociais e económicas urgentes para o combate à pobreza e à precariedade.



#### **14. NOS AÇORES, O BLOCO DE ESQUERDA É A OPOSIÇÃO QUE NÃO CEDE À PREDACÃO DOS INTERESSES INTERNACIONAIS NEM DESISTE DO DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO.**

**É necessário transformar a posição geoestratégica dos Açores numa valência económica, combatendo a lógica militarista ao serviço do imperialismo norte-americano.** A gestão dos solos e fundos marítimos da atual ZEE e futura plataforma continental adjacente aos Açores deve ser responsabilidade dos órgãos de governo regionais, com o apoio de um centro de investigação para as ciências do mar a constituir.

#### **15. A REPRESENTAÇÃO AUTÁRQUICA DO BLOCO, TENDO PROGREDIDO, É AINDA REDUZIDA. ARTICULAR A INTERVENÇÃO LOCAL E NACIONAL É UMA PRIORIDADE DA ORGANIZAÇÃO.**

**Em Lisboa, o crescimento do Bloco impediu a maioria absoluta do PS e forçou um acordo de governação autárquica com ganhos à esquerda.** A gratuitidade dos manuais escolares em todos os ciclos e a lançamento das salas de consumo assistido são produto desse acordo. Nos próximos meses, esse acordo será testado em questões centrais como os transportes públicos e a habitação.

**O enraizamento do Bloco exige um trabalho local que não se esgota na representação autárquica e disputa espaços de interlocução popular.** Hoje, com representação em localidades onde a sua organização só agora se inicia, o apoio a este trabalho é essencial. Para promover a articulação da intervenção local e autárquica, cria-se um grupo de organização autárquica, dotado dos meios necessários a este apoio.

#### **16. NO PLANO DA ORGANIZAÇÃO, O OBJETIVO É PROMOVER A INTERVENÇÃO POLÍTICA DAS E DOS ADERENTES EM ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS.**

**A experiência dos encontros locais, nacionais e internacionais reforçou o Bloco.** Militantes e independentes envolveram-se nos debates e na construção da agenda. Foi assim em temas como o trabalho, a floresta, o ambientes, a deficiência, a saúde, os direitos LGBTI+, a educação, a causa animal e também a solidariedade internacionalista. A Mesa Nacional e as organizações distritais e concelhias devem promover espaços de encontro e debate que aprofundem essa experiência e a estendam a novas áreas e formas de intervenção.

**O Bloco deve criar condições para participação de toda a sua militância, aumentando os espaços de debate e formação, também a nível local, e promovendo práticas feministas, antirracistas e de inclusão da diversidade funcional.**

#### **17. A ESTAGNAÇÃO OU A PERDA DE SINDICALIZAÇÃO TEM SIDO UM PROCESSO LONGO. A RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL É O DESAFIO ESSENCIAL PARA A ESQUERDA SOCIAL.**

**O Bloco de Esquerda considera como uma das suas intervenções estratégicas, a sua ligação aos movimentos laborais.** Temos vindo a intervir em defesa dos trabalhadores e das populações nas lutas da PT/Altice, CTT, EDP, nas Minas da SOMINCOR, EFACEC, EMEF, CP, dos trabalhadores das pedreiras e por turnos, dos professores e da administração Pública, dos precários do Estado, e nas empresas de trabalho temporário, e muitos outros.

**O Bloco deve criar laços e organização de proximidade nos locais de trabalho e apoiar as e os ativistas laborais.** Esse trabalho passa pela criação de núcleos e de uma corrente sindical ampla onde os aderentes do Bloco participem, pela formação e pela promoção da sindicalização, apoio à intervenção sindical no local de trabalho e à criação de Comissões de Trabalhadores, bem como pela defesa de mecanismos da participação democrática nos sindicatos e na CGTP e garantia de independência das organizações representativas de trabalhadores.



## PROPONENTES:

Catarina Martins, Porto - Porto, 8425  
Pedro Filipe Soares, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2861  
Marisa Matias, Coimbra - Coimbra, 3764

## SUBSCRITORES:

Abel Carvalho, Porto - Gondomar, 11700  
Abel Sousa, Porto - Póvoa do Varzim, 11735  
Abilio Barbosa, Europa - Suíça, 11131  
Ada Silva, Porto - Porto, 9785  
Adelaide Corte, Porto - Vila Nova de Gaia, 11836  
Adelaide Oliveira, Porto - Porto, 4854  
Adelina Silva, Aveiro - Aveiro, 12587  
Adelino Candeias, Portalegre - Portalegre, 11219  
Adelino Costa, Porto - Porto, 336  
Adelino Fortunato, Setúbal - Sesimbra, 8790  
Adelino Granja, Leiria - Alcobaça, 4507  
Adelino Pereira, Europa - França, 13625  
Adriana Afonso, Lisboa - Lisboa, 13068  
Adriana Ferreira, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12614  
Adriana Lopera, Lisboa - Lisboa, 2447  
Adriana Melo, Porto - Porto, 11192  
Adriano Campos, Porto - Porto, 3120  
Adriano Sousa, Porto - Valongo, 9821  
Afonso Moreira, Lisboa - Lisboa, 10022  
Agná Serra, Coimbra - Lousã, 12339  
Agostinha Castro, Madeira - Funchal, 4384  
Agostinho Soares, Lisboa - Lisboa, 10555  
Albano Rodrigues, Porto - Porto, 12403  
Albano Santos, Viseu - Resende, 13778  
Alberta Costa, Lisboa - Torres Vedras, 10642  
Alberto Matos, Beja - Serpa, 1542  
Alberto Silva, Porto - Vila Nova de Gaia, 4266  
Alberto Sousa, Porto - Vila Nova de Gaia, 197  
Albino Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9979  
Alcindo Norte, Faro - Olhão, 8378  
Alda Sousa, Porto - Vila Nova de Gaia, 654  
Alexandra Cunha, Aveiro - Aveiro, 13588  
Alexandra Manes, Açores - Terceira, 8765  
Alexandra Vieira, Braga - Braga, 12281  
Alexandre Carneiro, Braga - Braga, 8548  
Alexandre Correia, Setúbal - Almada, 13587  
Alexandre Fernandes, Lisboa - Torres Vedras, 12005  
Alexandre Leao, Coimbra - Coimbra, 5399  
Alexandre Mano, Braga - Braga, 8111  
Alfredo Martinho, Lisboa - Lisboa, 7892  
Almerinda Bento, Setúbal - Seixal, 529

Álvaro Faria, Aveiro - Ovar, 11857  
Alvaro Martins, Braga - Vila Verde, 13633  
Álvaro Monteiro, Beja - Beja, 9396  
Amadeu Fernandes, Braga - Amares, 7615  
Amândio Barbosa, Porto - Porto, 12334  
Amândio Vila Real, Braga - Vizela, 9477  
Amarílis Felizes, Porto - Vila Nova de Gaia, 9877  
Américo Resende, Aveiro - Ovar, 13252  
Ana Álvaro, Faro - Lagos, 3703  
Ana Bárbara Pedrosa, Braga - Vizela, 6447  
Ana Bela Paixão, Santarém - Torres Novas, 4920  
Ana Campos, Lisboa - Lisboa, 650  
Ana Cardoso, Aveiro - Ílhavo, 11810  
Ana Carolina Gomes, Viseu - Viseu, 12011  
Ana Carvalho, Setúbal - Almada, 12471  
Ana Carvalho, Porto - Matosinhos, 11823  
Ana Castro, Porto - Porto, 12028  
Ana Castro, Lisboa - Lisboa, 9480  
Ana Costa, Santarém - Torres Novas, 12176  
Ana Cristina Santos, Braga - Barcelos, 5767  
Ana Eleuterio, Santarém - Santarém, 13293  
Ana Feijão, Lisboa - Lisboa, 5271  
Ana Ferreira, Évora - Évora, 13037  
Ana Ferreira, Beja - Almodôvar, 8313  
Ana Filipa Castro, Aveiro - Aveiro, 10885  
Ana Filipa Costa, Braga - Braga, 13827  
Ana Freitas, Lisboa - Mafra, 13732  
Ana Gonçalves, Europa - Bélgica, 5602  
Ana Isabel Pereira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12653  
Ana Isabel Silva, Porto - Santo Tirso, 13601  
Ana Loureiro, Beja - Odemira, 8792  
Ana Luzia Cruz, Aveiro - Anadia, 9084  
Ana Margarida Esteves, Lisboa - Lisboa, 12795  
Ana Maria Pereira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9636  
Ana Maria Silva, Porto - Porto, 5612  
Ana Maria Vinagre, Portalegre - Ponte de Sor, 9662  
Ana Martins, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13910  
Ana Massas, Setúbal - Almada, 843  
Ana Mendonça, Santarém - Torres Novas, 1953  
Ana Mingatos, Aveiro - Aveiro, 13833  
Ana Morais, Coimbra - Coimbra, 9589  
Ana Patrícia Ribeiro, Porto - Lousada, 13187  
Ana Paula Almeida da Costa, Beja - Beja, 7290  
Ana Paula Canotilho, Porto - Porto, 3310  
Ana Ramos, Madeira - Santa Cruz, 13495  
Ana Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 13118  
Ana Rute Marcelino, Braga - Vila Nova de Famalicão, 3718  
Ana Santos, Setúbal - Almada, 4452  
Anabela Lúcio, Portalegre - Campo Maior, 10463



Anabela Mangas, Setúbal - Almada, 4993  
 Anabela Pires, Aveiro - Ovar, 13375  
 Anabela Silva, Setúbal - Almada, 11518  
 André Beja, Lisboa - Sintra, 1128  
 André Carvalho, Vila Real - Vila Real, 13826  
 André Julião, Lisboa - Loures, 10632  
 André Soares, Lisboa - Lisboa, 4855  
 Andrea Peniche, Porto - Porto, 193  
 Andreia Fonseca, Aveiro - Aveiro, 11525  
 Andreia Gomes, Braga - Braga, 5732  
 Andreia Guimarães, Braga - Guimarães, 13616  
 Andreia Portugal, Leiria - Batalha, 11267  
 Andreia Quartau, Lisboa - Lisboa, 11049  
 Ângelo Costa, Aveiro - Aveiro, 13278  
 Aniceto Correia, Setúbal - Seixal, 968  
 Antero Augusto dos Santos, Braga - Barcelos, 5773  
 António Abreu, Leiria - Peniche, 3503  
 António Alberto Neto, Aveiro - Aveiro, 6630  
 Antonio Andrade, Aveiro - Espinho, 10354  
 António Baião Costa, Lisboa - Loures, 293  
 António Campos, Leiria - Leiria, 280  
 António Chora, Setúbal - Moita, 563  
 António Cordeiro, Setúbal - Seixal, 1393  
 António Cruz, Aveiro - Anadia, 9083  
 António Fernando Barbosa, Porto - Valongo, 1489  
 António Freitas, Porto - Maia, 10320  
 António Frutuoso, Setúbal - Almada, 5201  
 António Godinho, Santarém - Tomar, 1323  
 António Gomes, Santarém - Torres Novas, 1353  
 António Guedes, Porto - Vila Nova de Gaia, 12485  
 António Guerreiro, Beja - Almodôvar, 2150  
 António Jorge Fernandes, Aveiro - Mealhada, 13835  
 António Lage, Lisboa - Lisboa, 2253  
 Antonio Leonel Filipe, Leiria - Marinha Grande, 11769  
 António Lima, Braga - Braga, 1303  
 António Lima, Açores - São Miguel, 9362  
 António Luz, Porto - Porto, 342  
 Antonio Malias, Portalegre - Sousel, 13678  
 Antonio Marinho da Silva, Coimbra - Coimbra, 1660  
 António Martins, Porto - Maia, 2572  
 António Maurício, Lisboa - Lisboa, 9683  
 António Maximiano, Leiria - Alcobaça, 2535  
 António Mendes, Braga - Braga, 1301  
 António Moniz, Leiria - Peniche, 264  
 António Monteiro, Aveiro - Aveiro, 12586  
 António Neto, Porto - Maia, 10321  
 António Pereira, Faro - Lagos, 13221  
 António Pereira, Faro - Olhão, 512  
 António Pereira, Portalegre - Campo Maior, 1959  
 António Proença Churro, Setúbal - Sesimbra, 3539  
 António Ramoa Lima, Braga - Braga, 12120  
 António Ricardo, Portalegre - Ponte de Sor, 209  
 António Rodrigues, Faro - Lagoa, 13200  
 António Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9427  
 António Santos, Setúbal - Seixal, 1392  
 António Silva, Coimbra - Coimbra, 1165  
 António Silva, Braga - Braga, 1762  
 António Simões, Porto - Amarante, 1476  
 António Teixeira, Setúbal - Seixal, 1390  
 António Teixeira, Porto - Penafiel, 326  
 António Torres, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8606  
 Arlindo Manuel Silva, Aveiro - Águeda, 11854  
 Armanda Silva, Faro - Lagoa, 12955  
 Armando Cardoso, Lisboa - Cascais, 7535  
 Armando Santos, Leiria - Castanheira de Pêra, 11657  
 Armindo Monteiro, Porto - Valongo, 5051  
 Armindo Silveira, Santarém - Abrantes, 10694  
 Arnaldo Sarroeira, Leiria - Caldas da Rainha, 269  
 Artur Calado, Portalegre - Portalegre, 8084  
 Artur Carvalho, Porto - Vila Nova de Gaia, 4459  
 Artur Faria, Porto - Vila Nova de Gaia, 4858  
 Artur Ramos, Porto - Gondomar, 6295  
 Ascensão Pereira, Santarém - Torres Novas, 13785  
 Augusto Gonçalves, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 12850  
 Augusto Simões, Coimbra - Lousã, 2844  
 Avelina Ferreira, Açores - São Miguel, 12308  
 Baltasar Duarte, Porto - Porto, 5078  
 Baltazar Tafal, Santarém - Torres Novas, 8442  
 Bárbara Soares, Lisboa - Lisboa, 630  
 Beatriz Arnedo, Porto - Porto, 11828  
 Beatriz Farelo, Lisboa - Lisboa, 12474  
 Beatriz Simões, Porto - Porto, 13034  
 Belandina Vaz, Lisboa - Mafra, 5454  
 Belmira Ferreira, Aveiro - São João da Madeira, 4559  
 Benjamim Gomes, Portalegre - Campo Maior, 10467  
 Benjamim Vilela, Porto - Porto, 8259  
 Bernardino Guia, Faro - Silves, 2383  
 Bernardo Garcia, Coimbra - Coimbra, 13766  
 Berta Alves, Lisboa - Cascais, 666  
 Bianca de Almeida, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12256  
 Bruno Cabral, Lisboa - Lisboa, 297  
 Bruno Góis, Lisboa - Amadora, 4521  
 Bruno Lourinho, Faro - Portimão, 7673  
 Bruno Maia, Lisboa - Lisboa, 2774  
 Bruno Martins, Braga - Fafe, 13663  
 Bruno Martins, Évora - Évora, 4645  
 Bruno Miguel Leite, Porto - Gondomar, 10410  
 Bruno Morais, Aveiro - Ovar, 11855



- Bruno Oliveira, Aveiro - Mealhada, 11335  
Bruno Pacheco, Porto - Gondomar, 9323  
Camilo Ferreira, Braga - Braga, 12119  
Carla Almeida, Porto - Vila Nova de Gaia, 14020  
Carla Garcia, Açores - Terceira, 12892  
Carla Jorge, Leiria - Caldas da Rainha, 12904  
Carla Lopes, Porto - Porto, 13656  
Carla Marques, Coimbra - Figueira da Foz, 9130  
Carla Pereira, Leiria - Leiria, 12940  
Carla Prates Alcaravela, Portalegre - Ponte de Sor, 10536  
Carla Silva, Porto - Matosinhos, 12455  
Carla Silva, Porto - Marco de Canaveses, 10669  
Carla Sousa, Porto - Valongo, 12170  
Carla Travessa, Lisboa - Loures, 13132  
Carla Vilela, Porto - Matosinhos, 5692  
Carlos Borges Sousa, Lisboa - Lisboa, 3943  
Carlos Caldeira, Coimbra - Coimbra, 4757  
Carlos Couto, Viseu - Viseu, 3141  
Carlos Cunha, Setúbal - Seixal, 11709  
Carlos Cunha Cruz, Porto - Lousada, 13168  
Carlos dos Santos, Portalegre - Portalegre, 11218  
Carlos Faria, Madeira - Funchal, 3577  
Carlos Freitas, Braga - Barcelos, 13464  
Carlos Gomes, Vila Real - Vila Real, 12834  
Carlos Gonçalves, Leiria - Pombal, 13395  
Carlos Gonçalves, Lisboa - Loures, 9661  
Carlos Guinote, Setúbal - Palmela, 575  
Carlos Honório, Coimbra - Lousã, 10430  
Carlos Lázaro, Setúbal - Seixal, 533  
Carlos Liberal, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8699  
Carlos Matias, Santarém - Entroncamento, 1355  
Carlos Miguel Fernandes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 6697  
Carlos Oliveira, Açores - Santa Maria, 13067  
Carlos Oliveira, Setúbal - Palmela, 9199  
Carlos Pais, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2628  
Carlos Patrão, Lisboa - Vila Franca de Xira, 1052  
Carlos Pereira, Madeira - Funchal, 3566  
Carlos Santos, Coimbra - Lousã, 6386  
Carlos Santos, Lisboa - Lisboa, 236  
Carlos Solposto, Lisboa - Lisboa, 302  
Carlos Teles, Braga - Braga, 928  
Carlos Valente, Beja - Serpa, 10705  
Carlos Veiros, Aveiro - Ovar, 698  
Carmen Rodrigues, Aveiro - Aveiro, 13025  
Carmen Trindade, Lisboa - Loures, 11716  
Carmo Bica, Lisboa - Lisboa, 2784  
Carmo Marques, Aveiro - Aveiro, 3655  
Carolina Ferreira, Viseu - Lamego, 13055  
Casimiro de Oliveira, Porto - Porto, 9999  
Catarina Agreira, Coimbra - Coimbra, 12533  
Catarina Alves, Porto - Matosinhos, 11441  
Catarina Martins, Coimbra - Coimbra, 2822  
Catarina Oliveira, Lisboa - Lisboa, 6764  
Catarina Silva, Madeira - Funchal, 13493  
Cátia Nóvoa, Porto - Porto, 4862  
Cátia Rato, Portalegre - Portalegre, 12172  
Cecília Honório, Lisboa - Cascais, 446  
Celeste Santos, Faro - Vila Real de Santo António, 10577  
Celestina Sousa, Setúbal - Seixal, 10923  
Célia Cavalheiro, Leiria - Pombal, 13394  
Celina Santos, Lisboa - Sintra, 3285  
Celme Tavaes, Aveiro - Aveiro, 6666  
César Silva, Porto - Amarante, 1473  
César Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11666  
Céu Fazenda, Lisboa - Lisboa, 434  
Cidália Ramos, Aveiro - São João da Madeira, 6066  
Cipriano Pisco, Setúbal - Montijo, 799  
Clara Romana Ferreira, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 11261  
Cláudia Braga, Porto - Vila Nova de Gaia, 13165  
Cláudia Lamy, Setúbal - Seixal, 11720  
Cláudia Valente, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 12813  
Cláudio Torres, Beja - Mértola, 2993  
Conceição Duarte, Coimbra - Coimbra, 4812  
Conceição Nogueira, Porto - Porto, 941  
Conceição Peralta, Lisboa - Lisboa, 6440  
Conceição Pereira, Madeira - Funchal, 2949  
Conceição Sereno, Porto - Gondomar, 11822  
Constança Portela, Porto - Porto, 11555  
Corália Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 13695  
Cristian Georgescu, Porto - Porto, 11632  
Cristina Andrade, Lisboa - Lisboa, 5074  
Cristina Guedes, Castelo Branco - Cova da Beira, 7962  
Cristina Herculano, Setúbal - Almada, 10937  
Cristina Monteiro, Portalegre - Campo Maior, 12441  
Cristina Semblano, Europa - França, 2809  
Custódio Alexandre Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 12589  
Daniel Acácio, Porto - Vila Nova de Gaia, 10125  
Daniel Baptista, Lisboa - Lisboa, 9791  
Daniel Bernardino, Setúbal - Barreiro, 5151  
Daniel Carapau, Lisboa - Lisboa, 2311  
Daniel Castro Silva, Aveiro - São João da Madeira, 10838  
Daniel Claro, Lisboa - Azambuja, 1336  
Daniel Silva, Coimbra - Coimbra, 10837  
Daniela Gomes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9686  
Daniela Paour, Leiria - Marinha Grande, 13356  
Daniela Rosa, Leiria - Marinha Grande, 13475  
David Argel, Beja - Beja, 1424



David Berrueco, Faro - Olhão, 10617  
 David Bizarro, Portalegre - Nisa, 7703  
 David Machado, Lisboa - Odivelas, 10046  
 David Pereira, Setúbal - Barreiro, 12627  
 David Sher, Lisboa - Lisboa, 12002  
 David Vargas, Madeira - Santa Cruz, 6172  
 Delfina Vieira, Porto - Gondomar, 4864  
 Deolinda Martin, Lisboa - Amadora, 3942  
 Diana Azóia, Leiria - Leiria, 13972  
 Diana Pereira, Lisboa - Lisboa, 12573  
 Diana Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13909  
 Diego Garcia, Viseu - Carregal do Sal, 11602  
 Dilan Granjo, Aveiro - Aveiro, 11334  
 Dina de Sá, Santarém - Torres Novas, 13790  
 Dina Nunes, Lisboa - Lisboa, 692  
 Diogo Anastácio de Sousa, Madeira - Funchal, 11767  
 Diogo Barbosa, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 5265  
 Diogo Mendes, Setúbal - Setúbal, 12249  
 Domingos Novais, Porto - Gondomar, 4016  
 Dora Filipa Matos, Porto - Porto, 11633  
 Duarte Barros, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10351  
 Durval Soares, Setúbal - Seixal, 1384  
 Edgar Gonçalves, Porto - Lousada, 13577  
 Edgar Sousa, Setúbal - Seixal, 10950  
 Edite Leal, Setúbal - Setúbal, 13567  
 Eduardo Antunes, Aveiro - Aveiro, 11907  
 Eduardo Couto, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13387  
 Eduardo Magalhães, Porto - Lousada, 12163  
 Eduardo Marques, Viseu - Lamego, 6446  
 Elisa Antunes, Porto - Amarante, 3812  
 Elisabete Carvalho, Porto - Porto, 12396  
 Elisabete Lopes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10576  
 Elísio Silva, Aveiro - Espinho, 1711  
 Elsa Santos, Coimbra - Coimbra, 5398  
 Elsa Silva, Porto - Porto, 11023  
 Elvira Silva, Faro - Portimão, 12448  
 Ernesto Costa, Coimbra - Coimbra, 2821  
 Ernesto Magalhães, Porto - Matosinhos, 4060  
 Esmeralda Mateus, Porto - Porto, 1252  
 Esmeralda Melo, Aveiro - Aveiro, 10881  
 Eulália Bendito, Açores - Terceira, 386  
 Eunice Sequeira, Faro - Faro, 13049  
 Eva Braga, Aveiro - São João da Madeira, 105  
 Eva Coelho, Porto - Penafiel, 10108  
 Eva Cosme, Porto - Lousada, 13578  
 Ezequiel Ferreira, Setúbal - Setúbal, 670  
 Fabian Figueiredo, Lisboa - Loures, 5232  
 Fábio Almeida, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13838  
 Fábio André Capinha, Porto - Gondomar, 11695  
 Fábio Salgado, Lisboa - Lisboa, 4510  
 Fabrice Schurmans, Coimbra - Coimbra, 5105  
 Fatima Barata, Setúbal - Seixal, 754  
 Fátima Gomes, Madeira - Funchal, 13112  
 Fátima Ramos, Aveiro - Mealhada, 13283  
 Fatima Teixeira, Beja - Odemira, 13626  
 Feliciano Mota, Setúbal - Sesimbra, 4612  
 Fernanda Pinto, Beja - Odemira, 13365  
 Fernanda Salgado, Porto - Porto, 12333  
 Fernando Almeida, Setúbal - Almada, 11924  
 Fernando Barbosa, Porto - Valongo, 7105  
 Fernando Figueira, Lisboa - Sintra, 1106  
 Fernando João, Lisboa - Lisboa, 1448  
 Fernando Lacerda, Porto - Vila Nova de Gaia, 356  
 Fernando Macedo, Porto - Vila Nova de Gaia, 9148  
 Fernando Neves, Lisboa - Sintra, 3082  
 Fernando Pinho, Setúbal - Setúbal, 842  
 Fernando Rosas, Setúbal - Setúbal, 657  
 Fernando Santos, Braga - Guimarães, 4555  
 Fernando Sarmento, Bragança - Mirandela, 8574  
 Filipa Almeida, Vila Real - Vila Real, 13759  
 Filipa Gonçalves, Lisboa - Lisboa, 3541  
 Filipa Lopes, Setúbal - Barreiro, 12626  
 Filipa Rebelo, Faro - Lagoa, 10993  
 Filipa Vieira, Aveiro - Aveiro, 13022  
 Filipe Lopes, Setúbal - Barreiro, 12623  
 Filipe Meireles, Porto - Lousada, 13170  
 Filipe Oliveira, Porto - Vila Nova de Gaia, 8983  
 Filipe Santos, Beja - Almodôvar, 8312  
 Filipe Serra, Coimbra - Lousã, 12604  
 Firmino Amendoeira, Lisboa - Azambuja, 5475  
 Flora Silva, Lisboa - Sintra, 2754  
 Francisca Jardim, Madeira - Santa Cruz, 13114  
 Francisco Alves, Setúbal - Barreiro, 1107  
 Francisco Colaço, Santarém - Cartaxo, 390  
 Francisco Cordeiro, Santarém - Santarém, 7658  
 Francisco Fernandes, Lisboa - Vila Franca de Xira, 2499  
 Francisco Filipe, Portalegre - Ponte de Sor, 10494  
 Francisco José, Porto - Maia, 4052  
 Francisco Louçã, Lisboa - Lisboa, 1684  
 Francisco Marques Vidal, Aveiro - Águeda, 13372  
 Francisco Matos, Leiria - Caldas da Rainha, 10621  
 Francisco Morais, Setúbal - Seixal, 9122  
 Francisco Morato, Lisboa - Oeiras, 13769  
 Francisco Oliveira, Coimbra - Coimbra, 3987  
 Francisco Pascoal, Santarém - Rio Maior, 12538  
 Francisco Silva, Setúbal - Seixal, 11108  
 Francisco Tomás, Setúbal - Seixal, 755  
 Frédéric Bogaerts, Viseu - Carregal do Sal, 13004





- Gil Fesch, Porto - Porto, 11614  
Gil Gonçalves, Bragança - Bragança, 10946  
Gilberto Nifrário, Setúbal - Sesimbra, 4301  
Gina Mateus, Beja - Beja, 8781  
Gisela Martins, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 8593  
Goncalo Belo Loureiro, Lisboa - Mafra, 13468  
Gonçalo Cabral Ferreira, Porto - Matosinhos, 8568  
Gonçalo Ferrão, Lisboa - Torres Vedras, 9656  
Gonçalo Gonçalves, Aveiro - Aveiro, 10004  
Gonçalo Pato, Aveiro - Aveiro, 13591  
Gonçalo Pessa, Leiria - Pombal, 8545  
Graça Lucena, Porto - Porto, 6586  
Graciano Leitão, Évora - Évora, 13817  
Gualter Costa, Porto - Trofa, 8988  
Guida Ascensão, Beja - Serpa, 795  
Guida Parra, Santarém - Torres Novas, 13804  
Guilherme Amaro, Aveiro - Aveiro, 11875  
Guilherme Monteiro, Guarda - Guarda, 13770  
Guilherme Parreira, Açores - Terceira, 12792  
Gustavo Behr, Lisboa - Lisboa, 4574  
Haldane Amaro, Setúbal - Seixal, 9123  
Heitor Carvalho da Silva, Aveiro - São João da Madeira, 2556  
Heitor de Sousa, Leiria - Leiria, 664  
Heitor Nereu, Santarém - Torres Novas, 10540  
Helder Fileno, Porto - Vila Nova de Gaia, 13452  
Helder Mota, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11281  
Helena Amaral, Lisboa - Lisboa, 611  
Helena Dias Loureiro, Coimbra - Coimbra, 9426  
Helena Martins, Porto - Santo Tirso, 13600  
Helena Oliveira, Aveiro - São João da Madeira, 4557  
Helena Órfão, Braga - Braga, 924  
Helena Pinto, Santarém - Torres Novas, 659  
Helga Calçada, Porto - Porto, 12776  
Henrique Leal, Santarém - Entroncamento, 1350  
Henrique Soares, Lisboa - Lisboa, 12731  
Hermógenes Ribeiro, Évora - Évora, 9332  
Hernâni Carmo, Lisboa - Lisboa, 12344  
Hernâni Pereira, Lisboa - Lisboa, 4079  
Hilário Martins, Braga - Vieira do Minho, 2703  
Homero Parente, Santarém - Torres Novas, 4981  
Honório Marques, Faro - Faro, 11475  
Hugo Arsénio Pereira, Setúbal - Seixal, 12086  
Hugo Cunha, Aveiro - Aveiro, 13733  
Hugo Evangelista, Lisboa - Lisboa, 3424  
Hugo Lemos, Setúbal - Almada, 10920  
Hugo Monteiro, Porto - Porto, 10717  
Hugo Parreira, Lisboa - Lisboa, 11143  
Hugo Raimundo, Lisboa - Amadora, 12032  
Hugo Sampaio, Braga - Vila Nova de Famalicão, 10470  
Hugo Seixas, Aveiro - São João da Madeira, 12358  
Hugo Silva, Porto - Amarante, 1471  
Hugo Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4686  
Hugo Xavier, Setúbal - Almada, 12727  
Humberto Andrade, Lisboa - Lisboa, 1034  
Humberto Silveira, Lisboa - Lisboa, 4094  
Idalécio Soares, Faro - Olhão, 9563  
Igor Gago, Faro - Olhão, 13748  
Inês Costa, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12515  
Inês Monteiro, Beja - Beja, 9792  
Inês Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13240  
Inês Ribeiro, Lisboa - Cascais, 9412  
Inês Santos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13913  
Inês Tavares, Lisboa - Lisboa, 9721  
Irina Pampim, Lisboa - Amadora, 8869  
Isabel Alves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13720  
Isabel Pires, Lisboa - Lisboa, 6734  
Isaque Palmas, Porto - Porto, 6990  
Isidro Soares, Porto - Porto, 358  
Ismael Varandas, Aveiro - Ovar, 9725  
Ivete Estevão, Faro - Olhão, 8874  
Ivo Barros, Porto - Penafiel, 9043  
Ivo Conceição, Faro - Olhão, 13621  
Izaura Solipa, Santarém - Benavente, 11048  
J.Luís Pissarro, Lisboa - Cascais, 1053  
Jacqueline Marques, Aveiro - Estarreja, 12377  
Jaime Mestre, Setúbal - Palmela, 831  
Jaime Pinho, Setúbal - Setúbal, 671  
Jaime Santiago, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 11262  
Jaime Valentim, Aveiro - Ílhavo, 12153  
Jerónimo Dias, Aveiro - Aveiro, 10561  
Jéssica Costa Tavares, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12649  
Joana Caetano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8947  
Joana Filipe, Leiria - Caldas da Rainha, 11938  
Joana Filipe, Lisboa - Lisboa, 9906  
Joana Grilo, Lisboa - Lisboa, 5360  
Joana Louçã, Lisboa - Lisboa, 1374  
Joana Marques, Aveiro - Aveiro, 13388  
Joana Mortágua, Setúbal - Almada, 3772  
Joana Pires, Lisboa - Lisboa, 11465  
Joana Ramos, Porto - Gondomar, 12214  
Joana Resende, Porto - Valongo, 13089  
Joana Ricarte, Coimbra - Coimbra, 11472  
Joana Saraiva, Leiria - Marinha Grande, 2883  
João Afonso, Setúbal - Santiago do Cacém, 519  
João Almeida, Aveiro - Ovar, 699  
João Bárbara, Faro - Portimão, 13605



João Bau, Lisboa - Lisboa, 4658  
 João Brandão, Aveiro - Aveiro, 11878  
 João Camargo, Lisboa - Lisboa, 9236  
 João Carlos Coelho, Aveiro - Aveiro, 11915  
 João Carvalho, Lisboa - Lisboa, 4236  
 João Carvalho, Porto - Amarante, 10875  
 João Carvão, Setúbal - Seixal, 1385  
 João Cordeiro, Porto - Porto, 5622  
 João Curvêlo, Lisboa - Odivelas, 5267  
 João Daniel Martins, Braga - Vizela, 9597  
 João Faria, Portalegre - Campo Maior, 7704  
 João Fernandes, Lisboa - Vila Franca de Xira, 7782  
 João Ferro, Évora - Estremoz, 1280  
 João Figueira, Aveiro - Aveiro, 10182  
 João Gomes, Lisboa - Lisboa, 11341  
 João Gomes, Braga - Vizela, 9617  
 João Guerreiro, Braga - Braga, 13146  
 João Madeira, Aveiro - Aveiro, 12648  
 João Maria Caetano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10352  
 João Marques, Leiria - Marinha Grande, 11656  
 João Marques, Lisboa - Odivelas, 8353  
 João Martins, Aveiro - Aveiro, 10037  
 João Matos, Setúbal - Almada, 8784  
 João Meneses Costa, Madeira - Funchal, 3802  
 João Mineiro, Lisboa - Lisboa, 6566  
 João Moniz, Aveiro - Aveiro, 11411  
 João Negrão, Braga - Barcelos, 1885  
 João Neves, Lisboa - Lisboa, 11405  
 João Nóbrega, Setúbal - Sesimbra, 13330  
 João Oliveira, Braga - Vieira do Minho, 917  
 João Oliveira, Faro - Loulé, 13340  
 João Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13241  
 João Pedro Martins, Porto - Vila Nova de Gaia, 12136  
 João Pedro Silva, Porto - Gondomar, 7994  
 João Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 2020  
 João Pinho, Lisboa - Lisboa, 2343  
 João Rodrigues, Lisboa - Torres Vedras, 866  
 João Rodrigues, Braga - Braga, 12930  
 João Santos, Aveiro - Ovar, 10253  
 João Semedo, Porto - Porto, 4638  
 João Silva, Lisboa - Sintra, 2747  
 João Silva, Setúbal - Almada, 12717  
 João Silva, Setúbal - Seixal, 4110  
 João Teixeira, Faro - Lagoa, 9453  
 João Teixeira Lopes, Porto - Porto, 2168  
 João Vale, Porto - Porto, 6877  
 João Varela, Portalegre - Portalegre, 11072  
 João Vasconcelos, Faro - Portimão, 1508  
 João Vendas, Évora - Estremoz, 6331  
 Joaquim Calado, Lisboa - Lisboa, 11035  
 Joaquim Dias, Aveiro - Santa Maria da Feira, 640  
 Joaquim Espírito Santo, Porto - Gondomar, 2627  
 Joaquim Gomes, Faro - Faro, 11968  
 Joaquim Lima, Porto - Matosinhos, 321  
 Joaquim Machado, Setúbal - Seixal, 1775  
 Joaquim Marques, Aveiro - Aveiro, 10216  
 Joaquim Matias, Açores - São Miguel, 2104  
 Joaquim Moreira, Porto - Gondomar, 320  
 Joaquim piló, Setúbal - Seixal, 2930  
 Joaquim Rodrigues, Portalegre - Campo Maior, 10663  
 Joaquim Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9420  
 Joaquim Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2609  
 Joaquina Guimarães, Braga - Guimarães, 9720  
 Joaquina Lourenço, Faro - Portimão, 9138  
 Joel Lopes, Setúbal - Almada, 2350  
 Joel Oliveira, Porto - Porto, 1238  
 Jóni Ledo, Bragança - Vila Flôr, 6718  
 Jony do Mar, Faro - Albufeira, 12790  
 Jorge Afonso, Aveiro - Aveiro, 102  
 Jorge Costa, Lisboa - Loures, 635  
 Jorge Lourenço, Porto - Porto, 1240  
 Jorge Magalhães, Porto - Porto, 4458  
 Jorge Manuel Ferreira Mendes, Lisboa - Oeiras, 6688  
 Jorge Martins, Coimbra - Coimbra, 11764  
 Jorge Paiva, Porto - Porto, 7182  
 Jorge Pereira, Porto - Matosinhos, 343  
 Jorge Pinto, Setúbal - Almada, 11452  
 Jorge Ramos, Faro - Lagoa, 8646  
 Jorge Ribeiro, Leiria - Nazaré, 12598  
 Jorge Santos, Porto - Matosinhos, 10796  
 Jorge Silva, Lisboa - Sintra, 1103  
 Jorge Silva, Porto - Porto, 9733  
 Jorge Silva, Setúbal - Seixal, 4147  
 Jorge Sousa, Porto - Matosinhos, 1239  
 Jorge Vilela, Braga - Braga, 9736  
 José Alberto Antunes, Santarém - Torres Novas, 13803  
 José Alberto Ferreira, Braga - Vieira do Minho, 13982  
 José Augusto Pinto, Porto - Gondomar, 6932  
 José Barros, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13705  
 José Barroso, Leiria - Caldas da Rainha, 13606  
 José Bastos, Lisboa - Lisboa, 5958  
 José Boavida, Lisboa - Lisboa, 604  
 José Cardeira, Leiria - Leiria, 413  
 José Carlos Cunha, Porto - Amarante, 1469  
 José Carlos Rodrigues, Braga - Vieira do Minho, 1307  
 José Carreira, Açores - São Miguel, 2758  
 José Casimiro, Lisboa - Lisboa, 660  
 José Cerveira, Aveiro - Mealhada, 13276



- José Dias, Braga - Braga, 5726  
José Dias, Faro - Portimão, 1507  
José Ernesto Oliveira, Aveiro - Aveiro, 13065  
José Ferreira, Porto - Matosinhos, 2585  
José Ferreira, Leiria - Caldas da Rainha, 13782  
José Ferreira dos Santos, Porto - Matosinhos, 646  
José Figueiredo, Braga - Barcelos, 10823  
José Filipe Almeida Martins, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4679  
José Franco, Lisboa - Loures, 5501  
José Gaspar, Portalegre - Portalegre, 11215  
José Gusmão, Lisboa - Lisboa, 3283  
José Jesus, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8112  
José João Machado, Évora - Évora, 10596  
José Lucas, Coimbra - Coimbra, 4808  
José Luís Castro, Aveiro - Aveiro, 13277  
José Luís Coimbra, Évora - Évora, 8350  
Jose Luis Monteiro, Portalegre - Campo Maior, 12171  
José Machado Castro, Porto - Porto, 333  
José Maia, Porto - Vila do Conde, 13703  
José Manuel Pureza, Coimbra - Coimbra, 406  
José Manuel Reis, Coimbra - Coimbra, 3691  
José Manuel Valente, Lisboa - Odivelas, 7289  
José Mário Cruz, Aveiro - Aveiro, 13285  
José Miranda, Porto - Porto, 5076  
José Monteiro, Portalegre - Alter do Chão, 12856  
José Moura, Santarém - Salvaterra de Magos, 13320  
José Palhares Falcão, Lisboa - Odivelas, 653  
José Pedras, Braga - Braga, 10774  
José Peixoto, Leiria - Leiria, 414  
José Pinto, Aveiro - Espinho, 4176  
José Pinto, Braga - Braga, 915  
José Pinto, Évora - Évora, 10813  
José Pires, Lisboa - Loures, 10361  
José Porfírio, Faro - Portimão, 11588  
José Ribeiro, Aveiro - Estarreja, 12748  
José Ribero, Portalegre - Ponte de Sor, 13704  
José Rocha, Setúbal - Almada, 4994  
José Ruivo, Aveiro - Espinho, 13046  
José Salgueiro, Lisboa - Loures, 3218  
José Sande, Portalegre - Campo Maior, 13272  
José Santos, Porto - Gondomar, 11730  
José Santos, Setúbal - Setúbal, 13568  
José Soares, Portalegre - Campo Maior, 10357  
José Soeiro, Porto - Porto, 948  
José Timóteo, Leiria - Leiria, 12060  
Júlia Correia, Coimbra - Lousã, 4770  
Júlia Cruz, Porto - Porto, 5690  
Júlia Garraio, Coimbra - Coimbra, 5104  
Júlia Silva, Aveiro - Aveiro, 13832  
Juliana Camacho, Madeira - Câmara de Lobos, 13480  
Julieta Rocha, Setúbal - Almada, 1191  
Karim Quintino, Setúbal - Almada, 11774  
Kazi Uddin, Setúbal - Almada, 12488  
Kevin Tavares, Aveiro - Ílhavo, 8187  
Laura Dias, Braga - Braga, 5727  
Laura Diogo, Lisboa - Lisboa, 9191  
Leonel Castro, Braga - Fafe, 8322  
Leonel Pereira, Santarém - Torres Novas, 13787  
Leonor Costa, Lisboa - Lisboa, 5673  
Leonor Rosas, Lisboa - Lisboa, 13980  
Leopoldina Manteigas, Leiria - Peniche, 7378  
Lídia do Vale Costa, Porto - Porto, 1245  
Lígia Patrícia, Aveiro - São João da Madeira, 11788  
Liliana Resende, Aveiro - Ovar, 13370  
Lúcia Arruda, Açores - São Miguel, 3863  
Lúcia Cunha, Vila Real - Chaves, 13763  
Luís Branco, Lisboa - Lisboa, 239  
Luis Cabrita, Faro - Faro, 13594  
Luís Carlos Brum, Açores - São Miguel, 3864  
Luís Casinhas, Faro - Lagos, 10300  
Luís Castro, Lisboa - Cascais, 1713  
Luis Cortesão, Coimbra - Coimbra, 2981  
Luis Costa, Faro - Faro, 4022  
Luís Costa, Lisboa - Amadora, 8295  
Luís Fazenda, Lisboa - Lisboa, 1685  
Luís Filipe Caras Altas, Setúbal - Almada, 4012  
Luis Govern, Setúbal - Barreiro, 11707  
Luis Gomes, Santarém - Salvaterra de Magos, 1501  
Luís Grácio, Santarém - Entroncamento, 4320  
Luís Grilo, Aveiro - Águeda, 11860  
Luis Leiria, Lisboa - Lisboa, 993  
Luís Martins, Porto - Matosinhos, 7662  
Luis Monteiro, Porto - Vila Nova de Gaia, 6793  
Luís Moreira, Lisboa - Lisboa, 11362  
Luís Mota, Portalegre - Ponte de Sor, 9061  
Luís Nascimento, Setúbal - Sesimbra, 10085  
Luís Oliveira, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 11222  
Luís Oliveira, Aveiro - Ílhavo, 7299  
Luís Pereira, Setúbal - Almada, 543  
Luís Pinto Cardoso, Açores - São Miguel, 11244  
Luís Queiroz, Porto - Marco de Canaveses, 12951  
Luís Ramos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11856  
Luís Sá, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4314  
Luís Salgado, Lisboa - Cascais, 9790  
Luís Santos, Braga - Barcelos, 1312  
Luís Santos, Porto - Valongo, 332  
Luís Silva, Porto - Matosinhos, 945



Luís Silva, Santarém - Salvaterra de Magos, 11126  
 Luís Silva, Porto - Vila Nova de Gaia, 4879  
 Luís Vale, Bragança - Vinhais, 3823  
 Luís Xavier, Porto - Matosinhos, 9565  
 Luísa Teixeira, Setúbal - Seixal, 750  
 Lurdes Gomes, Porto - Vila Nova de Gaia, 9844  
 M. Araújo Jesus Pereira, Porto - Matosinhos, 167  
 Mafalda Escada, Lisboa - Lisboa, 10517  
 Mafalda Pedreira, Leiria - Caldas da Rainha, 10550  
 Mafalda Silva, Aveiro - Aveiro, 13806  
 Manuel Azenha Pereira, Leiria - Leiria, 7643  
 Manuel Brandão, Leiria - Caldas da Rainha, 13997  
 Manuel Canelas, Leiria - Alcobaca, 12958  
 Manuel Carlos Silva, Braga - Braga, 12121  
 Manuel Coelho, Viseu - Tarouca, 11659  
 Manuel Ferreira, Viseu - Carregal do Sal, 13003  
 Manuel Gago, Lisboa - Loures, 667  
 Manuel Grilo, Lisboa - Lisboa, 649  
 Manuel Magalhães, Leiria - Caldas da Rainha, 12520  
 Manuel Maneira, Lisboa - Sintra, 432  
 Manuel Mileu, Portalegre - Sousel, 13674  
 Manuel Perfeito, Porto - Gondomar, 317  
 Manuel Pimenta, Porto - Maia, 10509  
 Manuel Rocha, Aveiro - Santa Maria da Feira, 6815  
 Manuel Rosado, Portalegre - Sousel, 13675  
 Manuel Sousa, Leiria - Óbidos, 13781  
 Manuela Goes, Faro - Lagos, 3437  
 Manuela Gonçalves, Braga - Braga, 12215  
 Manuela Pereira, Leiria - Leiria, 8203  
 Manuela Tavares, Setúbal - Almada, 845  
 Marcelino Nogueira, Porto - Gondomar, 7594  
 Márcia Santana, Setúbal - Setúbal, 12077  
 Marco Bastos, Porto - Felgueiras, 11517  
 Marco Domingues, Leiria - Marinha Grande, 13473  
 Marco Geração, Santarém - Entroncamento, 5580  
 Marco Gomes, Braga - Braga, 5728  
 Marco Marques, Lisboa - Lisboa, 5160  
 Marco Mendes, Porto - Lousada, 13186  
 Marco Mendonça, Bragança - Bragança, 122  
 Marco Pereira, Faro - Portimão, 9360  
 Marco Pinheiro, Aveiro - Aveiro, 11460  
 Marcolino Pereira, Madeira - Funchal, 13021  
 Margarida Godinho, Portalegre - Alter do Chão, 13343  
 Margarida Ribeiro, Porto - Porto, 373  
 Margarida Rolo, Braga - Cabeceiras de Basto, 11687  
 Margarida Vilela, Porto - Matosinhos, 5691  
 Maria Adélia Valentim, Aveiro - Ílhavo, 12154  
 Maria Bastos, Aveiro - Aveiro, 11357  
 Maria Candeias, Setúbal - Almada, 12290  
 Maria Clara Cruz, Porto - Porto, 5689  
 Maria Cunha, Setúbal - Almada, 11078  
 Maria da Conceição Oliveira, Aveiro - São João da Madeira, 5877  
 Maria da Conceição Santos, Braga - Barcelos, 1309  
 Maria da Graça Marques Pinto, Viseu - Viseu, 2786  
 Maria de Fátima Silva, Braga - Braga, 5733  
 Maria do Céu Maia, Porto - Maia, 5533  
 Maria do Rosário Amaral, Setúbal - Setúbal, 9672  
 Maria Feliciano Coelho, Faro - Faro, 13595  
 Maria Fernandes, Lisboa - Odivelas, 11898  
 Maria Francisca Serrão, Setúbal - Barreiro, 12628  
 Maria Freire, Santarém - Salvaterra de Magos, 13314  
 Maria Frio, Portalegre - Ponte de Sor, 8066  
 Maria Gil, Porto - Lousada, 13092  
 Maria Gomes, Braga - Braga, 5730  
 Maria Helena Figueiredo, Évora - Évora, 10812  
 Maria Helena Figueiredo, Lisboa - Lisboa, 3736  
 Maria Isabel Gonçalves, Braga - Braga, 7609  
 Maria Isabel Martins, Braga - Barcelos, 2997  
 Maria Isabel Ribeiro, Aveiro - Mealhada, 13829  
 Maria Isabel Roque, Lisboa - Oeiras, 5042  
 Maria João Rodrigues, Porto - Vila Nova de Gaia, 4265  
 Maria João Silva, Portalegre - Campo Maior, 13773  
 Maria José Cravinho, Lisboa - Lisboa, 12572  
 Maria José Ganhão, Setúbal - Moita, 2222  
 Maria José Pinheiro, Portalegre - Portalegre, 11560  
 Maria José Vitorino, Lisboa - Vila Franca de Xira, 612  
 Maria Lacerda, Setúbal - Almada, 10915  
 Maria Lebreiro, Porto - Gondomar, 11484  
 Maria Lemos, Setúbal - Almada, 4927  
 Maria Luís Burstoff, Leiria - Pombal, 1778  
 Maria Luísa Bruges, Madeira - Santa Cruz, 13494  
 Maria Luísa Cabral, Lisboa - Lisboa, 9516  
 Maria Manuel Rola, Porto - Porto, 9880  
 Maria Manuela Henriques, Aveiro - Aveiro, 13488  
 Maria Marcelino, Faro - Faro, 12785  
 Maria Melo, Leiria - Caldas da Rainha, 13682  
 Maria Mendes, Braga - Braga, 12283  
 Maria Mercedes Reis, Aveiro - Aveiro, 9348  
 Maria Nunes, Lisboa - Amadora, 451  
 Maria Paula Monteiro, Portalegre - Alter do Chão, 12802  
 Maria Rodrigues, Porto - Matosinhos, 595  
 Maria Rosa Dias, Faro - Portimão, 10391  
 Maria Santos, Setúbal - Almada, 12489  
 Maria Santos, Braga - Barcelos, 1310  
 Maria Silva, Setúbal - Seixal, 4776  
 Maria Ventura, Lisboa - Lisboa, 7705  
 Maria Vicência Sande, Portalegre - Campo Maior, 13271



- Maria Vieira, Porto - Porto, 13701  
Mariana Aiveca, Setúbal - Palmela, 241  
Mariana Carneiro, Lisboa - Lisboa, 1644  
Mariana Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13836  
Mariana Garrido, Coimbra - Coimbra, 12097  
Mariana Gomes, Lisboa - Lisboa, 10023  
Mariana Mortágua, Lisboa - Lisboa, 6687  
Mariana Olho Azul, Lisboa - Amadora, 12554  
Mariette Martinho, Faro - Loulé, 8449  
Marilu santana, Faro - Portimão, 12110  
Marina Romana, Porto - Gondomar, 13017  
Mário Amorim, Porto - Vila Nova de Gaia, 1747  
Mário Bonito, Lisboa - Lisboa, 634  
Mário Costa, Braga - Barcelos, 8767  
Mário Família, Setúbal - Almada, 13308  
Mário Moniz, Açores - Faial, 3797  
Mário Moutinho, Porto - Porto, 11159  
Mário Tomé, Lisboa - Lisboa, 3761  
Marisa Caetano, Santarém - Torres Novas, 13324  
Marlene Pereira, Porto - Lousada, 13169  
Marlene Santos, Porto - Gondomar, 12084  
Marlisa Furtado, Açores - Terceira, 13182  
Marta Giesta, Porto - Gondomar, 9884  
Marta Graça, Aveiro - Aveiro, 4643  
Marta Marques, Madeira - Funchal, 13483  
Marta Neves, Aveiro - Mealhada, 13282  
Martina Ribeiro, Aveiro - Aveiro, 13831  
Mary Rosas, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10636  
Massimo Borioni, Setúbal - Setúbal, 12616  
Miguel Barroso, Leiria - Caldas da Rainha, 13694  
Miguel Bordalo, Lisboa - Lisboa, 11813  
Miguel Cardina, Coimbra - Coimbra, 7151  
Miguel Cardoso, Viseu - Viseu, 8662  
Miguel Gonçalves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13837  
Miguel Neto, Viseu - Viseu, 12435  
Miguel Oliveira, Lisboa - Cascais, 7890  
Miguel Pereira, Leiria - Leiria, 13971  
Miguel Pinheiro, Faro - Albufeira, 10360  
Miguel Pinto, Lisboa - Oeiras, 448  
Miguel Rodrigues, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4681  
Miguel van der Garde, Setúbal - Seixal, 13571  
Miriam Cabo, Vila Real - Vila Real, 13758  
Moisés Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2860  
Mónica Costa, Santarém - Torres Novas, 13788  
Mónica Neto, Faro - Olhão, 9697  
Natércia Coimbra, Coimbra - Coimbra, 644  
Nazaré Nóvoa, Porto - Porto, 5624  
Nelson Arraiolos, Leiria - Caldas da Rainha, 11005  
Nelson Calheiros, Lisboa - Cascais, 12392  
Nelson Campos, Santarém - Torres Novas, 4144  
Nelson Marques, Leiria - Caldas da Rainha, 12874  
Nelson Peralta, Aveiro - Aveiro, 1664  
Noel Rubio, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 13911  
Nuno Antunes, Lisboa - Amadora, 2562  
Nuno Canha, Portalegre - Ponte de Sor, 9675  
Nuno Caterna, Porto - Gondomar, 5627  
Nuno Costa, Lisboa - Odivelas, 9260  
Nuno Cruz, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13719  
Nuno Freitas, Porto - Amarante, 9091  
Nuno Fugas, Leiria - Leiria, 13741  
Nuno Machado, Leiria - Leiria, 6886  
Nuno Monteiro, Santarém - Salvaterra de Magos, 11127  
Nuno Monteiro, Porto - Valongo, 6969  
Nuno Pedrosa, Europa - Bélgica, 10488  
Nuno Pinto, Faro - Lagos, 7671  
Nuno Pinto, Castelo Branco - Cova da Beira, 13029  
Nuno Riobom dos Santos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13686  
Nuno Serrano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 5234  
Nuno Silva, Europa - França, 10867  
Nuno Veludo, Lisboa - Lisboa, 12574  
Nuno Viana, Faro - Faro, 5028  
Olavo Almada, Madeira - Funchal, 10927  
Olga Johannsen, Lisboa - Lisboa, 11293  
Orlando Guerreiro, Açores - Terceira, 12723  
Osvaldo Oyaneder, Lisboa - Odivelas, 10053  
Patrícia Barreira, Lisboa - Lisboa, 9959  
Patrícia Coutinho, Viseu - São Pedro do Sul, 3142  
Patrícia Guimarães, Aveiro - Aveiro, 13286  
Patrícia Martins, Porto - Porto, 12622  
Patrícia Medeiros, Açores - São Miguel, 12156  
Patrícia Monteiro, Porto - Porto, 12749  
Patrícia Moreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9634  
Patrícia Prata, Lisboa - Lisboa, 9375  
Patrícia Silva, Aveiro - Aveiro, 12300  
Paula Andrade, Porto - Matosinhos, 12456  
Paula Cabrita, Lisboa - Loures, 11050  
Paula Filipa Silva, Porto - Gondomar, 6188  
Paula Pereira, Lisboa - Cascais, 4233  
Paula Sequeiros, Porto - Porto, 194  
Paula Serafina Santos, Porto - Amarante, 1463  
Paula Serralha, Setúbal - Barreiro, 13470  
Paula Soares, Setúbal - Barreiro, 12865  
Paula Teixeira, Lisboa - Loures, 12438  
Paula Valentim, Porto - Vila Nova de Gaia, 9529  
Paulete Matos, Lisboa - Lisboa, 605  
Paulino Ascensão, Madeira - Funchal, 10926  
Paulo Alves, Aveiro - São João da Madeira, 4839



Paulo Anjos, Coimbra - Coimbra, 1147  
 Paulo Cardoso, Portalegre - Portalegre, 2598  
 Paulo Costa, Leiria - Caldas da Rainha, 13696  
 Paulo Fontes, Açores - São Jorge, 12966  
 Paulo Gonçalves, Lisboa - Odivelas, 8135  
 Paulo Jesus, Lisboa - Sintra, 1453  
 Paulo Jorge Velho dos Santos Freitas, Leiria - Caldas da Rainha, 9103  
 Paulo Jorge Vieira, Lisboa - Lisboa, 1163  
 Paulo Mendes, Açores - Terceira, 4189  
 Paulo Mendes, Lisboa - Odivelas, 7053  
 Paulo Mourão, Lisboa - Sintra, 3807  
 Paulo Oliveira, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 11151  
 Paulo Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4833  
 Paulo Oliveira, Faro - Portimão, 3912  
 Paulo Oliveira, Porto - Santo Tirso, 7969  
 Paulo Renato Oliveira, Aveiro - Aveiro, 10212  
 Paulo Ricardo, Porto - Porto, 2055  
 Paulo Rodrigues, Lisboa - Loures, 12338  
 Paulo Sanona, Açores - Santa Maria, 7870  
 Paulo Silva, Aveiro - Ovar, 13374  
 Paulo Silva, Braga - Póvoa de Lanhoso, 13667  
 Paulo Silva, Faro - Portimão, 9782  
 Paulo Silva, Porto - Porto, 11022  
 Paulo Sousa, Lisboa - Odivelas, 5362  
 Pedro Alves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10062  
 Pedro Amaral, Açores - Santa Maria, 13254  
 Pedro Carreira, Porto - Porto, 9837  
 Pedro Carvalho, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12036  
 Pedro Castela, Aveiro - Mealhada, 12150  
 Pedro Correia, Porto - Vila Nova de Gaia, 12595  
 Pedro Dias, Porto - Porto, 12994  
 Pedro Faria, Porto - Porto, 11624  
 Pedro Ferreira, Braga - Braga, 11888  
 Pedro Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13688  
 Pedro Gonçalves, Beja - Odemira, 9777  
 Pedro Grave, Santarém - Abrantes, 3775  
 Pedro Isidro Soares, Porto - Porto, 173  
 Pedro Loução, Lisboa - Odivelas, 13974  
 Pedro Lourenço, Porto - Porto, 9666  
 Pedro Mesquita, Castelo Branco - Cova da Beira, 13405  
 Pedro Mota, Faro - Portimão, 4152  
 Pedro Pisco, Lisboa - Torres Vedras, 7807  
 Pedro Ramajal, Porto - Porto, 174  
 Pedro Ramos, Lisboa - Mafra, 3514  
 Pedro Reis, Setúbal - Almada, 2810  
 Pedro Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 5396  
 Pedro Silva, Lisboa - Cascais, 11806  
 Pedro Soares, Braga - Braga, 108  
 Pedro Tavares, Aveiro - Ílhavo, 12159  
 Pedro Vilão, Setúbal - Almada, 12213  
 Rafael Boulair, Porto - Porto, 10214  
 Rafael Costa, Beja - Mértola, 13266  
 Raquel Azevedo, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12307  
 Raquel Bagulho, Lisboa - Lisboa, 5059  
 Raquel Correia, Lisboa - Odivelas, 11271  
 Raquel Maia, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4558  
 Raquel Pereira, Açores - São Miguel, 11101  
 Raquel Rego, Açores - São Miguel, 12363  
 Raquel Teixeira, Bragança - Vila Flôr, 13711  
 Raquel Valentim, Aveiro - Ílhavo, 11463  
 Raquel Wilson, Aveiro - Aveiro, 13096  
 Renato Inácio, Setúbal - Almada, 12566  
 Renato Silva, Braga - Braga, 7122  
 Renato Soeiro, Porto - Vila Nova de Gaia, 2620  
 Ricardo Azevedo, Setúbal - Almada, 12716  
 Ricardo Cerqueira, Braga - Braga, 9804  
 Ricardo Filipe, Évora - Évora, 10266  
 Ricardo Furtado, Açores - Faial, 8732  
 Ricardo Gonçalves, Lisboa - Lisboa, 4282  
 Ricardo Gouveia, Lisboa - Amadora, 9357  
 Ricardo Lafuente, Porto - Porto, 2011  
 Ricardo Martins, Coimbra - Coimbra, 13734  
 Ricardo Martins, Aveiro - Arouca, 13690  
 Ricardo Moreira, Lisboa - Lisboa, 4622  
 Ricardo Peça Carvalheiro, Aveiro - Aveiro, 10350  
 Ricardo Pinheiro, Braga - Guimarães, 4616  
 Ricardo Robles, Lisboa - Lisboa, 2005  
 Ricardo Salabert, Porto - Porto, 1961  
 Ricardo Vicente, Leiria - Caldas da Rainha, 6574  
 Rita Alves, Aveiro - Águeda, 12134  
 Rita Baptista, Aveiro - Aveiro, 10219  
 Rita Calvário, Lisboa - Lisboa, 469  
 Rita Gorgulho, Lisboa - Lisboa, 5361  
 Rita Oliveira, Bragança - Vila Flôr, 13337  
 Rita Sarrico, Lisboa - Loures, 11369  
 Roberto Almada, Madeira - Funchal, 3579  
 Roberto Barata, Santarém - Torres Novas, 12929  
 Roberto Sousa, Leiria - Leiria, 5057  
 Roberto Tavares, Lisboa - Odivelas, 8289  
 Rodrigo Rivera, Lisboa - Lisboa, 3451  
 Rodrigo Trancoso, Madeira - Funchal, 3582  
 Rogério Ferreira, Faro - Loulé, 10861  
 Rogério Neto, Faro - Olhão, 9698  
 Romana Lobo, Aveiro - Aveiro, 11914  
 Romana Sousa, Lisboa - Lisboa, 13846  
 Romão Ramos, Santarém - Torres Novas, 1351  
 Romeu Marques, Setúbal - Seixal, 10912



- Rosa Antunes, Coimbra - Montemor-o-Velho, 5455  
Rosa Maria Leite, Porto - Gondomar, 5693  
Rosa Maria Pereira, Lisboa - Sintra, 6972  
Rosário Madruga, Lisboa - Sintra, 433  
Rufino Figueiredo, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13687  
Rui Amaro, Setúbal - Setúbal, 12271  
Rui Bessa, Porto - Lousada, 13575  
Rui Brito da Silva, Viseu - Viseu, 11911  
Rui Cortes, Vila Real - Vila Real, 251  
Rui Costa, Lisboa - Lisboa, 8668  
Rui Curado Silva, Coimbra - Figueira da Foz, 2823  
Rui Godinho, Setúbal - Seixal, 2482  
Rui Goulão, Aveiro - Mealhada, 13381  
Rui Gutschmidt, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13242  
Rui Jorge Sousa, Portalegre - Ponte de Sor, 13344  
Rui Ledo, Bragança - Vila Flôr, 13712  
Rui Lino, Castelo Branco - Cova da Beira, 13216  
Rui Lopes, Setúbal - Barreiro, 12624  
Rui M. Sá, Viseu - Viseu, 11916  
Rui Massas, Setúbal - Almada, 12472  
Rui Matoso, Lisboa - Torres Vedras, 206  
Rui Morgado, Porto - Matosinhos, 6791  
Rui Nóvoa, Porto - Porto, 159  
Rui Pinela, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 10661  
Rui Ricardo, Lisboa - Alenquer, 12823  
Rui Rodrigues, Aveiro - Aveiro, 11519  
Rui Silva, Aveiro - Espinho, 11935  
Rui Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 7624  
Rute Maria Reis, Porto - Lousada, 13188  
Rute Matos, Porto - Porto, 13654  
Salomé Ventura, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12493  
Sandra Caçoila, Santarém - Salvaterra de Magos, 5487  
Sandra Cunha, Setúbal - Sesimbra, 487  
Sandra Dias, Évora - Arraiolos, 961  
Sandra Ferreira, Aveiro - São João da Madeira, 4090  
Sandra Maltez, Setúbal - Seixal, 11288  
Sandra Sousa, Setúbal - Seixal, 11574  
Sara Pinto, Viseu - Lamego, 13267  
Sara Rocha, Lisboa - Lisboa, 4762  
Sara Santos, Porto - Gondomar, 9779  
Sara Silva, Aveiro - Aveiro, 13377  
Sara Vieira, Porto - Lousada, 13576  
Sebastião Pernes, Faro - Vila do Bispo, 4952  
Selma Pechilas, Aveiro - Aveiro, 12099  
Serafim Cortizo, Lisboa - Lisboa, 11270  
Serafim Duarte, Coimbra - Coimbra, 1150  
Sérgio Filipe, Santarém - Salvaterra de Magos, 11407  
Sérgio Silva, Setúbal - Seixal, 4774  
Sérgio Teixeira, Aveiro - Espinho, 9349  
Sérgio Veloso, Braga - Braga, 12613  
Sesinando Araújo, Leiria - Marinha Grande, 13357  
Silvana Paulino, Setúbal - Setúbal, 8864  
Silvestre Pereira, Porto - Maia, 1262  
Sílvia Aires, Aveiro - Aveiro, 10882  
Sílvia Moutinho, Porto - Matosinhos, 9188  
Sílvia Prates, Portalegre - Sousel, 13679  
Sofia Roque, Lisboa - Lisboa, 3595  
Sofia Santos, Europa - Bélgica, 5342  
Sónia Araújo Almada, Madeira - Funchal, 2948  
Sónia Gamelas, Aveiro - Aveiro, 13378  
Sónia Mendes, Braga - Esposende, 6256  
Sónia Nunes, Setúbal - Almada, 12569  
Sónia Patrocínio Ribeiro, Braga - Guimarães, 10980  
Sónia Reis, Leiria - Caldas da Rainha, 12872  
Sónia Reis, Castelo Branco - Cova da Beira, 13716  
Sonia Rodrigues, Portalegre - Elvas, 10270  
Sónia Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10566  
Soraia Reis, Setúbal - Almada, 12565  
Stephanie Fernandes, Aveiro - Mealhada, 13718  
Susana Constante Pereira, Porto - Porto, 10590  
Susana Gutierrez Jimenez, Évora - Évora, 10964  
Susana Lourenço, Santarém - Entroncamento, 12164  
Susana Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 12875  
Susana Pinto, Porto - Porto, 13655  
Tânia Ribeiro, Santarém - Torres Novas, 10981  
Tânia Russo, Lisboa - Sintra, 13263  
Tânia Silva, Leiria - Caldas da Rainha, 12905  
Tatiana Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13383  
Tatiana Moutinho, Porto - Porto, 148  
Tatiana Reis, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10638  
Telma Ferreira, Leiria - Nazaré, 4506  
Telma Gaspar, Leiria - Marinha Grande, 13472  
Teófila de Matos, Setúbal - Sesimbra, 11957  
Teresa Silva, Porto - Gondomar, 6931  
Teresa Vieira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11668  
Teresina Paz, Santarém - Torres Novas, 8532  
Tiago Avelino Mendes Acúrcio, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 8745  
Tiago Barbosa, Aveiro - Aveiro, 12837  
Tiago Bonito, Viana do Castelo - Viana do Castelo, 12761  
Tiago Carvalho, Porto - Gondomar, 7293  
Tiago Caseiro, Setúbal - Seixal, 2931  
Tiago dos Santos, Porto - Vila Nova de Gaia, 12710  
Tiago Gillot, Lisboa - Loures, 636  
Tiago Ivo Cruz, Lisboa - Lisboa, 5224  
Tiago Morais Morgado, Braga - Braga, 13141  
Tiago Pinheiro, Europa - Reino Unido, 7931  
Tiago Ribeiro Soares, Porto - Porto, 3965



Tiago Silva, Lisboa - Sintra, 7579  
Tiago Silva, Porto - Porto, 13202  
Tiago Vicente, Lisboa - Cascais, 3035  
Tibério Puim, Açores - São Miguel, 11939  
Timóteo Macedo, Lisboa - Lisboa, 1104  
Tito Fontes, Açores - São Miguel, 11273  
Tomás Correia, Lisboa - Loures, 13134  
Tomás Marques, Aveiro - Estarreja, 12362  
Tomás Ramos, Faro - Albufeira, 13396  
Vanessa Sousa, Setúbal - Sesimbra, 10007  
Vasco Barata, Lisboa - Lisboa, 10218  
Vasco Gusmão, Porto - Gondomar, 13924  
Ventura Ramalho, Beja - Odemira, 11934  
Vera Quirós, Lisboa - Lisboa, 10898  
Vergílio Pereira, Porto - Gondomar, 7511  
Verónica Lopes, Açores - São Miguel, 10839  
Vicente de Sá, Évora - Évora, 11681  
Vicente Ferreira, Lisboa - Lisboa, 13219  
Victor Branco, Coimbra - Coimbra, 9781  
Victor Crespo, Lisboa - Lisboa, 13926  
Victor Pinto, Porto - Póvoa do Varzim, 7333

Virgínia Matos, Aveiro - Aveiro, 6668  
Vitor Cavalinhos, Setúbal - Seixal, 526  
Vitor Edmundo, Lisboa - Loures, 1073  
Vitor Franco, Santarém - Santarém, 1329  
Vitor Gonçalves, Madeira - Funchal, 11825  
Vitor Júnior Pereira Pinto, Porto - Lousada, 13185  
Vitor Neves, Leiria - Marinha Grande, 3497  
Vitor Parreira, Açores - Terceira, 7434  
Vitor Pinheiro, Lisboa - Oeiras, 713  
Vitor Pires, Porto - Porto, 1263  
Vitor Rosa, Setúbal - Setúbal, 10748  
Vitor Ruivo, Faro - Faro, 516  
Vitor Tavares, Lisboa - Odivelas, 9855  
Vitor Tojeira, Leiria - Leiria, 6908  
Vitória Babo, Porto - Amarante, 13797  
Vitória Fróias, Açores - São Miguel, 10656  
Vitoria Rato, Portalegre - Portalegre, 11799  
Vitorino Pereira, Leiria - Leiria, 477  
William Naval, Lisboa - Lisboa, 7334  
Zuraida Soares, Açores - São Miguel, 3884





# PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A REJEITADA

## **Alteração ao Ponto 13 da Moção A:**

### **13. (...)**

(...)

O PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo. Neste pressuposto, esta possibilidade deve ser enfatizada e relevada pelo Bloco em toda a sua estratégia de ação e comunicação até às eleições regionais. Para tal, é fundamental centrar o foco em dois alvos: por um lado apresentando e divulgando as nossas propostas diferenciadoras, acentuando a sua imprescindibilidade para a inversão e derrube efetivo e concreto da política de direita protagonizada pelo PSD. Por outro lado, desmascarar e descredibilizar a inação governativa do PSD-Madeira, apontando as suas falhas, falácias e incumprimentos. Só deste modo, estará o Bloco a contribuir decisivamente para a criação das condições para a concretização do cenário de retirada da direita do poder governativo da RAM.

Só assim com esta postura, é que o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira. (...)

Esta alteração deve ser acompanhada da eliminação integral do texto que começa em “O PS decidiu” e termina em “que marcam o atraso da região”.

Rodrigo Trancoso - Aderente 3582

### **Resposta:**

**Rejeitada. Acompanhamos a crítica e análise ao governo do PSD na Madeira, não é possível eliminar a análise ao papel e estratégia do PS Madeira**



## **Moção C**

**MAIS DEMOCRACIA,  
MAIS ORGANIZAÇÃO**



# MAIS DEMOCRACIA, MAIS ORGANIZAÇÃO

## INTRODUÇÃO

*A nossa moção não tem como principal objetivo concorrer aos órgãos de direção do Bloco.*

*Não estamos na política em busca de lugares ou cargos, estamos mais focados na discussão de ideias.*

**Somos uma plataforma local**, mas usamos o modo de moção, porque este nos permite desenvolver e discutir melhor as nossas propostas.

*Estamos disponíveis, como estivemos em 2016, para conversar com outras moções e plataformas, desde que haja confluência nas questões políticas por nós consideradas essenciais: **mais democracia interna, mais organização, mais Bloco.***

*Sendo o Bloco de Esquerda, entre os cinco principais partidos, o mais recente e com menor número de aderentes, conseguiu, no entanto, alcançar a terceira posição entre os mais votados, posição que se vem consolidando, como mostram todas as sondagens realizadas desde as últimas eleições legislativas.*

*Ao mesmo tempo, o Bloco não consegue sair da última posição, quando se trata de eleições autárquicas.*

*Como explicar estes resultados?*

*O Bloco teve bons resultados nas eleições legislativas, superiores ao PCP, porque, na perceção popular, o Bloco é considerado um partido mais democrático.*

*Já nas eleições autárquicas os resultados foram inferiores, porque o Bloco, ao contrário do PCP, nunca privilegiou a organização local.*

*Portanto, se queremos ter ainda melhores resultados nas eleições legislativas, precisamos de aprofundar a nossa democracia interna. Quanto mais democráticos formos, melhor imagem popular teremos, melhores resultados obteremos.*

*Para termos melhores resultados autárquicos temos de melhorar muito a organização local e tentar diminuir o atraso que temos em relação aos outros partidos.*

*Mais democracia interna e mais organização local constituem, pois, a chave para o nosso crescimento e para o nosso sucesso.*

## 1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

No Bloco de Esquerda todas as decisões começam por ser definidas por um pequeno grupo de dirigentes, depois são plebiscitadas na Convenção ou nas reuniões da Mesa Nacional. Nestes órgãos máximos do Bloco ainda há um arremedo de democracia, já que as decisões são aprovadas por maioria, mas, normalmente, a arremetidação garante a sua aprovação automática.

As decisões tomadas na Mesa Nacional transitam para as Distritais, Concelhias e Núcleos como decisões a que as bases são alheias. A estas cabe-lhes o papel de colar cartazes, distribuir jornais, fazerem de figurantes nos eventos, sendo-lhes negado quaisquer direitos nas escolhas do partido/movimento.

Mesmo quando é preciso apresentar propostas sobre temas que as bases têm a obrigação de conhecer melhor, como por exemplo o alojamento local, as propostas são sempre discutidas nas cúpulas, sem qualquer participação das bases ou dos organismos intermédios.



Nem mesmo quando um projeto de lei é precedido de debate público, esse projeto é debatido pelas bases do Bloco de Esquerda.

Por outras palavras, **as decisões no Bloco funcionam sempre de cima para baixo e nunca de baixo para cima.**

Esta falta de democracia interna acaba por desvitalizar os organismos locais, concelhios e intermédios que, desprovidos de capacidade de decisão e de debate, perdem-se em reuniões estéreis e desprovidas de sentido político.

Acresce ainda o facto de a maioria dos projetos de lei apresentados na Assembleia da República nem sequer são discutidos, muito menos aprovados, nos órgãos competentes do Bloco.

Para corrigir este excesso de centralismo e défice de democracia, **propomos:**

**1.1.** Que a Comissão Política, sempre que precisar de fazer uma proposta política relevante, e desde que haja tempo, deve elaborar um anteprojecto.

**1.2.** Esse anteprojecto deve ser discutido nos organismos de base e intermédios, que o enriquecerão com os seus contributos.

**1.3.** Finalmente, a Mesa Nacional ou a Comissão Política procederão à sua aprovação, votando eventualmente alguns pontos em alternativa.

Outro aspeto que fica a dever muito à democracia interna é a **arrogância** com que a direção do Bloco encara as propostas oriundas de moções minoritárias. Por mais meritórias que sejam essas propostas, são sistematicamente rejeitadas pela maioria. Este facto é absolutamente extraordinário, considerando que o Bloco é um partido pequeno e sentir-se-ia discriminado se os partidos maiores o encarassem do mesmo modo que a direção atual lida com a oposição interna. Além disso, está inscrito no ADN do Bloco um valor essencial: o respeito pelas minorias e a sua não discriminação. Valor esse que é constantemente atropelado pela direção.

## **2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL**

Nas últimas eleições autárquicas, mais uma vez, o Bloco ficou aquém dos resultados das eleições legislativas e presidenciais. Isso deve-se, em parte, ao facto de não termos concorrido em mais de 170 municípios, num total de 308, e também porque não temos implantação local suficiente na generalidade dos concelhos onde concorremos, salvo raras exceções.

A fraca implantação local deve-se a um conjunto de fatores, que nós subdividiríamos em fatores externos e fatores internos.

Os fatores externos prendem-se com a realidade existente. Durante 40 anos os principais partidos foram-se implantando nos municípios, usando métodos nem sempre democráticos e transparentes, criando uma rede de interesses e compadrios, na construção civil, no futebol, nos bombeiros, nas fundações, nas IPSS, na distribuição de empregos, na pequena e na grande corrupção. Os próprios partidos ditos de esquerda acabaram por alinhar nalguns destes esquemas, para poderem disputar o poder autárquico. Pior do que isso, muitos quadros de esquerda acabaram por colaborar com esses partidos, numa visão «útil» para derrotar a Direita.

Os **fatores internos** têm a ver com a nossa incapacidade em romper com o cerco que os partidos tradicionais criaram em torno do poder autárquico.

Sem atraindo os nossos princípios e valores, podemos fazer muito mais para melhorar a nossa implantação local e, conseqüentemente, a nossa representação autárquica. Nesse sentido, avançamos com algumas sugestões:

**2.1.** Nos concelhos em que não estamos organizados, a Distrital deve patrocinar eventos que tenham como objetivos angariar aderentes, criar Núcleos e Concelhias.



- 2.2.** Nos concelhos em que já estamos organizados, devemos dar prioridade aos eventos que sirvam para alargar a nossa base de apoio, em vez de reuniões inconsequentes, que não servem para tomar decisões nem chegar a conclusões.
- 2.3.** Devemos dar especial atenção ao recrutamento de quadros locais que possam vir a ser bons candidatos autárquicos, mas tendo o cuidado de nos protegermos dos oportunistas.
- 2.4.** Os nossos ativistas devem prestar atenção às associações locais, inscreverem-se como sócios e integrarem listas para os seus órgãos sociais.
- 2.5.** As nossas estruturas concelhias devem organizar eventos culturais e desportivos, com o objetivo de atrair mais pessoas para o trabalho político.
- 2.6.** Devemos continuar a apoiar as lutas sociais, sem as manipular, mas tendo como objetivo estratégico o fortalecimento da nossa estrutura local, de forma que isso seja uma consequência natural do nosso apoio.
- 2.7.** A escolha dos candidatos autárquicos deve ser feita atempadamente. O facto da candidatura do CDS em Lisboa ter ultrapassado largamente a candidatura do PSD deveu-se, segundo os analistas, ao facto da candidatura do CDS ser feita com uma grande antecedência.
- 2.8.** Sempre que possível, os nossos aderentes, especialmente advogados, médicos e professores, devem prestar serviços comunitários, pro bono, de forma a beneficiar a imagem do Bloco na sociedade.
- 2.9.** Nos concelhos periféricos, que mostrem semelhanças geográficas e sociais, a Distrital deve organizar ações coordenadas entre as diferentes estruturas concelhias.
- 2.10.** As estruturas concelhias devem ser apoiadas no sentido de informar os cidadãos dos seus direitos, especialmente pensionistas, desempregados, trabalhadores precários e vítimas de arbitrariedades.
- 2.11.** O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

Recordemos o que nos foi prometido há algum tempo:

*“Nos próximos dois anos precisamos de um Bloco de Esquerda muito maior. Muito mais descentralizado na sua atividade local, distrital e sectorial, mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais, mais aberto à participação direta dos aderentes fora dos períodos de Convenção e mais concentrado em grandes atividades políticas unificadoras”. (Resolução da III Convenção, em 2002).*

Passados dezasseis anos e oito convenções depois estamos longe de cumprir o que nos prometeram fazer em 2 anos.

Mais do que promessas ocas, destinadas a não serem cumpridas, precisamos de uma práxis que nos encaminhe com passos firmes e seguros para um Bloco mais forte, precisamos de um Bloco que saia das sedes e do Parlamento, precisamos de um Bloco que chegue às pessoas, onde elas se encontram, nas cidades, nas freguesias, nos bairros, nas escolas, nas empresas, nas ruas.

Precisamos de chegar às pessoas que continuam longe do ativismo voltado para o nosso próprio umbigo. Precisamos de chegar ao povo que tanto dizemos defender, mas de quem estamos muito distantes.

### **3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS**

O Bloco de Esquerda foi fundado em 1999 a partir da união de 3 organizações políticas, uma trotskista (PSR), outra leninista (UDP) e uma terceira, constituída por ex-leninistas (Política XXI), aos quais se juntaram alguns independentes de esquerda.



Atualmente as duas maiores tendências, a tendência trotskista e a tendência leninista, embora sejam em número escasso, como sempre foram, controlam completamente o aparelho do Bloco de Esquerda.

Trotskistas e leninistas, tal como Trotski e Lenine, sempre tiveram pontos de confluência em dois princípios-base: centralismo democrático e ditadura do proletariado e divergem na importância da organização no trabalho político. Enquanto os leninistas veem na organização a forma mais adequada de fazer cumprir a sua agenda política, os trotskistas preferem chegar a mais pessoas fazendo propostas mais recuadas. Além disso, os trotskistas privilegiam as figuras proeminentes, para assim terem mais destaque nos meios de comunicação burgueses.

Dentro do Bloco de Esquerda, as duas tendências, tal como Lenine e Trotski o fizeram em 1917, acabaram por se entenderem, até porque aquilo que os separa é complementar. Tanto uns como outros sentiram a necessidade vital de chegar às pessoas e ambos engendraram mecanismos táticos diferentes para o conseguir.

Se o apego ao “centralismo democrático” é manifesto nas duas tendências, já em relação à “ditadura do proletariado” o apoio é mais mitigado. Os mais inteligentes, no seio destas duas tendências, perceberam que não era taticamente correta a sua defesa, dada a indesmentível falência nos países onde ela foi tentada, mas quase todos os seus apoiantes continuam a acalentar o objetivo estratégico da construção da sua ditadura de estimação.

São as duas tendências que definem as orientações estratégicas do Bloco, não permitindo que elas sejam previamente discutidas nas bases do Bloco, atropelando sistematicamente a democracia interna.

Os Estatutos e Regulamentos são deliberadamente vagos, com a dose de discricionariedade que lhes permite tomar decisões de acordo com a s suas conveniências.

Continuam a recrutar membros dentro do Bloco, evidenciando um desprezo profundo pela nossa organização e a usá-la de uma forma instrumental.

Persistem na mesma estratégia autárquica de sempre, que se limita a reproduzir o modelo perdedor que nos tem garantido derrotas sucessivas nas eleições autárquicas.

Quando se trata de contratar funcionários, propor deputados ou eleger secretariados fazem acordos de bastidores, para dividirem entre si os cargos em disputa.

O seu comportamento político fica cada vez mais distante dos princípios e valores de esquerda e cada vez mais próximo do carreirismo e da ambição pessoal.

As tendências e o Bloco revelam uma espécie de dicotomia existencial.

As tendências transportam consigo as propostas irreais da extrema-esquerda, que tantas derrotas nos garantiram no século XX e que nos levaram sempre a disputar migalhas do apoio popular.

Já o Bloco apresenta propostas mais facilmente aceites pelo povo e que nos têm permitido obter melhores resultados eleitorais.

Os novos aderentes, mais tarde ou mais cedo, acabam por perceber esta contradição entre as propostas moderadas do Bloco e o esquerdismo subjacente às tendências. Alguns ficam e alinham com as tendências, mas a maioria dos aderentes, os melhores, afastam-se, porque verificam que este não é o Bloco que lhes prometeram. Por isso temos uma abstenção tão elevada nas eleições internas, em muitos casos superior a 90%.

Os defensores das tendências justificam a sua existência, alegando que ela reflete uma diversidade de opiniões e de ideologias, que são um indício de democracia interna.

“A prática, que é o único critério da verdade”, tem demonstrado que estes argumentos são inválidos.

Se repararmos bem, cada uma das duas principais tendências, na lógica de disputa interna, têm recrutado membros que estão distantes, muito distantes, das ideologias que lhes servem de matriz. Vimos muitos



leninistas numa tendência controlada por trotskistas, vimos não-marxistas numa tendência leninista, vemos sobretudo carreiristas, que corporizam a única «ideologia» comum às duas tendências.

Quanto ao reforço da democracia, qualquer aderente mais atento percebe que a sua voz vale pouco, que são sempre as cúpulas das tendências a decidirem tudo aquilo que importa para o nosso futuro como partido político.

Apesar de tudo, é de elementar justiça realçar que tudo o que temos, um Bloco relevante e 3º partido mais representado na Assembleia da República, tudo isso tem muito a ver com o trabalho desenvolvido pelas duas principais tendências. Seríamos ingratos se não reconhecêssemos isso.

Além disso, **enquanto as tendências não acabarem**, é muito importante que nenhuma delas controle completamente o Bloco. Se isso acontecer, então será o fim do Bloco de Esquerda e regressaremos ao tempo dos grupúsculos completamente irrelevantes.

Compete a nós, aderentes sem tendência, lutar contra o statu quo e construir, com o nosso trabalho e com o nosso empenho, uma alternativa credível que eleve o Bloco de Esquerda a um patamar compatível com aquele que o povo espera de nós.

#### 4. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Todas as revoluções do século XX foram feitas para derrubar ditaduras que, por motivos vários, estavam enfraquecidas.

Por outro lado, a realidade demonstrou que nunca os partidos assumidamente revolucionários conseguiram mobilizar os trabalhadores para derrubar regimes democráticos e construir o socialismo. Pelo contrário, os partidos e organizações que pugnavam por este objetivo foram-se acantonando, ficando cada vez mais irrelevantes.

Além disso, as revoluções socialistas que desistiram da democracia falharam redondamente.

Sempre que a democracia foi espezinhada em nome da revolução, ambas tiveram o mesmo fim inglório.

A partir destas lições da História, concluímos que nunca podemos prescindir da democracia como modelo de organização da sociedade. Uma democracia que reflita os interesses da maioria da população e não uma democracia manipulada e servil aos interesses da burguesia ou do aparelho de estado.

Outra lição clara da história é que não é possível fazer uma revolução para derrubar um governo eleito.

#### 5. TÁTICA E ESTRATÉGIA NO COMBATE POLÍTICO

**Tática** é o conjunto de ações necessárias para vencer uma batalha e, por analogia, a organização de meios de ação utilizados para atingir determinados fins políticos.

**Estratégia** é o conjunto de ações para vencer uma guerra e, aplicada à política, significa o conjunto de meios e planos para atingir um objetivo de longo alcance.

Podemos dizer que o nosso objetivo estratégico é a construção do socialismo, mas para atingirmos esse fim, teremos de vencer muitas batalhas.

Mas não basta vencer batalhas, se não tivermos sempre presente que elas só são úteis se contribuírem para atingir o nosso objetivo estratégico.

Os **reformistas** costumam privilegiar a tática e o seu taticismo exagerado, muitas vezes, afasta-os irremediavelmente da construção do socialismo, indo engrossar as fileiras sociais-democratas.



Os **ultrarrevolucionários**, ao invés, querem desesperadamente chegar ao objetivo estratégico, esquecendo-se que, para vencer uma guerra, é necessário travar muitas batalhas e vencê-las. E não é possível vencer qualquer batalha sem soldados, sem ter o povo a apoiar.

A nossa ação política deve usar todas as táticas que forem necessárias para mobilizar um número crescente de trabalhadores para o combate socialista, mas nunca poderemos perder o nosso rumo estratégico, sob pena de nos enredarmos em taticismos que nos afastam do socialismo. Também devemos resistir à tentação de queimar etapas, ir com demasiada sede ao pote e correr o risco de o quebrar, como fazem os ultrarrevolucionários.

## 6. CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

As tentativas de construção do socialismo, levadas a cabo no século XX, saldaram-se **todas** em fracassos.

A planificação centralizada da economia que, teoricamente, deveria suprir todos os males do capitalismo, na verdade, veio criar outros problemas.

Desde logo porque, em nenhum dos países onde ocorreram revoluções, o capitalismo estava suficientemente desenvolvido para que se desse a transição para o socialismo preconizada por Marx.

As revoluções, ocorridas em fase precoce, não tiveram a capacidade de superar o défice de desenvolvimento económico. Pouco dinamismo, pouca diversidade de produtos, não-satisfação das necessidades básicas do povo, nivelamento por baixo dos rendimentos individuais, não compensaram os benefícios trazidos a nível da saúde e da educação.

Perante a insatisfação popular, os regimes saídos das revoluções foram-se afastando progressivamente da regulação democrática, instaurando mecanismos repressivos, ao mesmo tempo que foram instituindo privilégios para a casta burocrática dirigente.

Neste contexto, todos os regimes revolucionários acabaram por regredir para um capitalismo selvagem, pior ainda que o capitalismo ocidental, este último, temperado por muitas medidas sociais, conquistadas pela luta dos trabalhadores.

Neste quadro, as nossas propostas de construção do socialismo devem evitar cometer os erros do passado.

Desde logo, nunca poderemos abdicar da democracia, pois deve ser o povo e apenas o povo a julgar os governos que exercem o poder em nome dele.

As empresas estratégicas e monopólios naturais devem ser/permanecer nacionalizados, designadamente a EDP, GALP, CTT, REN, ANA, PT, RTP, Agência Lusa, TAP, Águas de Portugal, CP, Carris, STCP, Brisa, PPP, CGD e outros bancos intervencionados pelo Estado.

As empresas privadas produtivas devem existir, num contexto de economia mista.

As empresas privadas não podem ser extintas por decreto. Devem coexistir com outras empresas controladas por trabalhadores, em regime de autogestão, cooperativo, ou de gestão pública. As empresas privadas e públicas devem concorrer entre si e as empresas públicas devem impor-se pelo seu mérito e não através de medidas administrativas.

Ao Estado caberá, sempre, definir o rumo económico estratégico, bem como zelar pelo cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores, quer sejam eles públicos ou privados.

## 7. POLÍTICAS SOCIAIS

O Bloco de Esquerda tem-se preocupado mais em defender a classe média do que os mais pobres entre os pobres. Foi do Bloco a proposta de criação de mais escalões do IRS, que custará aos cofres do Estado mais



450 milhões de euros por ano. Por outro lado, o Bloco aceitou a ignomínia do aumento de 6 euros para as pensões mais baixas. Estes pensionistas pobres deveriam ter um aumento igual ou superior a 10 euros. Essa medida custaria apenas uma fração do que será despendido com o aumento do número de escalões. Não somos contra este aumento, mas ele só seria legítimo se fosse acompanhado por um aumento mais justo das pensões mais baixas.

## 8. POLÍTICA DE ALIANÇAS

Após os resultados das últimas eleições legislativas, que se saldaram em derrotas dos partidos da Direita e do PS e onde o Bloco de Esquerda foi a única força política ganhadora, não sobrou espaço para outra solução diferente da que acabou por ser encontrada. Entre um governo da Direita e um governo PS apoiado pela Esquerda, tornou-se inevitável apoiar esta última solução.

O povo nunca compreenderia que fôssemos nós os responsáveis por entregar o governo à coligação PSD-CDS.

Enquanto perdurar a atual situação incomum de suportarmos um governo do PS, os nossos deputados poderão e deverão fazer mais no sentido de retirar dividendos políticos da situação.

A maioria dos deputados continua a agir como se estivéssemos na oposição, fazendo declarações e protestos, ao invés de apresentarem propostas exequíveis que aproximem o país de maior justiça social. É certo que estudar os dossiers e apresentar propostas fundamentadas dá mais trabalho do que a estafada política de protesto, mas os deputados que não têm demonstrado estar adaptados à situação política atual não deveriam ser recandidatos às próximas eleições legislativas. Mas muitos sê-lo-ão certamente, não por mérito próprio, mas por imposição absurda da sua tendência. Com isso, não ganha a tendência, não ganha o Bloco nem ganha o país.

Em relação às próximas eleições legislativas, não apoiamos uma aliança pré-eleitoral com o PS ou o PCP.

Quanto a alianças pós-eleitorais, teremos de esperar pelos resultados.

**Não se espera que o cenário de 2015 se repita em 2019.** Ou seja, não é previsível que o PSD tenha mais votos do que o PS, mesmo que a aliança de direita seja reeditada.

**Se o PS obtiver uma maioria absoluta,** poderá governar sozinho e não ficaremos com espaço para pressionar esse partido a prosseguir a política de recuperação de rendimentos para os mais desfavorecidos. Ficaremos a fazer oposição de esquerda.

**Se o PS ganhar, sem maioria absoluta,** e o Bloco for suficiente para garantir a maioria absoluta no Parlamento, então deveremos negociar com o PS no sentido de continuar a política que tem sido seguida nos últimos anos.

Deveremos exigir que o salário mínimo e as pensões mais baixas continuem a recuperar, que a legislação laboral seja melhorada, que os CTT voltem à gestão pública, que novas privatizações e a gestão privada de organismos públicos sejam impedidas, que o horário de 35 horas seja implementado no setor privado, que o tempo de reforma para as longas carreiras contributivas seja diminuído, que a lei dos despejos seja revogada e que os serviços públicos sejam melhorados. Se o PS não aceitar estas condições, ficaremos a fazer oposição de esquerda.

Não devemos abdicar de nenhuma destas exigências, mas também não devemos cair na tentação de fazer outras exigências impossíveis de cumprir pelo PS e, desse modo, fazer abortar um acordo, o que contribuiria para uma degradação das condições de vida dos trabalhadores e pensionistas. O nosso eleitorado prefere ver-nos a contribuir para a melhoria das condições dos trabalhadores e não nos perdoaria se o seu voto voltasse a ficar reduzido a um mero voto de protesto.

Como temos divergências insanáveis com o PS em relação a questões europeias e em relação à NATO, **em nenhuma circunstância devemos aceitar entrar para um executivo PS.** O máximo que poderemos fazer é viabilizar, no Parlamento, um governo do PS. Como temos feito.



## 9. O FLAGELO DOS DESPEJOS

Temos vindo a assistir, nos últimos tempos, ao drama dos despejos, potenciado pela famigerada lei de Assunção Cristas e que o PS ainda não teve coragem política para revogar. O Bloco precisa de ser mais enérgico na defesa da revogação desta lei desumana.

### SUBSCRITORES:

Mónica Ferreira, Porto - Paredes, 10384	Nelson Martins, Porto - Paredes, 12275
Paulo Teles Silva, Porto - Paredes, 170	Luís Gabriel Campos, Porto - Paredes, 10159
Américo Campos, Porto - Paredes, 9572	Débora Campos, Porto - Paredes, 11247
Ana Ribeiro, Porto - Paredes, 13008	Manuel Evaristo Campos, Porto - Paredes, 11124
Fernando Oliveira, Porto - Maia, 10649	Ricardo Soares, Porto - Paredes, 11246
Alberto Guimarães, Porto - Paredes, 11930	Maria Sofia Ferreira, Porto - Paredes, 11170
Elisa Brito, Porto - Paredes, 14008	Manuel Fernando Moreira, Porto - Paredes, 11446
Álvaro Azevedo, Porto - Maia, 10929	Paulo Santos, Porto - Paredes, 10901
Armando Herculano, Porto - Vila do Conde, 1750	Bruno Ismael Silva, Porto - Paredes, 12179
Joaquim Fernando Pereira Araújo, Porto - Maia, 10222	Fernando Moreira, Porto - Paredes, 10146
Maria Rosa Ferreira, Porto - Paredes, 11165	Joaquim Leal, Porto - Paredes, 10952
Duarte Graça, Porto - Paredes, 12034	Daniel Campos, Porto - Paredes, 11117
Dirceu Graça, Porto - Paredes, 12272	Andreia Rodrigues, Porto - Paredes, 14009
Olívia Barros, Porto - Paredes, 11166	António Cláudio Cardoso, Porto - Paredes, 14010
Adão Campos Júnior, Porto - Paredes, 11169	António Ferreira, Porto - Paredes, 11123
Elias Alves, Porto - Paredes, 10899	Isabel Ferreira, Porto - Paredes, 10906
Maria Fernanda Rocha, Porto - Paredes, 11104	



**Moção M**

**UM BLOCO QUE  
NÃO SE ENCOSTA**



# UM BLOCO QUE NÃO SE ENCOSTA

## EM MOVIMENTO!

*Desde a sua fundação, o Bloco de Esquerda definiu-se como um partido-movimento anticapitalista com o objetivo de disputar a maioria social através do aprofundamento da ação popular em todas as esferas da vida coletiva.*

*O projeto político do BE sempre se assumiu como autônomo e alternativo ao do centrismo, do social-liberalismo e de quem olha para o capitalismo como o fim da história. Porque um mundo novo é o que nos move, o BE permanece a esquerda que não se encosta. A esquerda que não se encosta ao fatalismo que cruza os braços enquanto se aprofunda a desigualdade no mundo, se preparam novas guerras e crescem os fascismos. A esquerda que não se encosta às regras da burguesia europeia que confinam a política ao horizonte único da austeridade permanente. A esquerda que não se encosta nem se resigna com a ditadura financeira internacional. A esquerda que não se encosta às formas rotineiras e tafelistas de fazer política, aos modelos burocráticos e verticalizados, à institucionalização e redução da política a um espetáculo mediático.*

*O BE volta assim a afirmar-se como a força em movimento que não desiste de nada, que se junta e se organiza para a luta toda.*

## 1. O CAOS GEOESTRATÉGICO, AS CRISES E A URGÊNCIA DO INTERNACIONALISMO E DO ECO-SOCIALISMO

**1.1.** Apesar de um aparente momento de retoma, o capitalismo continua a ser a crise multidimensional. Vivemos os tempos de uma profunda crise ambiental, alimentar, económica e humanitária. Adiar responder à crise ambiental equivale a condenar-nos à barbárie. E, nesse sentido, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade. **A coragem da resposta ecológica tem de ser mobilizadora e socialmente justa, combinando a necessidade de uma transição energética radical com a melhoria das condições de vida de milhões de pessoas, procurando modelos de produção e distribuição alternativos ao mercado, buscando outras formas de decisão e de atribuição de valor em sociedade.**

**1.2.** No mundo da ditadura financeira ressurgiu, entretanto, o velho protecionismo que os defensores do mercado sem fronteiras juravam enterrado definitivamente. A desestabilização que significou a eleição de Donald Trump e a reemergência no coração do imperialismo americano do protecionismo intensifica as contradições entre os vários sectores das burguesias internacionais. A nova corrida ao armamento é mais uma face do acentuar de tensões entre esses sectores e colocam o mundo perante um cenário catastrófico.

**1.3.** Mas Trump é apenas a cara mais mediatizada e poderosa do atual reforço da distopia. **Um pouco por todo o mundo assistimos a um recrudescimento de movimentos ultraconservadores e profascistas que têm conduzido metodicamente ataques aos direitos das minorias étnicas, mulheres e trabalhadoras. E a hegemonia destes movimentos reforça-se ainda à medida que o centrão vira cada vez mais à direita para, alegadamente, contrariar o crescimento da extrema-direita.** As tentações totalitárias são cada vez mais expressas nas tentativas de condicionar o acesso à informação, bem como na criação de “verdades” e “factos” alternativos.

**1.4.** Velhos e novos imperialismos acotovelam-se, contribuindo para um cenário internacional caótico. O peso da derrota das Primaveras Árabes continua a fazer-se sentir. As populações da Síria e da Palestina continuam a ser massacradas, à mercê de interesses imperialistas das várias potências envolvidas. A

América Latina sofre pressões e processos golpistas fascizantes. Há 22 milhões de refugiados (mais de metade com menos 18 anos) e mais de 65 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo.

## **2. UMA EUROPA ESTILHAÇADA, A AUSTERIDADE PERMANENTE E A URGÊNCIA DO ANTIFASCISMO**

**2.1.** A crise do processo de integração europeia, de que o Brexit foi apenas a faceta mais visível, tem sublinhado a incapacidade das burguesias europeias de gerar um processo democrático continental. Entretanto, enquanto a unidade se estilhaça noutros campos, no militarismo e securitarismo permanece firme. **A constituição de um embrião de exército europeu é disso sinal. Uma esquerda que se digne tem de lutar para parar esta intenção.**

**2.2.** Estas burguesias têm visto os seus partidos tradicionais viverem crises que têm redefinido os mapas políticos internos ao mesmo tempo que têm convivido pacificamente com o crescimento dos fascismos e dos nacionalismos, com o fechamento de fronteiras, com a guerra contra os refugiados que se trava no Mediterrâneo. Apesar de não ter encontrado ainda uma expressão política visível, o fascismo do século XXI que assola a Europa ameaça também Portugal. **É preciso disputar com a extrema-direita o descontentamento gerado pelo capitalismo através de uma radicalização programática que viabilize uma alternativa de rutura com o capitalismo, alicerçada numa forte participação cidadã na construção dos movimentos e na multiplicação de porta-vozes e representatividades.** Nesse sentido, movimentos de defesa de serviços públicos de saúde, de resistência à gentrificação e de ocupação de casas vazias nas cidades-montra da Europa, a resistência intransigente das populações indígenas no Brasil pelo direito à sua terra ou a intensificação das greves na China têm sido provas de resistência e alternativas ativas à ditadura da inevitabilidade.

**2.3.** Contudo, o que permanece do projeto europeu significa ainda a continuação do desmantelamento dos resquícios do “Estado Social Europeu”, impondo a austeridade permanente suportada numa moeda que está construída para ser um espartilho económico que beneficia sobretudo a burguesia alemã e seus satélites. Se o projeto dos donos de Portugal é a subserviência a esta situação, uma esquerda anticapitalista sabe que ela é insustentável e tem a coragem de propor a mudança não se remetendo aos limites de um nacionalismo utópico e isolacionista nem a um europeísmo feito de esperanças nas instituições atualmente existentes. Se esta Europa é uma chantagem, o nacionalismo não conseguirá ser a promessa do resgate popular da política emancipatória. **Assim, é preciso uma alternativa que dispute soberania política para as maiorias sociais enquadrada num movimento internacionalista que evite o isolamento que condenaria a alternativa à derrota.**

## **3. PORQUE A GERINGONÇA NÃO RESOLVEU NENHUM DOS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO PAÍS, A LUTA ANTI-AUSTERITÁRIA CONTINUA A SER URGENTE**

**3.1.** O governo social-liberal não resolveu nenhum dos problemas fundamentais do país. À narrativa governamental de que foi a tímida “recuperação de rendimentos” que provocou o crescimento económico é preciso opor a realidade de que, num país ultradependente das conjunturas económicas internacionais, foi um crescimento económico do espaço europeu que permitiu uma limitada recuperação de rendimentos dentro do quadro dos restringimentos aceites pelo governo. **Assim, beneficiando desta conjuntura económica internacional positiva e tendo o apoio da esquerda parlamentar, o governo do Partido Socialista escolheu o caminho da austeridade light e limitou-se a utilizar a margem de manobra do crescimento económico para reverter mingudadamente a parte mais gravosa do projeto de destruição social conduzido pela troika e pela direita.**

**No entanto, não se resolveu o problema da dívida, a crise bancária nacional continua a ser uma ameaça, a falta de investimento público foi a regra de ouro e o Estado Social foi delapidado.** Os exemplos dos limites desta solução política são muitos: os subsídios à banca privada que se mantiveram com a recapitalização do



Novo Banco, o resgate do Banif e as despesas contínuas com os bancos falidos; os offshore que continuam os paraísos intocados das grandes fortunas; privatizou-se a CP Carga; as parcerias público-privadas na saúde que continuam a garantir mais de metade do financiamento aos hospitais privados; os 0,7% de IRC que a EDP pagou em 2017; os dividendos e remunerações crescentemente abusivas de administradores de grandes empresas; o aumento das rendas da habitação nos grandes centros urbanos; o perigo de prospeção petrolífera ao largo da costa portuguesa; a perda de soberania, com a assinatura de tratados como o CETA.

**3.2. Em Portugal, as condições de vida das classes trabalhadoras não mudaram substancialmente. As leis laborais da altura da troika mantiveram-se, a sangria migratória não foi invertida e cerca de cem mil portugueses emigraram em 2016.** A criação de emprego foi realizada com recurso à precariedade (a maioria dos novos contratos realizados é precária) e significou, entre 2014 e 2017, uma subida na percentagem de contratos iniciados pelo valor do salário mínimo de 23,1% para 40,7%. Os números reais do desemprego continuam altíssimos, próximos dos 18%.

**3.3.** Os trágicos incêndios do ano passado são uma ferida aberta no país. A política florestal subordinada a interesses privados, ao mesmo tempo que se convive com a falta de meios da Proteção Civil ou a sua concessão a particulares está em linha com as teses austeritárias. **O governo não combateu as assimetrias e para o BE é necessário fazer das periferias uma centralidade.**

**3.4. O governo não inverteu o caminho de degradação do ensino público e do Sistema Nacional de Saúde.** O desinvestimento continua a ser regra, as PPP fazem da saúde um negócio e o projeto de descentralização da educação não é um caminho para a democratização, mas, pelo contrário, uma forma de impedir a participação democrática nas escolas.

**3.5.** Outro flagelo, especialmente nos grandes centros urbanos, acentuado pela crise económica e a que a geringonça não foi capaz de dar resposta é o acesso à habitação. Com a especulação imobiliária a manipular o mercado, o aumento do turismo, mas também a precariedade que levou as pessoas a procurarem fontes de rendimento alternativas, as rendas subiram para níveis astronómicos. **São necessárias políticas nacionais e locais que combatam a gentrificação e que permitam o acesso a habitação digna e com condições.**

**3.6.** Com a política social-liberal normalizou-se a ideia de que o único horizonte político é a austeridade ditada pelos Tratados Europeus e que esta pode ser aplicada inteligentemente. Daí que seja hoje mais difícil contrapor-nos à hegemonia austeritária que é dominante. O BE não se encosta ao social-liberalismo, nem se rende à política do mal menor. Recusamos o papel de agente da estabilidade governativa e assumimo-nos como impulsionadores de alternativas ao sistema. O BE não defenderá de forma alguma a austeridade light. **O BE deve partir das enormes limitações da "geringonça" para uma rutura política com as instituições europeias existentes e com a burguesia nacional que permita combater a ideia de que existe um qualquer acordo idílico com o PS que possa mudar de facto as condições de vida de quem vive e quer viver em Portugal.**

#### **4. COMBATER A EPIDEMIA DA PRECARIEDADE PERMANENTE**

**4.1.** Baixos salários, horários de trabalho longos, poucas férias, baixíssima segurança laboral sobre diversas formas são ingredientes sociais para criar sentimentos de desesperança, rutura psicológica e atomização social. **Mais do que um formalismo contratual, a precariedade é a situação em que praticamente todo o tempo de vida de quem trabalha, ou procura trabalhar, é colonizado por um sistema que dilui as fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal como forma de incrementar a extração de mais-valia.** Portugal é o segundo país europeu com maior índice de perturbações de foro mental, tendo 1/3 da sua população diagnosticada com algum problema de saúde mental, na sua maioria distúrbios de ansiedade e depressão.

**4.2.** Para além disto, as políticas de austeridade têm debilitado o Serviço Nacional de Saúde quando era ainda mais necessário que ele desse resposta a esta situação: a medicação é cara e pouco acessível, não existe acompanhamento devido e a maioria das consultas em hospitais públicos só é marcada após sinais claros de debilidade. As pessoas oprimidas e em situação mais precária permanecem expostas e sem apoio.



**4.3.** Estes problemas devem ser encarados de forma sistémica através do ataque às bases estruturais de um sistema que tantas vezes transforma um mar de oportunidades e de sonhos num aprisionamento permanente. **É também urgente um programa de emergência para a saúde mental pública.**

## **5. O BE ESTREITOU O SEU CAMINHO COM O APOIO AO GOVERNO SOCIAL-LIBERAL**

**5.1. O apoio parlamentar do BE ao governo do PS saldou-se para o Bloco num aprofundamento dos processos de mediatização, parlamentarização e imediatismo da sua intervenção política.** Foram-se encerrando e ignorando ainda mais os desejos e as reivindicações nos corredores sempre demasiado curtos do Parlamento, esquecendo-se que é na luta, na rua, nos locais de trabalho e nos outros espaços onde se produz sociedade que se disputa o essencial das relações de força.

**5.2.** A gestão propagandista, autocentrada e triunfalista do acordo de governo fez com que o BE passasse a ser visto como garante da estabilidade governativa ou muleta do governo nos piores casos, ou como um mero negociador que o puxa um pouco para a esquerda nos melhores. **A imagem de um Bloco integrado confortavelmente num sistema político que, supostamente, quer mudar só pode ser um obstáculo à construção de um projeto político que é alternativo ao atual estado de coisas.**

**5.3. Nos últimos tempos, aumentou a profissionalização da militância, acentuou-se o fosso entre direção efetiva e direção formal do partido** (com as reuniões de órgãos de direção a serem desvalorizadas pelos acordos prévios entre as correntes maioritárias que se constituem enquanto dois polos hegemónicos sem diferenças ideológicas e políticas marcantes) **e entre direção e bases** (com a normalização da ideia de que há peritxs que devem decidir e de que as decisões mais importantes são tomadas de cima para baixo). As bases do Bloco de Esquerda demasiadas vezes são cada vez mais remetidas ao tarefismo em vez de serem o centro de uma militância de alta intensidade.

## **6. OS MOVIMENTOS SOCIAIS PERMANECEM DEBILITADOS: É NECESSÁRIO DINAMIZAR E CRIAR PONTES**

**6.1.** Num primeiro momento, o estado de graça prolongado do governo teve como dano colateral o efeito de não permitir uma reconstrução dos movimentos sociais que sofreram duramente as dificuldades inerentes ao período da crise. Esta dificuldade explica também a hegemonia conquistada pela austeridade ilusoriamente leve na sociedade portuguesa. **Depois do momento revogatório das medidas da troika, assistindo a uma desaceleração económica e aos impasses próprios da política social-liberal, ressurgem mobilizações sindicais baseadas na ideia defensiva de que parte dos ganhos da retoma deve ser socializada, nomeadamente através do descongelamento das progressões nas carreiras da função pública.**

**6.2. Passar à ofensiva é defender a redução do horário máximo de trabalho semanal para 35 horas no sector público e no privado, o aumento substancial do número de dias de férias, aliados à extinção da figura do estágio como ela existe e à resposta a outros vínculos de trabalho atualmente renegados pela Segurança Social, expondo contradições de um modelo assente na manutenção estrutural de uma enorme massa de desempregados.**

**6.3.** Neste contexto, repensar a organização sindical num país em que a precariedade é regra e em que o sistema produtivo sofreu alterações substanciais ao longo das últimas décadas é imperativo. A precariedade atomiza xs trabalhadorxs, cria a ilusão da diluição das contradições de classe, dificultando os referenciais de luta convencionais. Por isso, é preciso resgatar o sindicalismo das suas paralisias: democratizando-o com horizontalidade; quebrando as lógicas das burocracias sindicais, tantas vezes afastadas do próprio dia-a-dia de trabalho; abrindo-o a precárixs, desempregadxs e incentivando a ação unitária entre diferentes setores de atividade e pensando à escala internacional (mesma empresa, mesmas condições, mesma luta). **A tarefa de construir uma organização política dxs desempregadxs, em aliança com empregadxs, é tão**



**urgente como promissora, porque só ela permitirá quebrar as lógicas conflituosas e segregacionistas dentro da classe trabalhadora, centrando as entidades patronais e o sistema económico como os adversários a combater.** Incentivar a organização política de outros grupos tipicamente invisibilizados, de que são **exemplo xs cuidadorxs informais e xs trabalhadorxs domésticas**, é outra necessidade premente para combater a atomização social e recentrar a indignação social no conflito com o capital.

**6.4.** As respostas ao conservadorismo fascizante crescente devem estar no centro dos movimentos sociais. Ao contrário do que nos diziam as teses otimistas iludidas com os efeitos da modernização do país, **racismo, xenofobia, machismo, discriminação anti-LGBT+, não são excrescências de um passado que acabarão com a passagem do tempo e alguma educação. São campos de batalha fundamentais para qualquer projeto emancipatório.** Nesse sentido, são necessárias alianças estratégicas no interior do movimento antifascista, capazes de dar uma resposta à mobilização e organização da extrema-direita por todo o país, que tem vindo a crescer e a ganhar estrutura e é necessário apoiar a capacidade renovada com que ativistas negrxs têm vindo a colocar em causa as tentativas de reabilitação do colonialismo e os lusotropicalismos.

**6.5. Recusamos a lógica da institucionalização das pessoas com diversidade funcional.** Batemo-nos pelo direito a uma vida independente, com direito ao emprego, mas também a todo o apoio social necessário para uma vida digna.

**6.6. O Bloco deve tomar uma posição forte pela abolição das propinas no ensino superior, recusar a lógica do estudante/cliente e da Universidade/empresa, opondo-se aos regimes fundacionais.** Queremos um ensino verdadeiramente emancipatório e não apenas copie as lógicas do capitalismo e da maximização do lucro dentro da academia.

**6.7. Permanece necessária uma frente social anti-austeridade e contra a destruição de serviços públicos tal como é necessário que o BE se empenhe no apoio concreto à organização de resistências seja à austeridade, tal como na defesa da cultura sempre sacrificada no altar dos deficits.** Revolucionar a relação do Bloco com o movimento social é uma tarefa urgente para criar e restabelecer pontes necessárias ao reacender da contestação e organização social em torno do conflito capital-trabalho e pelo combate a todas as formas de discriminação para lá do trabalho. A política de controlo do movimento social é politicamente errada e, mesmo eleitoralmente, contraproducente, porque fragiliza a relação com aquela que deveria ser a base social do BE. **Para além de uma relação renovada pelo respeito pelas diferenças e autonomia do movimento social e pela procura de ações conjuntas neste âmbito é urgente repensar as próprias formas do movimento e do Bloco se organizarem em virtude das novas configurações do mundo do trabalho e da vida em sociedade.**

**6.8.** Um BE que se proponha a unir forças e não dividir, a partilhar e não comandar, a construir em vez de dissolver, tem que ser capaz de apoiar, de forma desinteressada, os movimentos sociais para construir algo maior que si próprio, capaz de fazer a transformação social para lá do parlamento e da política institucional, **recriando um partido-movimento capaz de correr por dentro e correr por fora.**

## **7. O CONSERVADORISMO NÃO É FADO: É PRECISO NÃO DAR TRÉGUAS ÀS MENTALIDADES QUE CHEIRAM A MOFO**

**7.1. Assistimos, nos últimos anos, a uma mudança significativa no movimento feminista e LGBT+.** Começam a haver figuras públicas, nacionais e internacionais, a dar a cara por causas feministas, contra as agressões e violência diárias sobre as mulheres e surgem, finalmente, denúncias concretas, sobre agressões concretas.

**7.2.** No entanto, este movimento continua a ser classista e pouco intersectorial. Se por um lado, se tem formado uma frente contra o assédio nas passadeiras de Hollywood, o mesmo continua presente nas ruas, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, na cultura, nos bairros, no quotidiano de todas as mulheres, afectando sobretudo mulheres que acumulam outras opressões: as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, precárias, pobres, trans, são invisibilizadas na luta e, conseqüentemente, nas conquistas. A





culpabilização das vítimas do machismo permanece muito presente nos tribunais, nos locais de trabalho, nas conversas quotidianas, nos discursos. Compreendemos ainda que a luta LGBT+ é necessária quando as pessoas ainda se sentem inseguras nas ruas, e o medo da perseguição, de ataques verbais e físicos fazem parte do quotidiano da comunidade. Após o veto do Presidente da República à lei de autodeterminação de género e com a discussão sobre a mesma manipulada através da falta da informação, é necessário a criação de um programa e campanhas centradas no debate informado, não só para esta questão, mas todas as questões que envolvem a discriminação e as liberdades individuais. **O movimento feminista e queer não pode esquecer que ainda não há salário igual para trabalho igual ou que todos os problemas se agudizam com precariedade económica e que se cruzam com discriminações étnicas, raciais e capacitistas.**

**7.3.** O BE surge muitas vezes isolado e é visto com desconfiança por partes dos movimentos sociais e ativistas. O BE tem vindo a atropelar as decisões tomadas coletivamente, dentro e fora do Bloco, ao mesmo tempo que sobrepõe a sua agenda política, comprometendo ativismo e ativistas. **Por estes motivos, o BE deverá ser um partido que impulse o debate, a informação, os movimentos sociais e a organização coletiva que combata a moral conservadora.**

## **8. FAZER DAS URGÊNCIAS UM PROGRAMA MÍNIMO PARA UMA VIDA DIGNA**

**8.1.** O BE procurará dar resposta a todas as urgências da política através da realização de campanhas políticas de longo fôlego que o façam disputar a hegemonia profunda e não apenas o dia-a-dia, que o coloquem na ofensiva relativamente ao seu programa e não apenas na expectativa de disputar alguns votos ao PS.

**8.2.** Para o BE, as eleições não são o princípio e o fim da política, mas constituem momentos importantes de disputa de proposta e de conquista de espaço político. Por isso, as **eleições europeias não serão oportunidade apenas para fazer uma vaga propaganda da “desobediência” aos tratados europeus, mas para propor caminhos efetivos para uma Europa diferente. E, nesse sentido, o BE não limitará o seu arco de alianças internacional aos partidos mediáticos e de sistema.**

**8.3.** Por outro lado, o BE apresentar-se-á às próximas eleições legislativas a partir do balanço crítico e sério das limitações do acordo de governo vigente. A história do PS e a presente arquitetura da União Europeia fazem com que o social-liberalismo seja o único quadro expectável para uma governação assente neste partido. Não é tempo de omissões ou de ilusões, mas de respostas. **O mesmo BE que não se nega a convergências pontuais que melhorem a qualidade de vida de trabalhadorxs, recusa o apoio e uma possível participação num governo do Partido Socialista.**

**8.4.** As eleições regionais da Madeira são da maior importância para o BE. Com a atuação das últimas décadas do PSD e com os indícios já demonstrados pelo PS ao lado dos lobbys e donos da Madeira, nenhum deles mostrou ser a solução. **Esta passa pelo reforço de eleitas do BE que têm demonstrado estar sempre ao lado dos interesses das populações.**

**8.5.** Nas várias disputas eleitorais e nas suas campanhas o BE apresentará ao país um programa imediato a partir das seguintes bases:

- Renegociar a dívida e denunciar a sua parte odiosa;
- Rejeitar o Tratado Orçamental;
- Bater-se por alterar as regras do Euro ao mesmo tempo que prepara uma saída eventualmente necessária da moeda única pela esquerda e não em aliança com a burguesia nacional;
- Sair da NATO;
- Acabar com o Frontex e restantes mecanismos de vigilância contra xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;
- Melhorar o acolhimento de refugiadxs e apoiá-los na integração;



- Regularizar xs imigrantes, alargando o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos: sociais, culturais, económicos;
- Recuperar o investimento público e investir nas funções sociais do Estado;
- Nacionalizar os setores estratégicos da economia: banca, energia, água, saúde, educação, transportes, infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos, indústrias da madeira e grande distribuição;
- Aumentar o salário mínimo para 900 euros;
- Reduzir o IVA dos bens de primeira necessidade;
- Conduzir uma reforma fiscal apoiada no controlo de capitais para financiar um aumento considerável do investimento público e do Estado Social;
- Conduzir uma política de pleno emprego;
- Acabar com a lógica da condicionalidade nas medidas de proteção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- Diminuir a idade de reforma para 62 anos ou 40 anos de trabalho;
- Fim das taxas moderadoras na saúde;
- Renegociar as PPP e as rendas para empresas monopolistas;
- Acabar com todas as formas de precariedade;
- Rasgar o código de trabalho imposto pela troika e priorizar a contratação coletiva e a dificuldade nos despedimentos;
- Diminuir o horário de trabalho para 35 horas para todxs, acabando com a figura da isenção de horário;
- Tetos ou taxas para acumulação de capital por parte das grandes empresas;
- Proibição de estágios não remunerados;
- Realizar uma transformação de fundo no território: estimular o repovoamento através da criação de serviços públicos de qualidade em todo o território e privilegiando a produção de bens que permitam a soberania alimentar e energética e o respeito e viabilidade pelos ecossistemas a curto e longo prazo;
- Adotar políticas públicas que garantam não apenas o direito à habitação digna mas igualmente a decisão coletiva sobre o espaço;
- Conduzir uma política agrícola e de reindustrialização que combine o respeito pelos ecossistemas com a satisfação das necessidades sociais, favorecendo fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, recusando a exploração petrolífera no país;
- Garantir que os transportes públicos não sejam privatizados e defender a gratuitidade do transporte público;
- Defender um subsídio de alimentação decente e igual para todxs;
- Criar lares públicos de forma a proteger e promover o bem-estar dxs idosos;
- Promover o cooperativismo, a economia solidária e as alternativas auto-gestionadas.

## 9. UM PARTIDO-MOVIMENTO, UM PARTIDO EM MOVIMENTO

**9.1.** O BE chegou à política portuguesa com a promessa de fazer a diferença não só mudando o mapa político nacional, mas também a própria forma de fazer política. Ousou definir-se como partido-movimento. Passados 19 anos da sua fundação, **o BE mostra-se apenas como partido tradicional e nada como movimento: falta democracia interna, militância significativa e protagonismo das bases, sobra centralização, institucionalização e rotina.** As pressões do sistema político dominante para construir uma



imagem de partido com capacidades governativas e fazer política mediática vão-se impondo e limitando a participação.

**9.2. Ao BE sobram também acordos de cúpula e falta um debate estratégico de fundo mais vivo e mais formação política. Assim, o Bloco promoverá a discussão de alternativas de fundo para a sociedade** que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das conceções como a da necessidade da propriedade privada ou a configuração do imperialismo como existe hoje em dia. Este processo deverá beber e ser feito em debate com o trabalho político do movimento social.

**9.3. O Bloco não ficará fechado nos limites confortáveis da ação política tradicional, na autoconstrução imediata, na propaganda do elogio, mas ousará afirmar-se como o partido das solidariedades:** procurará por isso potenciar redes ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização dos mais desfavorecidxs, conseguindo estabelecer as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição, e apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas.

**9.4. Para isso, é necessário:**

- Limitar mandatos nos vários níveis da direção;
- Realizar referendos internos sobre questões fundamentais;
- Criar um boletim interno como veículo das diversas opiniões;
- Fazer renascer a formação política;
- Valorizar, democratizar e atribuir responsabilidades reais ao trabalho de base;
- Criar um portal da transparência com informação atualizada sobre as contas do BE e as declarações de rendimentos de eleitxs e dirigentes bloquistas;
- Estabelecer um salário único para funcionárixs e promover a rotatividade de funcionárixs e nas posições de representação política, para evitar a dependência económica do partido, reforçar o contacto real com as realidades da classe trabalhadora e estimular a criatividade e irreverência nas formas de fazer política.

*A política emancipatória faz-se sempre de muitas urgências. Mas a urgência prévia que nos permite disputar todas as outras será a que começa por colocar a militância, a participação, a horizontalidade como fundamentais, a que tem a coragem de recusar as chantagens da gestão quotidiana do sistema capitalista.*

*A força do Bloco não se pode esgotar na representação do partido dentro das instituições do Estado burguês. Esta deve estar assente nos movimentos sociais de base e nos interesses da classe trabalhadora. Deve ser reforçada e impulsionada em articulação com sindicatos, organizações e movimentos que lutem pelo fim da exploração e de todas as opressões. Só assim se construirá um BE em linha com o seu potencial emancipatório com um programa renovado pela radicalidade. Só assim poderemos alcançar o objetivo a que um projeto anticapitalista se propõe: superar o capitalismo, abrindo espaço para a construção de uma sociedade de iguais, humanamente diferentes.*

SUBSCRITORES:

Afonso Jantarada, Lisboa - Lisboa, 10708

Alexandra Freire, Aveiro - Ovar, 4455

Alexandre Café, Lisboa - Vila Franca de Xira, 10070

Alexandre Nunes Cunha, Leiria - Caldas da Rainha, 9201

Amália Espiridão Oliveira, Évora - Évora, 956

Ana Martins, Lisboa - Lisboa, 6425

Angelo Leonardo Costa, Porto - Porto, 9739

António Alves Vieira, Porto - Porto, 10928

António Tomás, Porto - Porto, 12694

Artur Jorge De Matos Gouveia, Viseu - Santa Comba Dão, 12061

Carlos Carujo, Lisboa - Sintra, 101

Carlos Cerqueira, Lisboa - Sintra, 501

Catarina Galego, Lisboa - Loures, 12105

Catarina Príncipe, Porto - Porto, 3418

Diogo Araújo, Porto - Porto, 12279



- Eduardo Fernandes, Setúbal - Palmela, 11912  
Eduardo Meca Castro, Porto - Porto, 12695  
Egídio Fernandes, Madeira - Funchal, 7350  
Elisabete Figueiredo, Aveiro - Aveiro, 9036  
Érica Almeida Postiço, Lisboa - Lisboa, 5155  
Francisco Pacheco, Porto - Porto, 12750  
Frederico Carreiro, Lisboa - Sintra, 12907  
Gisela Carvalho, Porto - Matosinhos, 12310  
Helder Santos, Lisboa - Lisboa, 3395  
Henrique Gil, Lisboa - Lisboa, 1093  
Inês Ribeiro Santos, Lisboa - Amadora, 5334  
Irina Castro, Coimbra - Coimbra, 6797  
Jaime Vaz do Santos, Setúbal - Sesimbra, 4626  
Joana Ribeiro Santos, Lisboa - Amadora, 3789  
João Campos Moreira Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 10538  
João Luciano, Europa - Bélgica, 184  
João Nuno Paulo, Lisboa - Lisboa, 10580  
João Patrocínio, Lisboa - Lisboa, 13408  
João Paulo Pereira, Santarém - Torres Novas, 9936  
João Pedro Santos, Setúbal - Setúbal, 9393  
João Ponte, Leiria - Pombal, 13052  
João Vieira, Lisboa - Lisboa, 14002  
José António Melo Nunes Guerra, Setúbal - Sesimbra, 1032  
José Luís Damas de Carvalho, Setúbal - Almada, 10721  
José Manuel Dias, Évora - Évora, 7667  
Joseph da Silva, Lisboa - Sintra, 7978  
Júlio César de Matos Gouveia, Viseu - Santa Comba Dão, 3726  
Luís Filipe Pires, Lisboa - Lisboa, 1026  
Luís Santos, Lisboa - Odivelas, 8954  
Mamadou Ba, Lisboa - Lisboa, 2126  
Manuel Fernandes, Porto - Porto, 11068  
Márcia Pereira, Lisboa - Lisboa, 12093  
Maria Gabriela Serra Medeiros Oliveira, Açores - São Miguel, 3868  
Maria José Samora, Lisboa - Sintra, 502  
Mário Martins, Leiria - Pombal, 11238  
Mateus Sadock, Lisboa - Lisboa, 12406  
Mi Martinho Guerreiro, Lisboa - Cascais, 8469  
Miguel Lobo Barbosa, Porto - Porto, 12374  
Nuno Moniz, Porto - Porto, 4325  
Orlanda Silva, Leiria - Leiria, 2891  
Pedro Abreu, Europa - Noruega, 4791  
Pedro F. Martins Pereira, Porto - Matosinhos, 4054  
Pedro Taveira, Setúbal - Seixal, 11056  
Samuel Cardoso, Lisboa - Lisboa, 9828  
Sandra Sousa, Lisboa - Lisboa, 13199  
Sónia Fernandes, Madeira - Funchal, 13410  
Tomás Cunha, Lisboa - Vila Franca de Xira, 13196  
Vítor Gonçalves, Lisboa - Vila Franca de Xira, 11253



# **PLATAFORMAS POLÍTICAS LOCAIS**



## PLATAFORMA POLÍTICA

# Mais Algarve, mais Bloco!

### AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA NO NOSSO ALGARVE

#### 1. O PORQUÊ:

O Bloco de Esquerda precisa de se afirmar como organização nacional e regional, superando os grandes défices que evidencia na implantação territorial e na ligação ao povo a nível local;

O Bloco de Esquerda tem de se afirmar na intervenção política e social no Algarve, pelo aprofundamento de políticas sectoriais e pelo aumento da capacidade de apresentar propostas alternativas baseadas no conhecimento, recusando o superficialismo e a ignorância do “achismo” (eu acho que...).

O Bloco de Esquerda tem de disputar o poder com propostas fundamentadas em princípios do pensamento socialista, recusando posições populistas e oportunistas e disputando à social-democracia o eleitorado.

O lançamento desta plataforma nasceu independente das moções à Convenção e resulta do encontro de vontades de camaradas com diferentes alinhamentos no passado, incluindo apoiantes da anterior moção A, apoiantes da anterior moção B e outros que não se encontravam de algum modo alinhados. Ela resulta da vontade militante de renovar e redinamizar a atividade política contrariando a deriva populista que ameaça e tolda a ação do Bloco de Esquerda no Algarve, procurando dar-lhe a força que o povo e o partido precisam.

**A Plataforma Mais Algarve, Mais Bloco! não se alheia da discussão política da XI Convenção e apoia maioritariamente a Moção A,** afirmamos o nosso empenho na disputa de maiorias de governo com um programa de defesa dos serviços públicos e de promoção dos interesses coletivos com matriz **ECO-SOCIALISTA**.

#### 2. MAIS BLOCO DE ESQUERDA:

Mais Bloco de Esquerda significa um enraizamento social mais sólido pelo alargamento, organização e participação do partido / movimento nas comunidades locais.

Mais Bloco de Esquerda significa uma direção distrital que efetivamente dirija as tarefas políticas e as implemente no terreno, com responsabilidade.

Mais Bloco de Esquerda significa contribuir e participar em amplos movimentos que congreguem os setores mais progressistas da região e nos aproximem mais da ideia de partido-movimento em oposição a nefastas situações recentes, de que a candidatura autarquia de Faro foi um péssimo exemplo

Mais Bloco de Esquerda significa assumir claramente projetos de disputa do poder a nível local, participando e dinamizando movimentos de convergência nas autarquias politicamente fundamentados no reforço da esquerda, na honestidade e em perspetivas progressistas de desenvolvimento.

Mais Bloco de Esquerda significa mais apoio da estrutura central do partido para vertebrar as estruturas intermédias e de base do Bloco de Esquerda, assim como para o envolvimento nas expressões multiformes do movimento social. (No passado muitas das intervenções de apoio das estruturas nacionais têm resultado em tentativas de manipulação de uns contra outros e conseqüente divisão).

Mais Bloco de Esquerda significa trazer a democracia para dentro da nossa organização, numa lógica de unidade e luta, integrando as tendências e sensibilidades num todo coerente, rompendo radicalmente com o funesto visco sectário e pela disputa de lugares. Defendemos que a escolha dos representantes algarvios para o círculo eleitoral seja da competência da região.



### 3. MAIS ALGARVE

É fácil elencar um enorme conjunto de pontos para qualquer plataforma política, mas a ação política centra-se nas escolhas que em cada tempo somos capazes de fazer. Optamos por plasmar de forma clara e inequívoca aquelas que entendemos serem as prioridades da ação política do Bloco de Esquerda para o Algarve tendo por base os princípios ideológicos que nos regem, os do socialismo, sem prejuízo da necessidade do exercício dialético de uma reflexão e aprofundamento por todo o coletivo.

#### **Mais Algarve. O interior é um recurso, não um deserto!**

É hora de promover, no âmbito da região, o desenvolvimento de um novo paradigma, uma nova visão estratégica que suporte o combate ao despovoamento e à desertificação do interior algarvio: a visão integrada entre o global e o local, a valorização dos recursos endógenos e do património cultural.

São fatores de desenvolvimento: Serviços públicos de proximidade, acessibilidades e habitação; Incremento da economia social; Fomento de projetos no domínio da agricultura e comercialização em articulação com as economias locais e o ordenamento do território orientado para o desenvolvimento económico produtivo, articulado com sustentabilidade ambiental; Apoio às organizações focadas no desenvolvimento local e integração com o potencial de investigação e desenvolvimento da região com valorização dos organismos técnicos estatais e, em particular, do papel que a Universidade deve ter no estudo das soluções alternativas.

#### **Mais Algarve. Desenvolvimento Económico e Social e Sustentabilidade Ambiental não são antagónicos. Eco-Socialismo.**

As **alterações climáticas**, com os consequentes aumento da frequência dos fenómenos climáticos extremos, inevitável subida do nível do mar e o recuo da linha de costa e profundas alterações no regime pluviométrico, está associada a uma economia fortemente dependente da queima de combustíveis fósseis (carbonização da economia), desertificação e destruição dos solos, à poluição química e biológica das águas superficiais e subterrâneas, assim como à escassez de água potável num futuro próximo. Estas são realidades para que importa alertar a população e que deverão ser um ponto central da nossa proposta política. É-nos exigida capacidade para propor e implementar alternativas que visem a mitigação dos problemas e transitar para uma nova economia assente em processos livres da queima de combustíveis fósseis, ambientalmente sustentável e tomando o ambiente como um eixo fundamental no desenvolvimento.

O **desenvolvimento da agricultura** passa por uma nova lógica que respeite a natureza mediterrânea, promova os seus potenciais e que assente em formas e técnicas que assegurem a sustentabilidade a longo prazo, fomentando o controlo biológico e a fertilização orgânica. Importa criar uma imagem de marca da região que permitirá assegurar a viabilidade económica das explorações sustentáveis destinadas a abastecer o mercado local, e quando tal se justifique o mercado global. Importa recusar a lógica predatória que tem prevalecido nas políticas agrícolas com a proliferação cega de agricultura intensiva à base da aplicação de agroquímicos e da exploração da mão-de-obra local e importada; a dimensão da produção animal determina que o Bloco defenda a solução matadouro itinerante.

As ilhas barreira são um produto do processo natural e têm que a ser olhadas numa perspetiva científica, entendendo as suas dinâmicas e não contrariá-las, prometendo oportunisticamente às populações o que a natureza não vai permitir que aconteça; abrir barras contranatura e encher praias de areia é deitar fora dinheiro que faz falta para as necessidades reais da região.

O **problema das acessibilidades** é uma necessidade central no Algarve, do ponto de vista das populações, do comércio e do turismo. A vaga promessa de um grande plano para as acessibilidades no Algarve choca de imediato com a total ausência de iniciativas no que respeita a três aspetos fundamentais: O eixo ferroviário e a sua articulação com os transportes de proximidade, a saturação da EN125 e as portagens da Via do Infante.

Consideramos uma prioridade da intervenção do Bloco de Esquerda a luta pela urgente **recuperação do Serviço Nacional de Saúde** na região, dos hospitais ao atendimento local e na promoção da saúde nos



Centros de Saúde, de entre a necessidade de melhorar a generalidade dos Serviços Públicos, sobretudo no que respeita à acessibilidade.

O **acesso à habitação** é crítico no Algarve e o problema agravou-se significativamente a liberalização do arrendamento e a lei Cristas facilitadora dos despejos. A especulação chegou a níveis inoportáveis: profissionais como médicos, professores e engenheiros, recusam lugares por não encontrarem casa; as empresas não conseguem trabalhadores; aumenta o aquartelamento em camaratas e contentores de trabalhadores rurais temporários; as novas famílias não encontram casa; os jovens que pretendem ingressar na Universidade do Algarve não encontram alojamento. O Bloco de Esquerda tem que acordar para a realidade e exigir com vigor políticas que garantam o direito à habitação, um dos pilares a desenvolver do Estado Social.

O combate às alterações climáticas e a mitigação dos seus efeitos é um ponto central da nossa proposta política, para o Algarve e para o planeta, pelo que recusamos a prospeção do petróleo no Algarve, bem como no resto do país e defendemos a promoção do aproveitamento da energia solar e a “democratização da sua produção” em “mini e médio projectos” quer das chamadas “micro-geração” quer “auto-consumo” para as quais o BE deverá ter propostas.

O Bloco de Esquerda deve assumir a vanguarda na proposta de medidas concretas tanto legislativas como de investimento público, começando ao nível local e regional, de modo a contribuir para:

Apoiar políticas tendentes a banir a dependência da queima de combustíveis fósseis e a promoção do investimento em energias renováveis.

A promoção dos meios de transporte de uso coletivo e de baixo impacto ambiental.

O desenvolvimento dos mercados de abastecimento local.

A promoção de medidas ativas e passivas de mitigação das alterações climáticas, nomeadamente do recuo da linha de costa e da disponibilidade de água potável.

#### **Subscritores/as:**

José Moreira, nº 6643

Miguel Pinheiro, nº 10360

Luisa Penisga Gonzalez, nº 4351

David Vicente Roque, nº 8209

Manuel Dias Afonso, nº 8121

Sandra da Costa, nº 13397

Honório Gonçalves, nº 11475

José Manuel Carmo, nº 1566

Andreia Pais, nº 8642

Tiago Grosso, nº 8113

Francisco Bráz, nº 12366

Maria Manuela Marcelino, nº 12785

José Maia dos Santos, nº 3400

Tomás Cavaco, nº 13396

Carla Caneiro Escarduça, nº 7660

João Brandão, nº 934

Carlos Cabrita, nº 4418

Margarida Janeiro, nº 9584

Carlos Aboim Brito, nº 1564

Nuno Viana, nº 5028

Paula Faria, nº 8355

Jorge Candeias, nº 9561

[Esta plataforma serviu de fundamentação política para a apresentação de listas de candidatos/as a delegados/as à XI Convenção na Assembleia Eleitoral do Algarve]





## PLATAFORMA POLÍTICA

# Plataforma Y - Mais Bloco, melhor Autonomia para a Madeira

O Bloco realiza a sua XI convenção nacional a 10 e 11 de novembro, para **definir a estratégia de âmbito nacional** para os próximos dois anos.

Na Madeira tivemos a VII convenção regional em março, da qual resultou uma nova direção política. **Esse foi o tempo e o local próprios para debater e decidir da estratégia de âmbito regional** bem como o balanço dos anos recentes. Suscitar de novo esse debate no âmbito da convenção nacional é desrespeitar os aderentes e as escolhas legítimas que fizeram na convenção regional, é desconsiderar a Democracia.

Somos um partido democrático, republicano e socialista, a legitimidade política dos seus órgãos eleitos e da sua estratégia dependem acima de tudo do sufrágio pelos aderentes – **em março último a escolha foi clara!** Não há outra fonte de legitimidade que possa sobrepor-se à que decorre do voto, seja baseada em fidelidades pessoais ou de ordem metafísica – que é típico das dinastias comunistas ou das monarquias absolutas. Num movimento socialista a igualdade é o valor fundamental, não há “únicos importantes” nem insubstituíveis. **É a força do coletivo que determina os resultados.**

Os subscritores desta plataforma expressam o seu empenho em contribuir para um Bloco mais forte e o compromisso com o seu projeto radical de transformação da sociedade.

## AUTONOMIA DO PROJETO POLÍTICO DO BE-MADEIRA

O BE participou em 2017 e pela segunda vez, na coligação vencedora na CMF, agora denominada “Confiança”. O presidente da câmara eleito foi apontado pouco depois como cabeça de lista do PS às regionais de 2019. Uma situação singular em que um aliado no plano municipal é adversário no plano das regionais, o que coloca desafios à nossa atuação enquanto perdurar essa duplicidade de papéis. **A participação na coligação autárquica não vai condicionar a nossa autonomia no plano das regionais, nem inibir a crítica justa e coerente**, face aos parceiros da coligação e, em particular, face ao PS.

Os 40 anos de laranjal deram origem a uma teia densa de promiscuidades publico-privadas e fizeram emergir grupos económicos poderosos, alimentados pelo orçamento regional. Grupos que se mostram tranquilos com a possibilidade de um governo regional do PS. A escolha de altos responsáveis de grandes grupos económicos regionais para coordenar o programa eleitoral do PS é disso reveladora, não pode ser escamoteada e é preocupante.

As forças políticas mais representativas no parlamento regional – PSD, CDS, JPP e PS - estão de acordo quanto ao fundamental do modelo económico e social neoliberal vigente. Todos fazem a apologia do “investidor privado” como motor da criação de riqueza e do emprego; da superioridade da gestão privada sobre a pública; da privatização e concessão de serviços públicos; do mito do empreendedorismo, ou a fantasia que os problemas sociais se resolvem com resposta individual e não com respostas coletivas.

O BE centra as suas propostas na defesa da gestão pública das atividades estratégicas e dos serviços públicos essenciais para o bem de toda a população. **O objetivo de afastar o PSD do poder é insuficiente, a Madeira precisa de uma rutura profunda:** acabar com os monopólios privados, com a tutela de um punhado de famílias sobre a economia e o poder político regionais; afirmar o interesse coletivo e o investimento público reprodutivo como motor do desenvolvimento e da criação de emprego qualificado e duradouro.

O projeto político do Bloco é radicalmente diferente é a verdadeira alternativa à hegemonia neoliberal, aposta nas respostas públicas e na ação coletiva contra o mito do individualismo e ao mesmo tempo combate o conservadorismo nos costumes e todas as formas de discriminação. **Há uma fronteira política**



**clara entre o Bloco e os partidos do arco dos interesses privados. Só um reforço da representatividade do Bloco garante a mudança efetiva de políticas** que se impõe.

### **MELHOR AUTONOMIA REGIONAL**

O PSD reclama ser o campeão da Autonomia na Madeira. No entanto o autonomismo dos seus protagonistas históricos só surgiu depois de abril de 74 e como reação dos setores protegidos da ditadura de Salazar à perda dos seus privilégios que a revolução significava. Tratou-se de um autonomismo oportunista das elites sócio-económicas que encontraram guarida aos seus interesses no regime de Jardim.

O BE afirma-se defensor de uma Autonomia diferente, em prol do bem-estar do povo praticada internamente no respeito pelo poder local e pelas organizações da sociedade, não uma autonomia para proteger os interesses dos poderosos herdeiros da ditadura. O BE deve desmistificar e não apoiar as teses do 'inimigo externo' que não são mais que espantalhos para desviar a atenção do favorecimento sistemático dos grupos económicos privilegiados, em detrimento do bem do povo.

A Autonomia política da Madeira e dos Açores tem merecido o apoio sem reservas do Bloco de Esquerda em todas as instâncias do poder onde está presente. Mas as organizações do BE nas Regiões Autónomas não gozam do mesmo grau de autonomia no quadro do partido que as próprias Regiões gozam na organização do Estado. Por coerência deve ser assumido o objetivo de progressivamente avançarmos para um grau de autonomia interna equivalente.

#### **Subscritores/as:**

Paulino Ascensão, nº 10926

Ernesto Ferraz, nº 6783

Cassia Almeida, nº 11375

Rui Ferrão, nº 13297

Luísa Santos, nº 13537

Paulo Alexandre Santos, nº 10734

Débora Vasconcelos, nº 13418

José António Figueira, nº 13014

Elisabete Figueira, nº 7691

Tiago Camacho, nº 13481

Josefina Melim, nº 3567

Ricardo Giestas, nº 11864

Maria da Luz Andrade, nº 13479

Miguel Silva, nº 13412

Amândio Pateca, nº 12801

Teresa Azevedo, nº 6280

Dino Pereira, nº 13538

Teresa Faria, nº 13545

Armando Pateca, nº 5150

Roberto Vieira, nº 11717

Irene Viveiros, nº 13532

José Luís Jaleco, nº 13536

Lúcia Castro, nº 11137

Paulo Sousa, nº 13456

Sara Sousa, nº 13455

Jaime Pestana, nº 12835

Daniela Silva, nº 13533

Arlindo Sousa, nº 13514

Virginia Ornelas, nº 13692

Miguel Ascensão, nº 13414

Fátima Freitas, nº 13528

João Ferrão, nº 13296

Celeste Mendonça, nº 13446

Pedro Felgueiras, nº 13521

Doroteia Freitas, nº 13515

Liliana Santos, nº 12508

Lino de Freitas, nº 13442

Adelina Santos, nº 13457

[Esta plataforma serviu de fundamentação política para a apresentação de listas de candidatos/as a delegados/as à XI Convenção na Assembleia Eleitoral da Madeira]



## PLATAFORMA POLÍTICA

# Mais local, mais participado, mais democrático... melhor Bloco de Esquerda!

A XI Convenção ocorre na parte final de uma legislatura durante a qual o Bloco de Esquerda foi capaz de demonstrar uma elevada maturidade política, no sentido de, não fazendo parte do Governo, ser capaz de influenciar políticas que tivessem em vista o repôr de direitos a todos os portugueses.

É um facto que alguns nos acusam de termos passado a ter uma atitude mais passiva em relação a determinadas matérias e de, por vezes, estarmos calados quando anteriormente, com governos de outro quadrante político, perante uma igual situação, manifestávamos publicamente o nosso desagrado e exigíamos mudanças de política.

É evidente que quem nos acusa deste silêncio, dito cúmplice, são aqueles que nunca acreditaram que o Bloco seria capaz de assumir essa postura responsável, de quem procura contribuir para a estabilidade do regime democrático e que, passando a ter um papel principal no xadrez político, abdica de alguma intervenção mais pública para, no âmbito dos acordos celebrados, colocar à frente dos seus interesses partidários o bem estar dos portugueses e a melhoria das suas condições de vida.

São aqueles que nos disseram que a austeridade era a única via e que agora, confrontados com os resultados destes três anos de convergência parlamentar, não conseguem reconhecer que estavam enganados e aproveitam todos os pretextos para colocarem em causa essa mesma convergência e a prática política que o Bloco tem seguido.

Ao mostrar, ao longo destes três anos, coerência no cumprimento dos acordos celebrados, sem abdicar de continuar a luta por outras medidas que sejam mais favoráveis aos portugueses, apareceu aos olhos das pessoas com uma maturidade inquestionável e aqueles que duvidavam da utilidade prática imediata de um voto no Bloco, tiveram a oportunidade de constatar que cada um desses votos fez a diferença.

Confiança e maturidade que os subscritores desta plataforma esperam venha a continuar nos próximos dois anos e que, perante um Partido Socialista que, de forma subtil, vai tentando convencer os portugueses a dar-lhe uma maioria absoluta, o Bloco seja capaz de dizer aos portugueses: voltem a confiar em nós.

Voltem a confiar em quem, sem abdicar dos seus princípios, foi capaz de dizer presente quando era necessário dar as mãos na defesa das condições de vida dos portugueses.

Mas para isso, é importante, na nossa óptica, que o Bloco também seja capaz de desafiar o Partido Socialista para uma convergência que vá mais além do que aquela que conseguimos construir nos últimos três anos e esperamos se mantenha no próximo ano.

Na verdade, fomos capazes de ser parte de uma solução governativa, apesar de, formalmente, não termos feito parte deste governo.

E não nos parece que o Bloco de Esquerda tenha sido engolido pelo Partido Socialista, como era apregoado por muitos de nós que viam no Partido Socialista o bicho papão que iria acabar connosco.

Por isso, o desafio que temos de lançar ao Partido Socialista é questionar até que ponto estará também ele disponível para ir mais além do que a convergência desta legislatura.

Nós temos de dizer que, depois da experiência de correr por fora, estamos aptos a correr por dentro. E que queremos saber se eles também estarão dispostos a correr em conjunto.

É evidente que esta posição poderá colocar em causa, algumas das linhas vermelhas que o Bloco não se mostra disponível para ultrapassar.



Mas se fomos capazes de, durante quatro anos, influenciar indirectamente a política do governo sem colocar em causa essas linhas vermelhas porque é que não seremos capazes de fazer o mesmo se fizermos parte de um governo.

Não temos de ter medo. Tal como o não tivemos aquando das negociações para esta convergência.

Impõe-se agora que a Convenção trace uma orientação política eficaz e mobilizadora e eleja pessoas capazes de dar continuidade e aprofundamento a esse caminho de recolocar as pessoas no centro da política. Do debate das três moções apresentadas resultará esse desenho estratégico e essas responsabilidades. Os subscritores desta plataforma participarão com empenho e frontalidade nesse debate.

Mas, se em relação à linha orientadora da política global estamos convencidos que esta Convenção irá reforçar a linha de actuação que o Bloco de Esquerda tem tido nos últimos três anos, continuando, dentro dos princípios assumidos, a assegurar a continuidade da política governativa que tem permitido repôr direitos às pessoas, há, no entanto, uma crítica que temos de fazer e que aqui continuamos a reiterar.

É que ao fim de quase duas décadas de Bloco e centenas de críticas internas seria expectável encontrar uma evolução positiva, é a prática organizativa no dia a dia nos contextos de participação e tomada de decisões. A democracia interna está reduzida ao mínimo. As dinâmicas de decisão estão fechadas em pequenos círculos internos que a partir de um jogo formalmente legítimo mas pouco saudável em termos de cultura democrática mais profunda atira para a irrelevância o aderente comum. O debate de ideias é muitas vezes substituído pela mobilização pré-formatada para lógicas de disputa do poder interno absolutamente viciadas e empobrecidas. As lideranças das correntes internas parecem temer um Bloco que surpreenda, que irrompa para além do previsível e garantem entre si um misto de vigilância e de partilha de influência, retirando espaço real de participação democrática à globalidade dos ativistas. Há nestas práticas um círculo vicioso que se está a eternizar e que é vital romper, até para o Bloco se afirmar numa das principais práticas políticas que o devem diferenciar do Partido Comunista.

A questão da democracia interna não se resolve com a criação de mais ou menos órgãos, de mais ou menos núcleos, de mais ou menos sedes. Tudo isso já foi tentado e tudo isso está previsto nos Estatutos do Bloco. O que falta é alterar a prática política e a prática organizativa.

Um exemplo: quando organizamos reuniões sectoriais, quantos de nós não se sentiram já defraudados com a organização dos trabalhos e ficámos com a sensação que as conclusões já tinham sido previamente decididas por uns poucos.

Porque não, nessas reuniões e utilizando as plataformas de comunicação existente, criar um polo de debate, no qual possam participar todos os interessados, em que sejam discutidos os pontos a abordar nessas mesmas reuniões.

Sabemos que é difícil mudar mentalidades de quem se habituou a tudo controlar mas o Bloco terá de ser um partido mais transparente na sua relação com os aderentes.

### **Propomos:**

Os deputados terão de, pelo menos uma vez por mês, reunir em assembleia com os aderentes dos distritos por onde foram eleitos e atribuir a cada um deles um conjunto de outros distritos, onde não haja deputados eleitos, onde deverão reunir pelo menos de dois em dois meses com os aderentes locais.

Os signatários desta plataforma estão convencidos de que uma estratégia clara assente em princípios inequívocos que respire uma cultura de liberdade, de participação e de democracia profunda não é uma utopia. É o ponto de partida essencial de uma esquerda que se quer de confiança. Baralhar este ponto de partida pode parecer apenas uma fragilidade, mas é muito mais do que isso. É a raiz de contradições que destroem todo um projeto político a prazo. A história do século passado está cheia de exemplos disso. Importa aprendermos com esses erros do passado.



**Subscritores/as:**

Jorge Manuel Gomes Teixeira, nº 6913

Luís Filipe de Oliveira Louro, nº 109

Maria Hermínia da Silva Esteves, nº 811

Francisco Ribeiro Vaz, nº 815

Tiago Lisboa Vieira Bonito, nº 12761

José Luís Rodrigues da Silva, nº 813

[Esta plataforma serviu de fundamentação política para a apresentação de listas de candidatos/as a delegados/as à XI Convenção na Assembleia Eleitoral de Viana do Castelo]



## PLATAFORMA POLÍTICA

# Plataforma K – O Bloco mais forte para mudar o país e a Região Autónoma da Madeira

As e os aderentes do Bloco de Esquerda Madeira **subscritores desta plataforma reconhecem-se e identificam-se com a orientação política da Moção A, proposta por Catarina Martins, Pedro Filipe Soares e Marisa Matias**, e no seu projeto de direção partidária. É com base nesse terreno comum e com a motivação de contribuir para a construção de um Bloco mais forte para mudar o país e a Região Autónoma da Madeira que nos apresentamos como candidatos/as a delegados/as à XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

## DO BALANÇO E DA ALTERNATIVA

**A recuperação eleitoral e social do Bloco de Esquerda começou em 2015 nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.** A clareza da sua proposta política aliada à combatividade das e dos ativistas do Bloco Madeira, sustentadas numa sinergia de unidade interna e na solidez dos seus candidatos e candidatas, deram ao Bloco um resultado eleitoral até hoje histórico e do qual resultou a constituição de um grupo parlamentar regional.

**Abdicar deste património político, dos seus principais protagonistas e ignorar as suas lições seria um aventureirismo irresponsável** com pesados custos para o Bloco de Esquerda na Madeira e no país e para a luta da esquerda na Região. É contra o risco deste retrocesso e com a vontade de mobilizar o Bloco para o centro da luta política na Madeira que os subscritores da Plataforma A se apresentam ao escrutínio das e dos aderentes do Bloco Madeira, com a certeza de que **a força do Bloco reside na assertividade e coerência da sua alternativa política e na confiança gerada pelos seus e suas porta-vozes.**

## O BLOCO A CAMINHO DAS REGIONAIS DE 2019

*«A Madeira permanece uma das regiões mais desiguais e com maiores índices de pobreza do país. O governo regional, incapaz de responder à crise social e económica da Região, esconde-se na estafada responsabilização do governo da República para esconder a sua inação e subserviência aos interesses económicos instalados na região.*

*O PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo. O PS decidiu candidatar Paulo Cafôfo, que ganhou a Câmara Municipal do Funchal numa coligação em que o Bloco participa desde a primeira hora (...). Um governo do PS, a sós ou com o CDS, estaria limitado a uma alternância incapaz de romper com os setores rentistas e a promiscuidade entre público e privado que marcam o atraso da região.*

*Só o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira. O Bloco apresenta-se às eleições regionais da Madeira com um programa centrado no combate à corrupção e ao rentismo e nas respostas sociais e económicas urgentes para o combate à pobreza e à precariedade».* (in, Moção A - UM BLOCO MAIS FORTE PARA MUDAR O PAÍS)

Reconhecendo-nos na orientação proposta pela Moção A **reforçamos que só a efetiva rutura com o PSD/Madeira e a sua prática governativa se afigura possível construir um modelo de desenvolvimento económico progressista para a Região que assente no pleno emprego, no combate à pobreza, na redução dos impostos sobre o trabalho e o consumo, na renegociação da dívida e no reforço da qualidade e universalidade da oferta dos serviços públicos.** O Bloco de Esquerda Madeira deve constituir-se como a **alternativa política e social** credível que se propõe cumprir esse programa.

Em sintonia com o seu projeto transformador, nas eleições à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira **o Bloco de Esquerda Madeira deve apresentar a sua candidatura e programa eleitorais próprios.**



**A eleição de cada deputado ou deputada bloquista contribuirá decisivamente para a derrota do PSD Madeira e para a construção de uma alternativa de governo** que ponha termo aos mais de quarenta anos de maioria absoluta laranja. Por outro lado, é também a certeza de que **a mudança será efetiva e não se ficará por uma simples substituição de antigas clientelas por novas, como parecer ser o projeto do PS Madeira para a Região.**

### **O NOSSO COMPROMISSO COMO DELEGADOS E DELEGADAS À XI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA**

Os candidatos/as a delegados/as pela Plataforma A são aderentes do Bloco de Esquerda com causas, propósitos e ideias claras. Por isso, a eleição de cada delegado e delegada corresponder a dar mais força a estas ideias:

1. Um Bloco mais forte no combate à corrupção, ao nacionalismo ultraconservador, ao autoritarismo de direita e à escalada militarista, na defesa do combate às alterações climáticas, no acolhimento e defesa dos migrantes e na solidariedade internacional ativa;
2. Um Bloco comprometido em construir uma alternativa de governo socialista e popular para Portugal, que rompa com a chantagem europeia da dívida e do défice e responda pela defesa dos salários, das pensões, dos direitos laborais e sociais, dos serviços públicos, do aprofundamento e alargamento dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e pela democratização da economia nacional;
3. Uma candidatura europeia que se bata pela “recuperação do emprego, dos direitos do trabalho e do Estado Social, uma estratégia económica contra as alterações climáticas e o compromisso feminista e antirracista, a recusa da Europa fortaleza e a solidariedade entre os povos”;
4. Um Bloco de Esquerda democrático e participativo que aprofunde e aprenda com as suas experiências militantes e cresça na luta social de todas as causas do socialismo dos nossos tempos;
5. Um Bloco que prossiga o seu caminho de defesa e alargamento das Autonomias Regionais, uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril de 1974.

#### **Subscritores/as:**

Ana Isabel Camacho, nº 11304

Agostinha Castro, nº 4384

Aleixo Camacho, nº 11306

Bruno Jardim, nº 5121

Carla Abreu, nº 9632

Carlos Alves, nº 9688

Carlos Faria, nº 3577

Carlos Pereira, nº 3566

Carlos Plácido, nº 10732

Conceição Pereira, nº 2949

Danilo Gonçalves, nº 11976

David Vargas, nº 6172

Delmiro Ferreira, nº 5124

Dina Letra, nº 3588

Fátima Gonçalves, nº 2953

Francisca Jardim, nº 13114

Gorete Bento, nº 9628

Hélder Julião Gonçalves, nº 11301

Humberto Abreu, nº 3586

Iolanda Correia, nº 5130

Ivone Faria, nº 6170

Ivone Gomes, nº 3580

Jacinto Faria, nº 6175

João Meneses, nº 3802

José António Freitas, nº 9626

José Ezequiel Nóbrega, nº 10735

José Manuel Abreu, nº 9631

Lucinda Silva, nº 2945

Marcolino Pereira, nº 13021

Maria Ganança, nº 2947

Marta Marques, nº 13483

Nina Jokisic, nº 11899



Olavo Almada, nº 10927  
Paula Rodrigues, nº 3347  
Paula Santos, nº 5119  
Pedro Marques, nº 7952  
Roberto Almada, nº 3579

Sónia Almada, nº 2948  
Tomás Jardim, nº 13113  
Tomás Márquez, nº 12999  
Vítor Hugo Pereira, nº 6162

[Esta plataforma serviu de fundamentação política para a apresentação de listas de candidatos/as a delegados/as à XI Convenção na Assembleia Eleitoral da Madeira]





## PLATAFORMA POLÍTICA

# O Interior também existe

Ao longo dos últimos anos temos assistido à constante discussão sobre o interior, coesão territorial e desenvolvimento, contudo, continua por existirem medidas concretas que venham ao encontro do necessário e possível desenvolvimento e ordenamento do território, eliminando as assimetrias regionais e reforçando a coesão territorial.

É certo que muitos concordam ser urgente corrigir as desigualdades no território, mas infelizmente ano após ano, esta parte do território português continua a passar por momentos de grande dificuldade, onde o aumento do despovoamento e empobrecimento é uma constante realidade.

Como se não bastasse, ainda assistimos ao anúncio de mais encerramentos como por exemplo as Estações de CTT, a uma redução de valências no Ensino Público, na Saúde e na Justiça.

A agravar estas situações, ainda temos autoestradas com as portagens mais caras do país, sem existir quaisquer alternativas às mesmas e um Governo central que insiste em não acabar com esta injustiça, dando desta forma um “empurrão” ao aumento das assimetrias regionais.

O Interior precisa urgentemente de decisões que permitam dar a volta e encerrar este ciclo que obriga todos os dias os seus habitantes a refletir se ainda vale a pena não desistirem de viverem aqui!

E porque nós não desistimos, queremos um Bloco mais ativo e empenhado na defesa do Interior, para que seja possível ter um País mais igualitário!

### Subscritores/as:

Marco Alexandre da Silva Loureiro, nº 1649

Tiago Antunes da Silva, nº 4173

Bruno Alexandre Figueiredo Andrade, nº 9645

Maria Helena Andrade, nº 11879

Patrícia Alexandra Lucas Monteiro, nº 3342

José Luís Cabral Antunes Pombo, nº 10743

Pedro Miguel da Cruz Cardoso, nº 13238

Mário Carlos, nº 11880

[Esta plataforma serviu de fundamentação política para a apresentação de listas de candidatos/as a delegados/as à XI Convenção na Assembleia Eleitoral da Guarda]



## PLATAFORMA POLÍTICA

# Reforçar o Bloco para virar o País à Esquerda

A Plataforma Local “Reforçar o Bloco para virar o país à esquerda” é um espaço aberto a partir da base pela democracia e a pluralidade. Queremos contribuir para a participação, sem exclusões, porque só com democracia, pluralidade e participação se constrói a unidade no Bloco.

Apoiamos no que é principal o texto apresentado pela Moção A.

### 1.

O grande desafio que nos está colocado relaciona-se com as alterações climáticas e com os seus efeitos que aprofundam a pobreza e as desigualdades sociais no mundo. Sabemos bem o que significa a poluição na degradação das condições de vida das populações. O capitalismo olha em primeiro lugar para os lucros, não é sustentável.

A luta pela diminuição das emissões de CO2 e de partículas poluentes, pela transição da energia de origem fóssil para as renováveis, por indústrias que respeitem o ambiente e a vida das populações inscreve-se na luta por uma mudança à esquerda no nosso país.

A direita e a social-democracia, nacional e europeia, não conseguem sequer cumprir as metas do Acordo de Paris, são incapazes de promover a mudança porque não estão interessadas numa alternativa. A extrema direita populista e conservadora aproveita o descontentamento social que resulta da predação neoliberal para alimentar as políticas homofóbicas, sexistas e racistas, o fecho das fronteiras e a resistência à descarbonização da sociedade.

A esquerda precisa de ganhar força para superar a irracionalidade do crescimento artificialmente estimulado, do desperdício económico, da exploração, da pobreza e das enormes desigualdades que continuam a marcar a nossa sociedade.

### 2.

O apoio da esquerda parlamentar ao governo PS para não permitir que a direita continuasse no poder foi correto. Conseguiram-se algumas medidas de recuperação dos rendimentos do trabalho. O combate pelos direitos, contra as desigualdades e o conservadorismo ganharam nova expressão e apoio parlamentar.

Mas não temos qualquer ilusão naquilo que o PS em maioria é capaz de fazer. Fiel ao Tratado Orçamental, é para nós clara a enorme incapacidade para enfrentar os que nos exploram, o rentismo, a financeirização, os mercados especulativos e a predação ambiental.

Salvaram-se bancos e banqueiros com fundos públicos, mantiveram-se as PPP, degradou-se o SNS e optou-se pelo défice abaixo do comprometido com Bruxelas, em vez do investimento público nos serviços e na economia para criar emprego com direitos.

Um PS no governo sem a pressão e exigência da esquerda seria mais do mesmo. A participação do Bloco na luta dentro da maioria parlamentar e no apoio aos movimentos sociais foi fundamental para a inversão conseguida nas políticas de empobrecimento que a direita pôs em prática. Nas próximas eleições o Bloco afirma-se pela sua autonomia política, pré e pós-eleitoral, na concretização do seu programa de combate e de mudança social, contribuindo para a derrota da direita e para que não haja maiorias absolutas que sempre têm dado maus resultados.

### 3.

Consideramos da maior importância o compromisso da Moção A de realizar após as legislativas um amplo



debate e um referendo interno no Bloco caso se coloque em cima da mesa a possibilidade de algum acordo pós-eleitoral com outras forças políticas.

A construção de um Bloco ativo, participado, amplo, plural, na defesa dos trabalhadores e socialista tem de valorizar as estruturas do Bloco, os núcleos, as concelhias e os grupos de trabalho na base. Queremos democracia interna e estímulo à participação, com respeito pelas opiniões e contributos de cada um.

Precisamos de mais descentralização e menos centralismo, com muito trabalho de cooperação no seio do Bloco. Queremos apoio e valorização do trabalho local e autárquico, mais atenção aos movimentos sociais e, em especial, às lutas do trabalho e aos combates contra todas as discriminações. A construção de um Bloco de tod@s, onde os aderentes valem por si e pela sua participação, independentemente das correntes ou tendências, contará com a nossa participação ativa.

**Subscritores/as:**

António Ferreira Neto Taveira, nº 10321

José Magalhães Inácio, nº 2701

Israel Silas Domingues Araújo, nº 10508

Ana Paula Pereira Pinto Machado, nº 12913

Alberto José Cerqueira Moreira, nº 11039

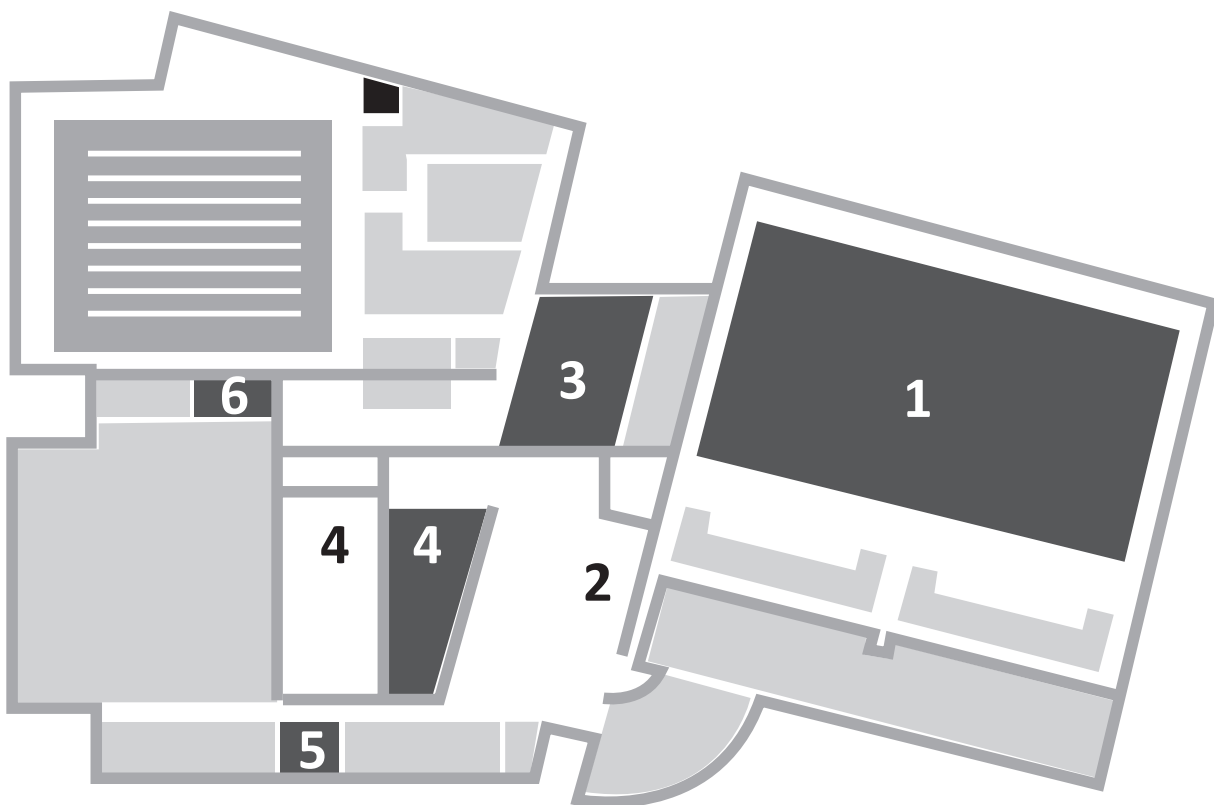
Ana Rute Domingues Araújo, nº 11619

[Esta plataforma serviu de fundamentação política para a apresentação de listas de candidatos/as a delegados/as à XI Convenção na Assembleia Eleitoral da Maia]



# PLANTA DA CONVENÇÃO

Complexo Municipal do Casal Vistoso



1. ESPAÇO DA CONVENÇÃO
2. CREDENCIAÇÃO / BANCA
3. CAFÉ/SNACK BAR
4. ESPLANADA
5. SALA SECRETARIADO
6. LOCAL VOTAÇÕES



## ALOJAMENTO

### RESIDENCIAL LAR DO AREEIRO (0,6 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 4, 1000-159 Lisboa  
218 493 150 | reservas@residencialardoareeiro.com  
Single: 42€ | Duplo: 47€

### HOTEL AS LISBOA (1,0 km)

Av. Almirante Reis 188, 1000-055, Lisboa  
218 429 360 | info@hotel-aslisboa.pt  
Duplo: 66,75€

### RESIDENCIAL O PARADOURO (1,8km)

Av. Almirante Reis 106, 6º/7º, 1150-022 Lisboa  
21 815 32 56  
Duplo: 42,50€ | 4 pax: 90€

### VIP INN BERNA HOTEL (2km)

Av. António Serpa 13, 1069-199 Lisboa  
217 814 300 | hotelberna@viphotels.com  
Duplo: 51,51€

### POUSADAS DA JUVENTUDE

#### Lisboa (2,8 km)

www.pousadasjuventude.pt  
Rua Andrade Corvo, 46, 1050-009 Lisboa  
213 532 696 / 925 665 072 | lisboa@movijovem.pt

#### Parque das Nações (7,3 km)

Rua de Moscavide, Lt 47 - 101, 1998-011 Lisboa  
218 920 890 | lisboaparque@movijovem.pt  
Twin: 37,80€ | 4 camas sem WC: 57,60€

### LISBOA CAMPING & BUNGALOWS (8km)

Estrada da Circunvalação, 1400-061 Lisboa  
217 628 200 | info@lisboacamping.com  
Bungalow 2 pax: 52€ | Bungalow 6 pax: 70€

## RESTAURAÇÃO

### SNACK-BAR MARIA DELÍCIA (0,2 km)

Av. Afonso Costa, 26 - tel. 218409047  
Pratos de carne | A partir de 5 eur/prato  
Fechado ao domingo | Encerra às 20:30h

### DOMINO'S PIZZA (0,5 km)

Av. Afonso Costa, 12 Loja A - tel. 218401054  
Pizzas | A partir de 7 eur/pizza  
Aberto todos os dias | Encerra às 24h

### RIBATEJO (0,5 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 11 - tel. 218488296  
Pratos de carne e peixe | A partir de 3,80 eur/prato  
Fecha domingo | Encerra às 20h

### BAGGA - CAFETARIA (0,6 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 5 - tel. 935011093  
Pratos de carne e peixe | A partir de 4,75 eur/menu  
Fecha domingo | sexta até às 20h | sábado até às 19h

### PASTELARIA CINDERELA (0,6 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 7 - tel. 218485101  
Pratos de carne | A partir de 7,25 eur/prato  
Fecha sábado | Encerra às 22:30h

### CHURRASQUEIRA FOME DE LEÃO (0,7 km)

Av. Padre Manuel Nóbrega, 9A - tel. 218470990  
Pratos de carne e peixe | A partir de 8 eur/prato  
Aberto todos os dias | Encerra às 22h

### O POTE (0,7km)

Av. João XXI, 7D - tel. 218486397  
Pratos de carne e peixe | A partir de 8 eur/prato  
Aberto todos os dias | Encerra às 23h

### PASTELARIA ZURIQUE (0,7 km)

Av. João XXI, 7 - tel. 218480288  
Pratos de carne e peixe | a partir de 6 eur/prato  
Aberto todos os dias | Sáb. e dom. encerra às 17h

### MANDRO CUSINE (0,8 km)

Rua Lucinda Carmo, 21C - tel. 926005603  
Cozinha nepalesa | A partir de 6 eur/prato  
Aberto todos os dias | 11h - 15h e 19h - 23h

### ZIP (0,9 km)

Av. Almirante Reis, 225A - tel. 214093839  
Pratos rápidos e hambúrgueres | A partir de 3 eur/menu  
Aberto todos os dias | Encerra à 1h

### FEI HE (1,0 km)

Av. Engenheiro Arantes e Oliveira, 13D - tel. 218464902  
Comida chinesa | A partir de 5,75 eur/prato  
Aberto todos os dias | 12h - 15h e 19h - 23:30h

### CAFÉ GUERRA JUNQUEIRO (1,1 km)

Av. Guerra Junqueiro, 12C - tel. 218463627  
Pratos de carne e peixe | A partir de 4,95 eur/prato  
Fecha domingo | Encerra às 20h

### CELEIRO À MESA (1,1 km)

Av. de Roma, 12 - tel. 218486908  
Comida vegetariana | A partir de 4,40 eur/menu  
Sexta até às 20h | Sábado e Domingo até às 19h

### HAMBURGUERIA 21 (1,1 km)

Av. João XXI, 45A - tel. 218400562  
Hambúrgueres | A partir de 6 eur/hambúrguer  
Fecha domingo | Encerra às 23h

# AGORA, A ESQUERDA

[bloco.org](http://bloco.org) | [esquerda.net](http://esquerda.net)